

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO.....	6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	8
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	10
NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	11
1. CONTEXTO OPERACIONAL	11
2. BASE DE PREPARAÇÃO	14
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO.....	16
4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES.....	16
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	23
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	24
7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA	25
8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	26
9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	26
10. FUNDOS VINCULADOS	28
11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	28
12. REPASSES DE RECURSOS DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CDE) E BANDEIRAS TARIFÁRIAS	29
13. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	30
14. INVESTIMENTOS.....	37
15. IMOBILIZADO	56
16. INTANGÍVEIS.....	58
17. FORNECEDORES	59
18. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	60
19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	61
20. ENCARGOS REGULATÓRIOS	65
21. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	65
22. PROVISÕES	66
23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	78
24. RECEITA	79
25. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	82
26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	85
27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	86
28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	90
29. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO.....	98
30. SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	100
31. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA	103
32. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	103
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS.....	106
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO	1
OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	9

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	842.265	995.132	35.683	69.352
Títulos e Valores Mobiliários	6	840.999	1.014.188	57.063	133.359
Consumidores e Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia	7	3.807.882	3.425.018	-	-
Ativo Financeiro da Concessão	13	508.146	730.488	-	-
Tributos Compensáveis	8	235.436	236.284	94	-
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	9a	426.461	589.519	40.071	78.174
Dividendos a Receber		19.085	11.386	676.127	673.239
Fundos Vinculados	10	378.611	367.474	377.686	366.568
Estoques		48.155	49.473	12	12
Adiantamento a Fornecedores	27	920	1.059	-	-
Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)	12	63.751	63.751	-	-
Subvenção Baixa Renda		33.660	36.261	-	
Créditos junto à Eletrobrás - RGR		13.208	48.379		-
Créditos junto à Eletrobrás - CDE		61.998	90.065	-	-
Outros Créditos		621.398	626.993	22.742	20.435
TOTAL DO CIRCULANTE		7.901.975	8.285.470	1.209.478	1.341.139
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e Valores Mobiliários	6	27.029	31.040	2.640	5.959
Adiantamento a Fornecedores	27	239.725	229.053	-	-
Consumidores e Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia	7	146.361	146.367	-	-
Tributos Compensáveis	8	189.265	178.288	1.817	1.816
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	9a	70.970	112.060	70.970	112.060
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	9b	1.879.662	1.797.453	799.277	789.318
Depósitos Vinculados a Litígios	11	1.910.722	1.886.879	497.934	499.868
Ativos de Concessões de Geração	4	1.005.763	206.566	-	-
Outros Créditos		542.234	843.589	29.889	37.743
Ativos Financeiros da Concessão	13	5.249.311	4.971.244	-	-
Investimentos	14	8.896.583	8.753.088	13.100.180	12.627.857
Imobilizado	15	2.859.227	3.775.076	2.089	2.201
Intangíveis	16	10.845.262	10.819.680	1.827	1.852
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		33.862.114	33.750.383	14.506.623	14.078.674
TOTAL DO ATIVO		41.764.089	42.035.853	15.716.101	15.419.813

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

PASSIVO (Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Fornecedores	17	1.614.612	1.939.593	22.718	20.936
Encargos Regulatórios	20	349.055	380.586	-	-
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado		35.463	17.814	1.412	899
Impostos, Taxas e Contribuições	18a	529.107	793.587	3.013	83.634
Imposto de Renda e Contribuição Social	18b	63.401	26.866	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	23	466.987	466.987	466.689	466.689
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	19	4.966.902	4.836.923	-	-
Salários e Contribuições Sociais		211.567	224.741	9.227	9.970
Obrigações Pós-emprego	21	199.387	198.867	11.249	11.143
Concessões a Pagar		3.006	2.977	-	-
Passivo Financeiro da Concessão	13	851.014	481.835	-	-
Instrumentos Financeiros – Opções de Venda	14	1.165.532	1.149.881	1.165.532	1.149.881
Venda Antecipada de Energia Elétrica	7	303.248	181.200	-	-
Outras Obrigações		621.839	745.603	3.130	6.293
TOTAL DO CIRCULANTE		11.381.120	11.447.460	1.682.970	1.749.445
NÃO CIRCULANTE					
Encargos Regulatórios	20	488.495	454.625	-	-
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	19	9.761.034	10.342.357	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	18a	723.969	723.922	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9b	592.210	582.206	-	-
Provisões	22	874.517	815.017	308.234	309.995
Obrigações Pós-emprego	21	4.095.744	4.042.544	393.512	386.321
Concessões a Pagar		18.975	19.026	-	-
Passivo Financeiro da Concessão	13	136.330	323.140	-	-
Instrumentos Financeiros – Opções de Venda	14	238.522	191.587	-	-
Outras Obrigações		160.176	159.598	42.616	43.771
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		17.089.972	17.654.022	744.362	740.087
TOTAL DO PASSIVO		28.471.092	29.101.482	2.427.332	2.489.532
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23				
Capital Social		6.294.208	6.294.208	6.294.208	6.294.208
Reservas de Capital		1.924.503	1.924.503	1.924.503	1.924.503
Reservas de Lucros		5.200.744	5.199.855	5.200.744	5.199.855
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(482.478)	(488.285)	(482.478)	(488.285)
Lucros Acumulados		351.792	-	351.792	-
ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES		13.288.769	12.930.281	13.288.769	12.930.281
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTA NÃO-CONTROLADOR		4.228	4.090	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		13.292.997	12.934.371	13.288.769	12.930.281
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		41.764.089	42.035.853	15.716.101	15.419.813

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
RECEITA LÍQUIDA	24	4.812.930	4.453.506	94	365
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	25				
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(2.093.088)	(1.931.361)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(206.497)	(258.706)	-	-
Gás Comprado para Revenda		(222.512)	(237.863)	-	-
		(2.522.097)	(2.427.930)	-	-
OUTROS CUSTOS	25				
Pessoal e Administradores		(287.507)	(329.075)	-	-
Materiais		(6.259)	(5.179)	-	-
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia		(39)	(18)	-	-
Serviços de Terceiros		(146.436)	(156.061)	-	-
Depreciação e Amortização		(186.444)	(185.019)	-	-
Provisões Operacionais		(78.932)	(80.482)	-	-
Custo de Construção de Infraestrutura		(200.559)	(235.021)	-	-
Outras		(7.155)	(8.657)	-	-
		(913.331)	(999.512)	-	-
CUSTO TOTAL		(3.435.428)	(3.427.442)	-	-
LUCRO BRUTO		1.377.502	1.026.064	94	365
DESPESAS OPERACIONAIS	25				
Despesas com Vendas		(66.195)	(76.263)	-	-
Despesas Gerais e Administrativas		(205.998)	(205.891)	(19.504)	(12.052)
Despesas com Provisões Operacionais		(63.404)	(95.025)	(16.468)	(85.534)
Outras Despesas Operacionais		(172.677)	(144.814)	(13.400)	(13.199)
		(508.274)	(521.993)	(49.372)	(110.785)
Resultado de Equivalência Patrimonial	14	29.641	(57.927)	359.462	63.434
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos		898.869	446.144	310.184	(46.986)
Receitas Financeiras	26	179.891	224.734	23.580	30.249
Despesas Financeiras	26	(572.637)	(639.138)	(1.127)	(9.577)
Resultado antes dos Impostos		506.123	31.740	332.637	(26.314)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	9c	(233.457)	(71.792)	-	(1.654)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9c	70.068	45.259	9.959	33.087
RESULTADO DO PERÍODO		342.734	5.207	342.596	5.119
Total do resultado do período atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores		342.596	5.119	342.596	5.119
Participação de acionista não-controlador		138	88	-	-
		342.734	5.207	342.596	5.119
Lucro Básico e Diluído por ação preferencial – R\$	23	0,272	0,004	0,272	0,004
Lucro Básico e Diluído por ação ordinária – R\$	23	0,272	0,004	0,272	0,004

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
RESULTADO DO PERÍODO	342.734	5.207	342.596	5.119
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Itens que não serão reclassificados para a Demonstração de Resultado				
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquido de impostos	(681)	(115)	-	-
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto	(866)	6.803	(1.547)	6.688
	(1.547)	6.688	(1.547)	6.688
Itens que poderão ser reclassificados para a Demonstração de Resultado				
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto referente à valor justo de ativo financeiro disponível para venda	35.691	(33.218)	35.691	(33.232)
Ajuste de conversão de operações no exterior	-	(14)	-	-
	35.691	(33.232)	35.691	(33.232)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	376.878	(21.337)	376.740	(21.425)
Total do resultado abrangente atribuído a:				
Participação dos acionistas controladores	376.740	(21.425)	376.740	(21.425)
Participação de acionista não-controlador	138	88	-	-
	376.878	(21.337)	376.740	(21.425)

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 2016
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total da Participação dos Controladores	Participação de acionista não Controlador	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	6.294.208	1.924.503	5.199.855	(488.285)	-	12.930.281	4.090	12.934.371
Resultado do período	-	-	-	-	342.596	342.596	138	342.734
Outros resultados abrangentes								
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	-	-	-	(681)	-	(681)	-	(681)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	-	-	-	16.573	-	16.573	-	16.573
Total do resultado abrangente do período				15.892	342.596	358.488	138	358.626
Outras mutações no Patrimônio Líquido:								
Reserva de Incentivos Fiscais	-	-	889	-	(889)	-	-	-
Realização de Reservas								
Ajustes de avaliação patrimonial – custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(10.085)	10.085	-	-	-
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017	6.294.208	1.924.503	5.200.744	(482.478)	351.792	13.288.769	4.228	13.292.997
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS NÃO-CONTROLADORES	-	-	-	-	-	-	4.228	4.228
ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES	6.294.208	1.924.503	5.200.744	(482.478)	351.792	13.288.769	-	13.288.769

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total da Participação dos Controladores	Participação de acionista não Controlador	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	6.294.208	1.924.503	4.662.723	102.264	-	12.983.698	3.978	12.987.676
Resultado do exercício	-	-	-	-	5.119	5.119	88	5.207
Outros resultados abrangentes								
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	-	-	-	(115)	-	(115)	-	(115)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	-	-	-	(26.415)	-	(26.415)	-	(26.415)
Ajuste de conversão de operações no exterior	-	-	-	(14)	-	(14)	-	(14)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	(26.544)	5.119	(21.425)	88	(21.337)
Outras mutações no Patrimônio Líquido:								
Constituição de Reservas								
Reserva de Incentivos Fiscais	-	-	1.372	-	(1.372)	-	-	-
Realização de Reservas								
Ajustes de avaliação patrimonial – custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(15.684)	15.684	-	-	-
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2016	6.294.208	1.924.503	4.664.095	60.036	19.431	12.962.273	4.066	12.966.339
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS NÃO-CONTROLADORES	-	-	-	-	-	-	4.066	4.066
ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES	6.294.208	1.924.503	4.664.095	60.036	19.431	12.962.273	-	12.962.273

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado do Período	342.734	5.207	342.596	5.119
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa				
Impostos de Renda e Contribuição Social	163.389	26.533	(9.959)	(31.433)
Depreciação e Amortização	201.365	199.033	135	130
Perdas nas baixas de Imobilizado e Intangível	16.737	30.030	-	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	(29.641)	57.927	(359.462)	(63.434)
Juros e Variações Monetárias	355.879	369.900	(4.232)	7.718
Provisões (Reversões) para Perdas Operacionais	208.532	251.770	16.468	85.534
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) e Outros Componentes Financeiros.	302.602	132.204	-	-
Obrigações Pós-emprego	114.006	112.668	10.621	10.486
	1.675.603	1.185.272	(3.833)	14.120
(Aumento) Redução de Ativos				
Consumidores e Revendedores	(422.710)	277.110	-	-
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) e Outros Componentes Financeiros	2.721	271.792	-	-
Tributos Compensáveis	(10.129)	6.318	(95)	3
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar e Diferido	192.007	(133)	79.193	30.327
Transporte de Energia	(26.342)	(59)	-	-
Depósitos Vinculados a Litígio	(13.907)	(10.830)	6.166	(19.629)
Dividendos recebidos de Participações	144	42.252	146	183.710
Ativo Financeiro da Concessão	56.940	(1.366.506)	-	-
Adiantamento a Fornecedores	(76.209)	89.966	-	-
Direito de Retirada de Gás	306.876	413	-	-
Outros	129.759	(9.328)	5.546	30.899
	139.150	(699.005)	90.956	225.310
Aumento (Redução) de Passivos				
Fornecedores	(324.981)	(341.740)	1.782	(3.300)
Impostos, Taxas e Contribuições	(264.433)	(70.319)	(80.621)	(32.205)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	(83.018)	5.901	2.081	7.238
Salários e Contribuições Sociais	(13.174)	(3.456)	(743)	(196)
Venda Antecipada de Energia	109.487	-	-	-
Encargos Regulatórios	2.339	(51.054)	-	-
Obrigações Pós-emprego	(60.286)	(59.758)	(3.324)	(3.203)
Outros	(71.019)	(106.847)	(6.383)	(4.506)
	(705.085)	(627.273)	(87.208)	(36.172)
Caixa Gerado (Consumido) pelas Atividades Operacionais	1.109.668	(141.006)	(85)	203.258
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos pagos	(477.684)	(618.095)	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(103.900)	(88.480)	(2.081)	(8.892)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	528.084	(847.581)	(2.166)	194.366

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Em Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	192.458	1.652.977	79.615	41.813
Fundos Vinculados	(11.137)	(99)	(11.118)	-
Em Investimentos				
Aporte em Investidas	(162.191)	(479.506)	(100.000)	(426.660)
Em Imobilizado	(12.490)	(18.693)	-	(423)
Em Intangível	(170.346)	(185.729)	-	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>(163.706)</u>	<u>968.950</u>	<u>(31.503)</u>	<u>(385.270)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Obtenção de Empréstimos e Debêntures	-	1.921.281	-	-
Pagamentos de Empréstimos e Debêntures	(517.245)	(1.752.059)	-	-
Juros sobre capital próprio e Dividendos	-	(22.247)	-	(22.247)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>(517.245)</u>	<u>146.975</u>	<u>-</u>	<u>(22.247)</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(152.867)</u>	<u>268.344</u>	<u>(33.669)</u>	<u>(213.151)</u>
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
No início do exercício	995.132	924.632	69.352	256.484
No fim do exercício	842.265	1.192.976	35.683	43.333
	<u>(152.867)</u>	<u>268.344</u>	<u>(33.669)</u>	<u>(213.151)</u>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais)

	Consolidado				Controladora			
	31/03/2017		31/03/2016		31/03/2017		31/03/2016	
RECEITAS								
Venda de Energia, Gás e Serviços	7.009.618		7.007.264		109		402	
Receita de Construção de Distribuição	197.639		228.333		-		-	
Receita de Construção de Transmissão	2.920		6.688		-		-	
Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga	79.506		80.766		-		-	
Valor justo de ativo indenizável da concessão de distribuição	1.227		1.846		-		-	
Receita de Indenização de Transmissão	65.830		31.243		-		-	
Investimento em Imobilizado	3.424		2.584		-		-	
Outras Receitas	328		1.893		-		-	
Ajuste para Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(66.195)		(76.263)		-		-	
	7.294.297		7.284.354		109		402	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.299.124)		(2.124.820)				-	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(230.748)		(287.954)				-	
Serviços de Terceiros	(295.495)		(277.509)		(2.717)		(1.820)	
Gás Comprado para Revenda	(222.512)		(237.863)				-	
Materiais	(95.008)		(124.532)		(16)		(20)	
Outros Custos Operacionais	(211.689)		(276.661)		(18.555)		(90.015)	
	(3.354.576)		(3.329.339)		(21.288)		(91.855)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	3.939.721		3.955.015		(21.179)		(91.453)	
RETENÇÕES								
Depreciação e Amortização	(201.365)		(199.033)		(135)		(130)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	3.738.356		3.755.982		(21.314)		(91.583)	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Resultado de Equivalência Patrimonial	29.641		(57.927)		359.462		63.434	
Receitas Financeiras	179.891		224.734		23.580		30.249	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	3.947.888		3.922.789		361.728		2.100	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
		%		%		%		%
Empregados	454.495	11,52	448.915	11,44	24.726	6,84	17.455	831,19
Remuneração direta	300.314	7,61	306.755	7,82	13.121	3,63	7.592	361,52
Benefícios	134.037	3,40	119.897	3,06	10.852	3,00	9.367	446,05
FGTS	20.144	0,51	22.263	0,57	753	0,21	496	23,62
Impostos, Taxas e Contribuições	2.531.121	64,11	2.765.864	70,51	(7.377)	(2,04)	(30.215)	(1.438,81)
Federais	1.194.565	30,26	1.431.056	36,49	(7.900)	(2,18)	(30.376)	(1.446,48)
Estaduais	1.331.650	33,73	1.330.374	33,91	313	0,09	13	0,62
Municipais	4.906	0,12	4.434	0,11	210	0,05	148	7,05
Remuneração de Capitais de Terceiros	619.538	15,69	702.803	17,92	1.783	0,49	9.741	463,86
Juros	594.083	15,05	678.577	17,30	1.127	0,31	9.577	456,05
Aluguéis	25.455	0,64	24.226	0,62	656	0,18	164	7,81
Remuneração de Capitais Próprios	342.734	8,68	5.207	0,13	342.596	94,71	5.119	243,76
Lucros Retidos	342.596	8,68	5.119	0,13	342.596	94,71	5.119	243,76
Participação dos não-controladores nos lucros Retidos	138	0,00	88	-	-	-	-	-
	3.947.888	100,00	3.922.789	100,00	361.728	100,00	2.100	100,00

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

REFERENTES AOS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) A Companhia

A Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”, “Controladora” ou “Companhia”), sociedade por ações de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, tem suas ações negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa (“Bovespa”) e nas Bolsas de Valores dos Estados Unidos da América (“NYSE”) e da Espanha (“LATIBEX”). A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG. Constituída com o objetivo principal de atuar como Holding, com participação societária em empresas controladas individualmente ou em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

A Companhia assumiu um valor significativo de dívida para financiar os gastos de capital necessários para cumprir os objetivos de crescimento de longo prazo. Em 31 de março de 2017, o passivo circulante consolidado da Cemig excedeu o ativo circulante consolidado em R\$3.479.145. Em 31 de março de 2017, os empréstimos e financiamentos e debêntures, de curto e longo prazo, da Cemig totalizaram R\$4.966.902 e R\$9.761.034. A Companhia apresentou fluxos de caixa operacional consolidado positivo no valor de R\$528.084 no primeiro trimestre de 2017 e negativo de R\$847.581 no mesmo período de 2016.

O Passivo Circulante da Controladora excedeu o Ativo Circulante em R\$473.492. Esse excesso foi decorrente, principalmente, da provisão para perda nas opções de venda no montante de R\$1.165.532. A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando à adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades. A Controladora apresentou fluxo de caixa operacional negativo nas suas operações de R\$2.166 no primeiro trimestre de 2017 e positivo de R\$194.366 no mesmo período de 2016.

O volume substancial de dívida da Cemig poderia afetar, negativamente, os negócios, a condição financeira e o resultado das operações. De forma mais específica, a Cemig está sujeita a determinadas restrições sobre a sua capacidade de captar recursos de terceiros, o que pode impedir a Companhia de celebrar novos contratos para o financiamento das suas operações, ou para o refinanciamento das obrigações existentes, e que pode afetar adversamente seus negócios, resultados operacionais e situação financeira, conforme segue:

- O estatuto social da Companhia prevê a obrigação de manutenção de determinados indicadores financeiros consolidados, relacionados a fatores que incluem dívidas e investimentos, dentro de determinados limites para os valores consolidados do Grupo, o que poderia afetar sua flexibilidade operacional. Em 2015 e 2016, determinados limites e índices financeiros estabelecidos no estatuto social da Companhia foram excedidos, os quais foram previamente aprovados na Assembleia Geral de Acionistas. A Cemig obteve aprovação de seus acionistas para que a Companhia exceda esses limites e índices financeiros aplicáveis para 2017.
- Com relação aos empréstimos de terceiros: (i) na condição de empresa estatal, a Cemig está sujeita a regras e limites relacionados ao nível de crédito aplicável ao setor público, inclusive as regras estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil (BACEN); e (ii) uma vez que a Companhia opera no setor elétrico, a empresa está sujeita às regras e aos limites estabelecidos pela Aneel que abordam o endividamento de empresas do setor elétrico. Adicionalmente, (iii) as empresas estatais podem usar os recursos provenientes das transações com bancos comerciais apenas para refinarçar obrigações financeiras, ou em transações garantidas por duplicatas.
- Outra regra em vigor é a exigência de aprovação de determinadas operações financeiras internacionais pelo Tesouro Nacional (que faz parte do Ministério da Fazenda) e pelo Banco Central antes da sua execução; essa aprovação é normalmente concedida se o objetivo da operação for financiar a importação de mercadorias ou rolar a dívida estrangeira apenas. O objetivo dessas regras é impor limites sobre a capacidade de endividamento da Companhia.

- A Cemig está sujeita às cláusulas restritivas constantes dos seus contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures. Em caso de descumprimento de uma obrigação nos termos do contrato de financiamento, a Cemig deverá reforçar as garantias do financiamento, sob pena de vencimento antecipado do contrato. Qualquer evento de inadimplemento nos nossos instrumentos financeiros poderia levar os credores a fazer com que todos os valores relacionados àquela dívida se tornem imediatamente devidos. O vencimento antecipado das dívidas poderia ter efeito adverso relevante sobre a situação financeira da Companhia, e poderia também resultar na ativação das cláusulas de *cross-default* em outros instrumentos financeiros. Em caso de inadimplemento, os fluxos de caixa da Companhia poderiam ser insuficientes para liquidar completamente a dívida ou para cumprir o serviço dessas dívidas.
- As agências de classificação de risco de crédito atribuem uma nota ao Brasil, à Companhia e aos seus títulos da dívida a nível Brasil e também atribuem uma nota à Companhia a nível global. Se houver rebaixamento das notas devido a qualquer fator externo, ao desempenho operacional ou ao alto nível da dívida, o custo do capital poderá aumentar.

Para fins de amortização dos vencimentos programados da dívida, a Cemig deverá captar valores significativos de capital de terceiros através de uma ampla variedade de fontes de financiamento. Para fins de cumprimento do serviço da dívida da Companhia após atingir nossas metas de investimentos, a Cemig dependeu, e pode continuar a depender, de uma combinação de fluxos de caixa gerados pelas atividades operacionais, reduções nas nossas linhas de crédito disponíveis, saldo do nosso caixa e aplicações financeiras e contratação de dívidas adicionais.

A Cemig possui diversas iniciativas para aumentar a liquidez através da celebração de novos contratos de financiamento ou refinanciamento das obrigações existentes e possível alienação de ativos que não fazem parte da atividade-fim. Em 2016, a Cemig apresentou um programa de desinvestimento que contempla a venda de ativos para o período de 2017–2018, com o objetivo de melhorar nossa posição de liquidez de curto prazo através da melhoria da sua liquidez e redução do endividamento.

Apesar da Cemig estar com alavancagem significativa, a empresa espera que os saldos de caixa corrente, a liquidez da linha de crédito rotativo, o caixa gerado pelas iniciativas descritas acima, e o fluxo de caixa das atividades operacionais sejam suficientes para atender o capital de giro, os investimentos, o serviço da dívida, e outras necessidades de caixa do próximo exercício. A Administração acredita que seus planos serão bem-sucedidos.

Se, por qualquer razão, a Cemig apresentar dificuldades em obter financiamentos, isto poderia comprometer suas condições para realizar investimentos nos montantes necessários para manter o atual nível de investimentos ou seus objetivos de longo prazo e poderia comprometer suas condições de pagamento no prazo das obrigações financeiras de principal e juros junto aos seus credores, considerando que o fluxo de caixa advindo das suas operações seria insuficiente para cobrir o seu programa de investimentos e todo o seu serviço da dívida. Uma redução no programa de investimentos ou a venda de ativos poderia afetar de forma significativa o resultado das suas operações.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de Conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a Norma Internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting* emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

A Companhia optou por apresentar as Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas em um único conjunto, por não existir diferença entre os patrimônios líquidos e os resultados dos períodos das Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas.

Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis Anuais em 31 de dezembro de 2016. Dessa forma, estas Informações Contábeis Intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Contábeis, aprovadas pelo Conselho de Administração em 11 de abril de 2017.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Informações Contábeis Intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 15 de maio de 2017, a Administração da Companhia autorizou a conclusão e emissão destas Informações Contábeis Intermediárias.

2.2 Correlação entre as Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais e as Informações Contábeis Intermediárias

Segue abaixo a correlação entre as Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais Consolidadas de 31 de dezembro de 2016 e as Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas de 31 de março de 2017.

A Companhia entende que as atualizações relevantes referentes à sua situação patrimonial e ao resultado no trimestre findo em 31 de março de 2017 estão apresentadas nestas Informações Contábeis Intermediárias, estando em conformidade com os requerimentos de divulgação emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Número das Notas Explicativas		Título das Notas Explicativas
31/12/2016	31/03/2017	
1	1	Contexto Operacional
2	2	Base de Preparação
3	3	Princípios de Consolidação
4	4	Das Concessões e Autorizações
5	30	Segmentos Operacionais
6	5	Caixa e Equivalentes de Caixa
7	6	Títulos e Valores Mobiliários
8	7	Consumidores e Revendedores e Concessionários de Transportes de Energia
9	8	Tributos Compensáveis
10	9	Imposto de Renda e Contribuição Social
11	10	Fundos Vinculados
12	11	Depósitos Vinculados a Litígios
13	12	Repasse de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE) e da Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias
14	13	Ativos e Passivos Financeiros da Concessão
15	14	Investimentos
16	15	Imobilizado
17	16	Intangível
18	17	Fornecedores
19	18	Impostos, Taxas e Contribuições e Imposto de Renda e Contribuição Social
20	19	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures
21	20	Encargos Regulatórios
22	21	Obrigações Pós-Emprego
23	22	Provisões
24	23	Patrimônio Líquido e Remuneração aos Acionistas
25	24	Receita
26	25	Custos e Despesas Operacionais
27	26	Receitas e Despesas Financeiras
28	27	Transações com Partes Relacionadas
29	28	Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos
30	29	Mensuração Pelo Valor Justo
33	31	Transações não Envolvendo Caixa
34	32	Eventos Subsequentes

As Notas Explicativas do relatório anual de 2016 que foram suprimidas nas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis às informações intermediárias são as seguintes:

Número	Título das Notas Explicativas
31	Seguros
32	Obrigações Contratuais

3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das Informações Contábeis Intermediárias das sociedades controladas e controladas em conjunto utilizadas para cálculo de consolidação e equivalência patrimonial coincidem com as da Companhia.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e as participações diretas da Cemig, incluídas na consolidação são como segue:

Sociedades Controladas	Forma de Avaliação	31/03/2017
		Participação Direta (%)
Cemig Geração e Transmissão	Consolidação	100,00
Cemig Distribuição	Consolidação	100,00
Gasmig	Consolidação	99,57
Cemig Telecom	Consolidação	100,00
Rosal Energia	Consolidação	100,00
Sá Carvalho	Consolidação	100,00
Horizontes Energia	Consolidação	100,00
Usina Térmica Ipatinga	Consolidação	100,00
Cemig PCH	Consolidação	100,00
Cemig Trading	Consolidação	100,00
Efficientia	Consolidação	100,00
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	Consolidação	100,00
UTE Barreiro	Consolidação	100,00
Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica	Consolidação	100,00

4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

Renovação das concessões das Usinas Hidrelétricas de Jaguará, São Simão e Miranda

A Companhia entende que tem direito à renovação das concessões com base nos termos originais dos Contratos de Concessão e encontra-se atualmente em discussão judicial da questão.

Usina Hidrelétrica de Jaguará (“Usina Jaguará”)

Conforme previsto no contrato de concessão da Usina Jaguará, a Companhia requereu a renovação da concessão, sendo que o Ministério das Minas e Energia (“MME”) indeferiu o requerimento da Companhia por entender que a solicitação foi feita de forma intempestiva em relação aos prazos definidos na Lei nº 12.783/13.

Em 20 de junho de 2013, a Cemig GT obteve liminar no Mandado de Segurança nº 20.432/2013 interposto junto ao Superior Tribunal de Justiça (“STJ”), contra ato do MME que não analisou o requerimento de prorrogação do prazo de concessão da Usina Jaguará (424MW, com 336 MW de energia firme), previsto para expirar em 28 de agosto de 2013. A liminar foi deferida pelo Ministro Relator Sérgio Kukina para assegurar que a Cemig GT permanecesse à frente da concessão da Usina Jaguará até o julgamento final da ação. No dia 23 de agosto de 2013 o ministro Sérgio Kukina julgou prejudicado este Mandado de Segurança.

Em 30 de agosto de 2013, a Cemig GT obteve liminar, publicada no dia 03 de setembro de 2013, no novo Mandado de Segurança interposto no STJ, contra decisão do MME que, por meio do Despacho publicado em 23 de agosto de 2013, indeferiu, no mérito, o pedido da Cemig GT para a prorrogação do prazo da concessão da Usina Jaguará, nos termos de seu Contrato de Concessão. A referida liminar assegura que a Cemig GT permanecerá no controle da Usina Jaguará, explorando o serviço público a ela concedido, até o julgamento do processo.

Em 24 de junho de 2015, foi concluído o julgamento do Mandado de Segurança que havia sido impetrado pela Cemig GT. Conforme manifestação dos Ministros que compõem a 1ª Seção do STJ, foram indeferidos os pedidos feitos pela Cemig GT por 6 votos a 2.

Em 22 de setembro de 2015, a Cemig GT ajuizou nova ação cautelar, perante o Supremo Tribunal Federal (“STF”), para manter a titularidade da concessão da usina de Jaguará, sob as bases iniciais do Contrato de Concessão.

No dia 03 de novembro de 2015 o Ministro Relator do STF publicou Despacho, por meio do qual solicitou às partes manifestação acerca do interesse na realização de audiência de conciliação, diante da complexidade e relevância na discussão do objeto da Ação Cautelar, tendo a Cemig protocolizado sua manifestação de interesse no dia 04 de novembro de 2015.

Em 21 de dezembro de 2015, o Ministro Dias Toffoli, Relator deste processo, deferiu o pedido liminar realizado pela Companhia para que sejam suspensos os efeitos do julgamento da 1ª Seção do STJ, mantendo a Cemig GT na titularidade da concessão da UHE Jaguará, sob as bases iniciais do contrato de concessão, até deliberação em sentido contrário do STF. Em 01 de fevereiro de 2016 foi publicada decisão deferindo a requerida liminar.

No dia 15 de fevereiro de 2016 foi publicado Acórdão no STJ contendo a decisão da 1ª Seção daquele Tribunal, que denegou a segurança e julgou prejudicado o agravo regimental.

Em 22 de fevereiro de 2016, no âmbito do STF, foi proferido despacho pelo Ministro Relator, adiando a continuidade da Audiência de Conciliação entre a Cemig GT e a União, aguardando as partes, neste momento, novo despacho para designação de nova data para a continuidade da aludida audiência de conciliação iniciada em 15 de dezembro de 2015.

Em 01 de março de 2016 a Companhia interpôs recurso ordinário ao STJ contra o Acórdão publicado em 15 de fevereiro de 2016, sendo que em 11 de abril de 2016, a Ministra Vice-Presidente do STJ proferiu decisão admitindo o processamento do referido recurso ordinário e determinando o encaminhamento dos autos ao STF.

Em 21 de março de 2017, o STF revogou a liminar na qual a Cemig GT requer, até julgamento definitivo de recurso ordinário pelo STF, a suspensão dos efeitos do julgamento da 1ª Seção do STF, cuja decisão denegou a ordem para manter a Cemig GT na titularidade da concessão

da Usina de Jaguará sob as bases iniciais do Contrato de Concessão 007/97. Os autos foram enviados à Procuradoria Geral da República (PGR), para manifestação.

Até 21 de março de 2017, data de revogação da liminar, a Companhia reconheceu as receitas de vendas de energia e custos operacionais desta usina, tendo em vista que permaneceu no controle do ativo até essa data. A partir desta data, a Companhia cessou o reconhecimento das despesas de depreciação da Usina Jaguará, e passou a reconhecer as receitas referentes a prestação de serviços de operação e manutenção da referida usina, de acordo com o regime de quotas.

Em 29 de março de 2017, a Cemig GT interpôs Agravo Interno contra a decisão que revogou a liminar, requerendo juízo de retratação, de modo a conhecer e prover recurso especial.

Em 31 de março de 2017, o saldo ainda não amortizado da concessão, no valor contábil de R\$169.822, foi transferido do ativo imobilizado para rubrica Ativos de Concessões de Geração, considerando que ainda está em discussão judicial. A Companhia não espera perdas na realização deste ativo.

Em 25 de abril de 2017, o Ministério de Minas e Energia, através da Portaria nº 158/17, designou a Cemig GT como responsável, em caráter temporário, pela prestação do serviço de geração de energia elétrica por meio da UHE Jaguará, de forma a garantir a continuidade do serviço. O custo da Gestão dos Ativos de Geração (GAG) da usina, no montante de R\$36.635 por ano, será utilizado para a definição da Receita Anual de Geração (RAG) inicial da usina.

Usina Hidrelétrica de São Simão (“Usina São Simão”)

Em 03 de junho de 2014, a Companhia protocolou pedido de prorrogação da concessão da Usina São Simão uma vez que entende que o respectivo Contrato de Concessão não se submete às novas regras editadas pela MP 579 (convertida em Lei nº 12.783/2013).

Em 05 de agosto de 2014, a Diretoria da ANEEL decidiu recomendar ao Ministério de Minas e Energia (“MME”) que seja negada a renovação da Concessão da Usina São Simão.

Em 29 de agosto de 2014, o Ministro de Estado de Minas e Energia resolveu indeferir o requerimento de prorrogação do prazo de concessão da Usina São Simão, baseado no Parecer nº 559/2014/CONJURMME/CGU/AGU.

Em 10 de setembro de 2014, a Cemig GT protocolou Recurso Hierárquico perante o MME requerendo que o Ministro de Estado de Minas e Energia reconsidere sua decisão e defira o pleito da Companhia apenas com base no Contrato de Concessão, e, sucessivamente, que o recurso seja encaminhado à Presidência da República, para que emita decisão favorável ao pleito da Companhia nos mesmos termos. Este recurso ainda se encontra pendente de apreciação no MME.

Não obstante, em 15 de dezembro de 2014, a Cemig GT impetrou o Mandado de Segurança nº 21.465/2014, perante o Superior Tribunal de Justiça (“STJ”), com pedido de medida liminar, contra ato ilegal e violador de direito líquido e certo da impetrante, praticado pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, no intuito de obter a prorrogação do prazo de concessão da Usina São Simão com base no Contrato de Concessão.

Em 17 de dezembro de 2014, o Ministro Mauro Campbell deferiu liminar (publicada em 19 de dezembro de 2014) para que a Cemig GT permanecesse no controle da usina, explorando o serviço público a ela concedido, até o julgamento definitivo do Mandado de Segurança referente à Usina Jaguará, ou, até reexame do pleito ora deferido.

Tendo sido concluído o julgamento do Mandado de Segurança referente à Usina Jaguará pela denegação da segurança, o Ministro Relator revogou a liminar concedida nos autos do Mandado de Segurança referente à Usina São Simão, cuja decisão foi publicada no dia 30 de junho de 2015.

No dia 03 de julho de 2015, a Companhia interpôs Agravo Regimental para que seja exercido o juízo de retratação da decisão agravada pelo Ministro Relator, ou, caso assim não entenda, que seja submetido referido recurso à apreciação da Egrégia 1ª Seção do STJ, para que seja concedida liminar preservando-se a Companhia na titularidade da concessão da Usina São Simão, sob as bases iniciais do Contrato de Concessão.

No dia 10 de julho de 2015, a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético oficiou a Cemig GT para se manifestar acerca do interesse da Companhia em permanecer à frente da Usina São Simão, sob as novas bases da Lei nº 12.783/13, até assunção pelo vencedor de nova licitação a ser promovida, tendo em vista a revogação da liminar.

Diante desse fato novo, no dia 22 de julho de 2015, a Cemig GT peticionou ao Exmo. Sr. Ministro Presidente do STJ requerendo o pedido de retratação formulado no bojo do Agravo Regimental, de forma que, reconsiderando a decisão agravada, seja concedida medida liminar, para manter a Companhia na titularidade da concessão da Usina São Simão, sob as bases iniciais do Contrato de Concessão, até que seja julgado definitivamente este Mandado de Segurança, ou, subsidiariamente, que, ao menos, seja atribuído efeito suspensivo ao Agravo Regimental.

No dia 20 de agosto de 2015, foi informado que o MME tomaria as providências para designar a Cemig GT como prestadora do serviço de geração de energia elétrica por meio da Usina São Simão, em regime de cotas, ao argumento de que a revogação da liminar concedida nos autos do Mandado de Segurança possui força executória imediata.

Como resposta, a Cemig GT manifestou interesse em permanecer responsável pela Prestação do Serviço de geração de energia elétrica da Usina São Simão, mas ressaltou que há dúvidas quanto à modalidade e a segurança jurídica desta prestação de serviços, uma vez que a matéria ainda se encontra pendente de decisões judicial e administrativa.

O MME, por meio da Portaria nº 432/2015, publicada no dia 15 de setembro de 2015, designou a Cemig GT como responsável pela prestação do serviço de geração de energia elétrica, por meio da Usina São Simão, em regime de quotas (sendo responsável pela operação e manutenção da usina, sem, no entanto, ter direito a sua produção de energia, que será alocada aos leilões de energia assegurada) até a assunção do concessionário vencedor da licitação.

Deve ser ressaltado que no âmbito judicial, a Cemig GT impetrou novo Mandado de Segurança em face do Exmo. Ministro do STJ Mauro Campbell Marques, com o fim de anular o ato coator, fazendo prevalecer a medida liminar que autorizou a impetrante, a permanecer à frente da concessão da Usina São Simão sob as bases iniciais do contrato, até que o Mandado de Segurança referente à Usina São Simão seja definitivamente julgado ou, subsidiariamente, até que seja apreciado o mérito do Agravo Regimental.

Em 8 de setembro de 2015, foi publicada decisão do Ministro Relator (Ministro Herman Benjamin) indeferindo o pedido de liminar pleiteado pela Companhia.

Ainda no dia 8 de setembro de 2015 foi interposto Agravo Regimental contra a decisão do Ministro Herman Benjamin que indeferiu o pedido de liminar formulado. Durante a Sessão da Corte Especial do STJ, realizada no dia 4 de novembro de 2015, foi, por unanimidade, negado provimento ao Agravo Regimental, nos termos do voto do Ministro Relator.

No dia 25 de novembro de 2015, o Agravo Regimental interposto pela Cemig GT contra a decisão que cassou a liminar, foi, por unanimidade, indeferido pela 1ª Seção do STJ, tendo sido publicado o referido Acórdão no dia 01 de dezembro de 2015, restando pendente o julgamento de mérito deste Mandado de Segurança.

Em 06 de março de 2017, o Superior Tribunal de Justiça concedeu liminar para manter a Cemig GT na titularidade da concessão da usina hidrelétrica de São Simão nas bases iniciais do Contrato de Concessão nº 007/1997, até a conclusão do julgamento do mandado de segurança impetrado pela Companhia.

Em 28 de março de 2017, foi revogada a medida liminar na qual a Cemig GT requer, perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ), a anulação da decisão do Ministério de Minas e Energia (MME), que indeferiu, no mérito, o pedido da Cemig GT para a prorrogação do prazo de concessão da UHE São Simão, nos termos de seu Contrato de Concessão 007/97.

Considerando a situação atual da discussão judicial, a Companhia:

- Reconheceu, até a data de 15 de setembro de 2015, as receitas de vendas de energia e custos operacionais desta usina, em conformidade com as práticas contábeis vigentes, tendo em vista que permaneceu no controle do ativo até esta data;

- Considerando os requerimentos da Portaria 432/2015, a partir de 16 de setembro de 2015, cessou o reconhecimento das despesas de depreciação da Usina São Simão, e passou a reconhecer as receitas referentes a prestação de serviços de operação e manutenção da referida usina, de acordo com o regime de quotas;
- Transferiu o saldo ainda não amortizado da concessão, no valor contábil de R\$206.566 em 31 de março de 2017, do ativo imobilizado para rubrica Ativos de Concessões de Geração, considerando que ainda está em discussão judicial. A Companhia não espera perdas na realização deste ativo.

Concessão da UHE Miranda

No dia 10 de junho de 2016, a Cemig Geração e Transmissão protocolou requerimento na Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL visando a prorrogação, por 20 anos, do prazo da concessão da Usina Hidrelétrica Miranda (UHE Miranda). Em 12 de julho de 2016, a ANEEL, acolhendo o voto do diretor relator no processo, José Jurhosa Junior, decidiu pelo encaminhamento do processo *“ao Ministério de Minas e Energia – MME com a recomendação de não conhecer do pedido formulado pela Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig GT, com vistas à prorrogação do prazo de vigência da concessão da Usina Hidrelétrica Miranda, por ter sido formulado fora do prazo estipulado pela Lei 12.783/2013”*.

A Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT) protocolou, junto ao Poder Concedente, pedido de prorrogação do prazo de concessão da UHE Miranda com base no Contrato de Concessão nº 007/1997, usina que teve o termo final de concessão em 23 de dezembro de 2016.

Considerando que esse pedido não foi aceito pelo Ministério de Minas e Energia (MME), a Cemig GT entrou com um pedido de liminar no Superior Tribunal de Justiça (STJ). A liminar foi concedida em 22 de dezembro de 2016, mantendo o controle da UHE Miranda com a empresa, nas bases iniciais do Contrato de Concessão nº 007/1997, até a conclusão do julgamento do mandado de segurança impetrado pela Companhia.

Em 29 de março de 2017, foi revogada a medida liminar nos autos do Mandato de Segurança nº 23.042/DF, que tramita perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ), impetrado pela Companhia, com o objetivo de anular a decisão do Ministério de Minas e Energia (MME) que indeferiu, no mérito, o pedido da Cemig GT para a prorrogação do prazo de concessão da UHE de Miranda, nos termos de seu Contrato de Concessão 007/97.

Até 29 de março de 2017, data de revogação da liminar, a Companhia reconheceu as receitas de vendas de energia e custos operacionais desta usina, tendo em vista que permaneceu no controle do ativo até essa data. A partir desta data, a Companhia cessou o reconhecimento das despesas de depreciação da Usina Miranda, e passou a reconhecer as receitas referentes a prestação de serviços de operação e manutenção da referida usina, de acordo com o regime de quotas.

Em 31 de março de 2017, o saldo ainda não amortizado da concessão, no valor contábil de R\$629.375, foi transferido do ativo imobilizado para rubrica Ativos de Concessões de Geração, considerando que ainda está em discussão judicial. A Companhia não espera perdas na realização deste ativo.

Em 25 de abril de 2017, o Ministério de Minas e Energia, através da Portaria nº 157/17, designou a Cemig GT como responsável, em caráter temporário, pela prestação do serviço de geração de energia elétrica por meio da UHE Miranda, de forma a garantir a continuidade do serviço. O custo da Gestão dos Ativos de Geração (GAG) da usina, no montante de R\$29.645 por ano, será utilizado para a definição da Receita Anual de Geração (RAG) inicial da usina.

Processo Administrativo

De forma subsidiária ao pedido de prorrogação por 20 anos da concessão das UHE's de Jaguara, São Simão e Miranda, a Companhia requereu a instauração de processo administrativo para os efeitos do § 1º-C do art. 8º da Lei nº 12.783/2013, em benefício da Cemig GT.

Esse dispositivo legal, incluído pela Lei nº 13.360, de 17 de novembro de 2016, faculta à União outorgar contrato de concessão de geração de energia elétrica pelo prazo de 30 anos associado à transferência do controle da pessoa jurídica prestadora deste serviço (no caso, uma das subsidiárias da Cemig GT), sob controle direto ou indireto de Estado, do Distrito Federal ou de Município, desde que:

I - a licitação, na modalidade leilão ou concorrência, seja realizada pelo controlador até 28 de fevereiro de 2018;

II - a transferência de controle seja realizada até 30 de junho de 2018.

O pedido subsidiário se fundamentou, em síntese, no espírito conciliador e de cooperação que deve reger a relação entre concessionário e poder concedente e a busca constante de alternativas que apresentem, sempre, a melhor solução para os consumidores, para o país e para os acionistas da Companhia, dentre eles, o povo mineiro.

Assim, caso o Ministério entenda por manter seu posicionamento e mantidas todas as decisões que determinaram a prevalência da Lei nº 12.783/2013 em detrimento do disposto na Segunda Subcláusula da Cláusula Quarta do Contrato CEMIG nº 007/1997, a CEMIG GT solicitou, em benefício de uma das subsidiárias, a aplicação da regra constante do disposto no §1º-C do art. 8º da Lei nº 12.783/2013.

Salientou-se, por oportuno, que a simples apresentação do Requerimento Subsidiário não importa, por certo, renúncia da Cemig GT ao direito da Companhia discutido nas ações judiciais que move em face da União, ou seja, ao direito à garantia da prorrogação das concessões previsto na Cláusula Quarta do Contrato de Concessão nº 007/1997.

A Companhia protocolizou, na mesma data, junto ao MME resposta sobre questionamento acerca do interesse em permanecer como prestadora do serviço de geração de energia após o termo final da concessão da UHE Volta Grande, que ocorreu em 23 de fevereiro de 2017. Nesta resposta, e em requerimento próprio, a Companhia manifestou seu interesse em permanecer responsável pela Prestação do Serviço de geração de energia elétrica desta UHE, bem como requereu a instauração de processo administrativo para os efeitos do § 1º-C do art. 8º da Lei nº 12.783/2013, também em benefício de uma das subsidiárias da Cemig GT prestadora de serviço.

A Administração da Companhia permanece confiante em seu direito com relação às usinas de Jaguara, São Simão e Miranda, amparada em cláusula contratual, na legislação em vigor, e em pareceres emitidos por juristas de renome. A possibilidade de êxito nas discussões judiciais foi considerada possível, pelos assessores legais internos e externos da Companhia.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Contas Bancárias	42.186	101.419	4.396	4.414
Aplicações Financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários	501.722	523.673	11.757	17.098
Overnight	297.308	370.040	19.530	47.840
Outros	1.049	-	-	-
	800.079	893.713	31.287	64.938
	842.265	995.132	35.683	69.352

Os Certificados de Depósito Bancário – CDB são remunerados a um percentual do CDI, Certificado de Depósito Inter-bancário, divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP que variam entre 75% a 106% conforme operação (75% a 106% em 31 de dezembro de 2016). As operações compromissadas afirmam, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo Banco, a vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente, a critério do cliente.

As operações de *overnight* consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada de 12,14% (13,64% em 31 de dezembro de 2016) e têm o objetivo de liquidar obrigações dos cotistas do Fundo ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia a risco de taxas de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 28 das Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Aplicações Financeiras				
Circulante				
Certificados de Depósitos Bancários	44.729	46.011	1.869	4.238
Letras Financeiras - Bancos	612.328	728.293	40.224	94.156
Letras Financeiras do Tesouro	167.849	192.995	11.026	24.951
Debêntures	14.564	45.289	3.324	9.403
Outros	1.529	1.600	620	611
	840.999	1.014.188	57.063	133.359
Não Circulante				
Certificados de Depósitos Bancários	-	-	-	-
Letras Financeiras - Bancos	12.332	14.134	805	1.820
Debêntures	14.697	16.906	1.835	4.139
	27.029	31.040	2.640	5.959
	868.028	1.045.228	59.703	139.318

Os Certificados de Depósito Bancário – CDB são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 100,5% a 105,25%, em 31 de março de 2017 (100,5% a 111% em 31 de dezembro 2016), conforme operação.

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig GT possuem taxa de remuneração que variam entre 100,5% a 113% do CDI em 2017 (104,25% a 112,7% em 31 de dezembro de 2016).

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre 104,25% a 112,4% do CDI em 2017 (104,25% a 113% em 31 de dezembro de 2016).

A classificação destes títulos e valores mobiliários está apresentada na Nota Explicativa nº 28. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na Nota Explicativa nº 27.

7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

	Consolidado				31/03/2017	31/12/2016
	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias			
Fornecimento Faturado	1.495.247	691.991	712.511		2.899.749	2.568.823
Fornecimento não Faturado	975.572	-	-		975.572	919.531
Suprimento a Outras Concessionárias	278.572	10.288	11.166		300.026	422.981
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	151.200	7.902	1.029		160.131	1.432
Concessionários – Transporte de Energia	256.693	14.245	74.127		345.065	318.723
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(726.300)		(726.300)	(660.105)
	3.157.284	724.426	72.533		3.954.243	3.571.385
Ativo Circulante					3.807.882	3.425.018
Ativo não Circulante					146.361	146.367

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na Nota Explicativa nº 28.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	31/03/2017	31/12/2016
Residencial	281.797	244.964
Industrial	136.765	132.586
Comércio, Serviços e Outras	164.220	152.297
Rural	28.616	23.764
Poder Público	17.928	9.672
Iluminação Pública	5.411	5.392
Serviço Público	15.505	15.408
Encargos de Uso de Rede - TUSD	67.733	67.733
Outros	8.325	8.289
	726.300	660.105

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) no primeiro trimestre é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	625.445
Constituições	76.263
Baixas	(44.919)
Saldo em 31 de março de 2016	656.789
Saldo em 31 de dezembro de 2016	660.105
Constituições	66.195
Saldo em 31 de março de 2017	726.300

Venda Antecipada de Energia Elétrica

A Cemig GT realizou operações de antecipação de venda de energia, com determinados clientes, tendo recebido os montantes de R\$181.200 e R\$137.484, antecipadamente, referente à quantidade de energia contratada para o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017 e de 1º de julho a 31 de dezembro de 2017, respectivamente. O saldo devedor, em 31 de março de 2017, é de R\$303.248, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2016	181.200	181.200
Adição	141.875	141.875
Realização	(32.388)	(32.388)
Atualização Financeira	12.561	12.561
Saldo em 31 de março de 2017	303.248	303.248

8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Circulante				
ICMS a Recuperar	149.255	155.306	-	-
PIS-PASEP	12.492	12.480	15	-
COFINS	57.699	57.634	79	-
Outros	15.990	10.864	-	-
	235.436	236.284	94	-
Não Circulante				
ICMS a Recuperar	181.646	170.551	-	-
PIS-PASEP	893	914	4	4
COFINS	4.500	4.597	17	16
Outros	2.226	2.226	1.796	1.796
	189.265	178.288	1.817	1.816
	424.701	414.572	1.911	1.816

Os créditos de PIS/PASEP e COFINS são decorrentes principalmente de aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível, que podem ser compensados em 48 meses.

Os créditos de ICMS a Recuperar, registrados no Ativo Não Circulante, são decorrentes de aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível, e podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o Não Circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados até 31 de março 2018.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e a antecipações que serão compensadas com Tributos Federais a pagar a serem apurados.

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Circulante				
Imposto de Renda	335.028	436.167	38.004	78.174
Contribuição Social	91.433	153.352	2.067	-
	426.461	589.519	40.071	78.174
Não Circulante				
Imposto de Renda	57.041	98.132	57.041	98.132
Contribuição Social	13.929	13.928	13.929	13.928
	70.970	112.060	70.970	112.060
	497.431	701.579	111.041	190.234

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A Cemig e suas controladas possuem créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9%, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Ativos Fiscais Diferidos				
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	294.541	290.272	204.541	202.797
Provisões	1.066.815	1.027.279	552.000	547.277
Obrigações Pós-Emprego	1.198.216	1.175.074	124.677	121.973
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	261.174	228.801	7.192	7.192
Tributos com exigibilidade suspensa (1)	202.424	201.711	-	-
Concessão Onerosa	8.308	8.262	-	-
Outros	27.324	22.096	353	190
Total	3.058.802	2.953.495	888.763	879.429
Passivos Fiscais Diferidos				
Custo de Captação	(39.725)	(44.835)	-	-
Custo atribuído	(282.583)	(268.009)	-	-
Custo de Aquisição de Participações Societárias	(477.010)	(481.488)	(89.486)	(90.111)
Encargos Financeiros Capitalizados	(153.443)	(148.559)	-	-
Tributos sobre rendas não resgatadas – Lucro Presumido	(2.809)	(1.549)	-	-
Ganho indenização de ativos de transmissão	(539.277)	(516.985)	-	-
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	(268.780)	(270.553)	-	-
Outros	(7.723)	(6.270)	-	-
Total	(1.771.350)	(1.738.248)	(89.486)	(90.111)
Total Líquido	1.287.452	1.215.247	799.277	789.318
Total do Ativo	1.879.662	1.797.453	799.277	789.318
Total do Passivo	(592.210)	(582.206)	-	-

(1) Referente ao depósito judicial de PIS-PASEP/COFINS incidentes sobre ICMS;

c) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada na Demonstração de Resultado, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
Resultado antes dos Impostos	506.123	31.740	332.637	(26.314)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(172.082)	(10.792)	(113.097)	8.947
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Resultado de Equivalência Patrimonial (líquido dos efeitos de JCP)	8.593	(17.544)	122.841	22.192
Contribuições e Doações Indedutíveis	(832)	(747)	-	-
Incentivo Fiscal	3.796	3.304	-	30
Créditos Fiscais não Reconhecidos	93	(2.164)	-	(90)
Diferença de Base de Cálculo - Lucro Presumido X Lucro Real	2.627	8.659	-	-
Multas Indedutíveis	(4.758)	(5.152)	(6)	-
Excedente de Reativos e Ultrapassagem de Demanda	(3.075)	(3.021)	-	-
Outros	2.249	924	221	354
Imposto de Renda e Contribuição Social – Crédito (Despesa) Efetivos	(163.389)	(26.533)	9.959	31.433
Alíquota Efetiva	32,28%	83,59%	2,91%	119,45%
Imposto Corrente	(233.457)	(71.792)	-	(1.654)
Imposto Diferido	70.068	45.259	9.959	33.087

10. FUNDOS VINCULADOS

O valor dos fundos vinculados, no montante de R\$378.611, refere-se principalmente a valor depositado junto ao Banco Santander, em conformidade com acordo de acionistas da RME e LEPSA, como garantia para liquidação das opções de venda. O contrato da conta junto ao banco depositário possui vigência até 15 de dezembro de 2017.

11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os Depósitos Vinculados a Litígios referem-se, principalmente, a contingências trabalhistas e a obrigações fiscais.

Os principais Depósitos Vinculados a Litígio, relativos às obrigações fiscais, referem-se ao PASEP/COFINS – referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP e COFINS.

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Trabalhista	402.548	381.249	38.944	37.081
Fiscais				
Imposto de Renda sob JCP	24.560	24.130	519	510
PASEP/COFINS (1)	748.294	746.340	-	-
Créditos de ICMS sobre ativo Imobilizado	36.861	36.657	-	-
ITCD	46.643	45.620	46.204	45.181
IPTU	74.144	80.345	59.127	65.694
FINSOCIAL	38.027	37.399	38.027	37.399
Outros	198.488	192.540	35.583	35.114
	1.167.017	1.163.031	179.460	183.898
Outros				
Atualização monetária AFAC - Governo do Estado de Minas Gerais (2)	239.445	239.445	239.445	239.445
Regulatório	61.140	60.227	27.960	27.374
Responsabilidade Civil	12.852	13.484	6.015	6.015
Relações de Consumo	5.902	5.598	1.579	1.548
Bloqueio Judicial	8.667	7.877	3.143	3.118
Outros	13.151	15.968	1.388	1.389
	341.157	342.599	279.530	278.889
	1.910.722	1.886.879	497.934	499.868

(1) Os saldos de depósitos judiciais, relativos à PASEP/COFINS, referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP/COFINS, possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 18;

(2) Depósito administrativo para buscar a suspensão da exigibilidade do crédito cobrado pelo Governo do Estado de Minas Gerais relativo à diferença na atualização monetária de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital. Vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 22.

12. REPASSES DE RECURSOS DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CDE) E BANDEIRAS TARIFÁRIAS

Reembolso de subsídios tarifários

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica são reembolsados através dos repasses de recursos da CDE.

Em 31 de março de 2017, o montante apropriado como receitas de subsídios foi de R\$191.254 (R\$215.085 em 31 de março de 2016). Do valor provisionado, a Companhia tem a receber R\$63.751 (R\$63.751 em 31 de dezembro de 2016), reconhecidos no ativo circulante.

Repasse da Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT” ou “Conta Bandeira”)

A Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT” ou “Conta Bandeira”) destina-se à administração dos recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias aos consumidores cativos das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN), recolhidos em nome da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) diretamente à Conta Bandeira. Os recursos são repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) aos agentes de distribuição, considerando a diferença entre os valores realizados dos custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e a cobertura tarifária vigente.

No período de janeiro a março de 2017, os repasses da Conta Bandeira totalizaram R\$2.721 (R\$271.792 de janeiro a março de 2016) e foram reconhecidos como uma realização parcial da CVA constituída.

13. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Consolidado	31/03/2017	31/12/2016
Ativos Relacionados à Infraestrutura (a)		
Concessões de Distribuição	242.525	216.107
Concessões de Transmissão	480.738	482.281
Indenização a Receber - transmissão	1.871.060	1.805.230
Indenizações a Receber - geração	616.876	546.624
Bonificação pela Outorga – Usinas Leilão 12/2015	2.277.656	2.253.765
	5.488.855	5.304.007
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” CVA e Outros Componentes Financeiros (b)	268.602	397.725
Total	5.757.457	5.701.732
Ativo Circulante	508.146	730.488
Ativo Não Circulante	5.249.311	4.971.244

Passivos Financeiros da Concessão	31/03/2017	31/12/2016
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” CVA e Outros Componentes Financeiros (b)	987.344	804.975
Passivo Circulante	851.014	481.835
Passivo Não Circulante	136.330	323.140

a) Ativos Relacionados à Infraestrutura

Os contratos de distribuição, transmissão e gás da Companhia e suas controladas estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório dos segmentos e nos contratos de concessão assinados entre a Cemig e suas controladas e os respectivos poderes concedentes.

Indenização a Receber - Transmissão

Os contratos de concessão de transmissão da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRC 12), que trata de contabilização dos contratos de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização pelo Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão.

A Resolução Normativa ANEEL nº 589, de 10 de dezembro de 2013, definiu os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) das instalações de transmissão, para fins de indenização.

Em 16 de agosto de 2016 a ANEEL, através do Despacho nº 2.181, homologou o valor de R\$892.050, na data base de dezembro de 2012, correspondente à parcela dos ativos reversíveis ainda não amortizados para fins de indenização à Cemig GT.

Em 22 de abril de 2016 o Ministério de Minas e Energia – MME publicou a Portaria MME nº 120 definindo o prazo e a forma para pagamento do valor remanescente da indenização.

A Portaria determinou que os valores homologados pela ANEEL passem a compor a Base de Remuneração Regulatória e que o custo de capital seja adicionado às respectivas Receitas Anuais Permitidas (“RAP”).

As parcelas de remuneração e depreciação não pagas desde as prorrogações das concessões até o processo tarifário de 2017 deverão ser atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e remuneradas pelo custo do capital próprio, real, do segmento de transmissão definido pela ANEEL nas metodologias de Revisão Tarifária Periódica das Receitas das Concessionárias Existentes, atualmente 10,44% ao ano, a ser pago pelo prazo de 8 anos com ressarcimento pela RAP.

Indenização dos ativos de transmissão - liminar obtida por consumidores industriais

Em 10 de abril de 2017, foi concedida tutela antecipada em favor da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Livres, da Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro e da Associação Brasileira dos Produtores de Ferroligas e de Silício Metálico no âmbito do processo judicial promovido por essas entidades em face da Aneel e da União visando a suspensão dos efeitos sobre as suas tarifas do pagamento da indenização dos ativos de transmissão devidos aos agentes do setor elétrico que fizeram a adesão aos termos da Lei 12.783/13.

A tutela antecipada foi em caráter parcial, com efeitos relacionados a suspensão da inclusão nas tarifas dos consumidores dessas Associações da parcela da indenização correspondente a remuneração do custo do capital próprio incorporado desde a prorrogação das concessões.

A Companhia tem a expectativa de realização integral dos créditos a receber referente a indenização de transmissão.

A companhia apurou os seguintes valores como indenização:

Base de Remuneração Regulatória - BRR - Despacho nº2.181/2016	1.177.488
Valor da Indenização já recebido	(285.438)
Valor Líquido dos Bens para Fins de Indenização	892.050
Atualização Portaria MME nº120/16 - IPCA/Custo Capital Próprio - Período 01/2013 a 09/2016	979.010
Total Indenização	1.871.060

Para os novos ativos de melhorias e reforços implantados pelas concessionárias de transmissão, a ANEEL calcula parcela adicional de Receita Anual Permitida – RAP, conforme metodologia definida nos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET.

De acordo com o PRORET, a receita estabelecida nas Resoluções é devida às transmissoras a partir da data da entrada em operação comercial do empreendimento. Nos períodos entre revisões as receitas associadas às melhorias e aos reforços têm caráter provisório, sendo redefinidas no processo de revisão subsequente à entrada em operação comercial do empreendimento, com efeitos retroativos à data de entrada em operação comercial do reforço ou melhoria.

Indenização a Receber - Geração

Em julho de 2015, ocorreu o término do Contrato de Concessão nº 007/97 para diversas usinas operadas pela Companhia. A partir do término da concessão, a Companhia passou a ter direito a indenização dos ativos ainda não indenizados, conforme previsto no contrato de concessão mencionado. Os saldos contábeis correspondentes a esses ativos, incluindo o Custo Atribuído (“Deemed Cost”), foram transferidos do Imobilizado para o Ativo Financeiro na data do término da concessão e montam R\$616.876, em 31 de março de 2017.

Central Geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Histórico	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Atribuído
UHE Três Marias	jul/15	396	71.694	413.450
UHE Salto Grande	jul/15	102	10.835	39.379
UHE Itutinga	jul/15	52	3.671	6.589
UHE Camargos	jul/15	46	7.818	23.095
PCH Piau	jul/15	18,01	1.531	9.005
PCH Gafanhoto	jul/15	14	1.232	10.262
PCH Peti	jul/15	9,4	1.346	7.871
Dona Rita	set/13	2,41	534	534
PCH Tronqueiras	jul/15	8,5	1.908	12.323
PCH Joasal	jul/15	8,4	1.379	7.622
PCH Martins	jul/15	7,7	2.132	4.041
PCH Cajuru	jul/15	7,2	3.576	4.252
PCH Paciência	jul/15	4,08	728	3.936
PCH Marmelos	jul/15	4	616	4.265
Volta Grande	fev/17	380	25.621	70.252
		1.060	134.621	616.876

Conforme previsto na Resolução Normativa ANEEL 615/2014, os laudos de indenização dos ativos a serem indenizáveis foram entregues à ANEEL em dezembro de 2015, inclusive o da Usina de Volta Grande, cujo contrato de concessão venceu em 23 de fevereiro de 2017. A Companhia não espera perdas na realização deste ativo.

Do término do contrato de concessão e até 04 de janeiro de 2016, as usinas passaram a ser operadas pela Companhia em regime de cotas, com remuneração por tarifa apenas para cobrir custos de operação e manutenção dos ativos. A partir de 05 de janeiro de 2016, com a assinatura dos respectivos Contratos de Concessão, os ativos passaram a ser operados em conformidade aos termos do Leilão vencido pela Cemig GT em 25 de novembro de 2015, conforme descrito a seguir:

Bonificação por outorga – Concessões de geração

Em junho de 2016 os Contratos de Concessão nº 08 ao 16/2016, referentes a 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015 vencido pela Cemig GT, tiveram as suas titularidades transferidas para as respectivas Sociedades de Propósitos Específicos – SPE's, subsidiárias integrais da Cemig GT, conforme demonstrado a seguir:

	Saldo em 31/12/2016	Atualização	Recebimento	Saldo em 31/03/2017
Cemig Geração Três Marias S.A.	1.283.197	42.718	(29.881)	1.296.034
Cemig Geração Salto Grande S.A.	402.639	13.472	(9.424)	406.687
Cemig Geração Itutinga S.A.	149.904	5.728	(4.006)	151.626
Cemig Geração Camargos S.A.	112.447	4.264	(2.983)	113.728
Cemig Geração Sul S.A.	146.553	5.999	(4.197)	148.355
Cemig Geração Leste S.A.	99.315	4.556	(3.187)	100.684
Cemig Geração Oeste S.A.	59.710	2.769	(1.937)	60.542
Total	2.253.765	79.506	(55.615)	2.277.656

A bonificação pela outorga por 30 anos de concessão das 18 usinas foi de R\$2.216.353, sendo que 65% foram pagos em 04 de janeiro de 2016 e o valor restante de R\$775.724, correspondente a 35%, foi pago em 1º de julho de 2016, no montante de R\$827.921, atualizado pela taxa SELIC. O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão.

Em 2016, toda a energia das usinas foi comercializada no Ambiente de Contratação Regulada ("ACR") no Sistema de Cota de Garantia Física. A partir de 2017, a energia passou a ser comercializada na proporção de 70% no ACR e 30% no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

A movimentação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura é como segue:

	Distribuição	Transmissão	Geração	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2015	135.983	1.501.441	546.424	2.183.848
Adição	-	6.688	-	6.688
Adição - Bonificação pela Outorga - Usinas	-	-	2.216.353	2.216.353
Baixas	-	(79)	-	(79)
Recebimentos	-	(3.534)	(77.278)	(80.812)
Transferência Financeiro X Intangível	25.961	-	-	25.961
Atualização Financeira	1.846	31.244	105.598	138.688
Saldo em 31 de março de 2016	163.790	1.535.760	2.791.097	4.490.647
Saldo em 31 de dezembro de 2016	216.107	2.287.511	2.800.389	5.304.007
Adições	25.206	2.920	-	28.126
Indenização Usinas não renovadas	-	-	70.252	70.252
Recebimentos Ativos Transmissão	-	(4.245)	(55.615)	(59.860)
Atualização Financeira	1.228	65.830	79.506	146.564
Baixas	(16)	(218)	-	(234)
Saldo em 31 de março de 2017	242.525	2.351.798	2.894.532	5.488.855

b) Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” (CVA) e Outros Componentes Financeiros

O Termo Aditivo que prorrogou o prazo de concessão da Cemig D garante que, no caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, os saldos remanescentes (ativos e passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa também devam ser considerados pelo poder concedente para fins de indenização.

Os saldos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA), da Neutralidade dos Encargos Setoriais e outros componentes financeiros referem-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa SELIC e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Seguem abaixo os saldos desses ativos e passivos financeiros, devendo ser ressaltado que nas Informações Contábeis Intermediárias os saldos das rubricas estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados:

Saldos em 31/03/2017	Circulante		Não Circulante		Total do Ativo	Total do Passivo
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo		
Itens da “Parcela A”						
Quota de Recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	108.824	(291.690)	-	(54.872)	108.824	(346.562)
Tarifa de Uso das Instalações de Transmissão dos Integrantes da Rede Básica	16.566	2.856	4.393	-	20.959	2.856
Tarifa de Transporte de Energia Elétrica Proveniente de Itaipu	6.429	-	895	-	7.324	-
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia – PROINFA	4.726	(6.963)	-	(1.304)	4.726	(8.267)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS e Encargo de Energia de Reserva - EER	-	(239.953)	-	(76.654)	-	(316.607)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	1.534.329	(1.329.773)	301.924	(262.609)	1.836.253	(1.592.382)
Outros Componentes Financeiros						
Sobrecontratação de Energia	-	(86.578)	7.883	(8.411)	7.883	(94.989)
Neutralidade da Parcela A	48.797	(76.220)	3.291	(14.338)	52.088	(90.558)
Outros Itens Financeiros	1.113	(262.007)	-	(36.529)	1.113	(298.536)
Bandeiras Tarifárias (1)	-	(9.784)	-	-	-	(9.784)
Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos (2)	-	(3.083)	-	-	-	(3.083)
TOTAL	1.720.784	(2.303.195)	318.386	(454.717)	2.039.170	(2.757.912)

(1) Faturamento de Bandeiras Tarifárias ainda não homologado pela ANEEL;

(2) Valores de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos passaram a ser apropriados em passivos financeiros setoriais, conforme PRORET 2.1A, e somente serão amortizados quando da homologação do 5º ciclo de revisão tarifária periódica.

Saldos em 31/12/2016	Circulante		Não Circulante		Total do Ativo	Total do Passivo
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo		
Itens da “Parcela A”						
Quota de Recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	202.802	(144.864)	-	(99.977)	202.802	(244.841)
Tarifa de Uso das Instalações de Transmissão dos Integrantes da Rede Básica	6.717	-	3309	-	10.026	-
Tarifa de Transporte de Energia Elétrica Proveniente de Itaipu	7.577	-	1.603	-	9.180	-
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia – PROINFA	15.677	(84)	1.734	-	17.411	(84)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS e Encargo de Energia de Reserva - EER	-	(166.851)	-	(77.201)	-	(244.052)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	1.676.110	(1.299.953)	370.140	(402.366)	2.046.250	(1.702.319)
Outros Componentes Financeiros						
Sobrecontratação de Energia	-	(137.706)	-	(22.799)	-	(160.505)
Neutralidade da Parcela A	79.539	(46.470)	887	(32.070)	80.426	(78.540)
Outros Itens Financeiros	2.783	(265.775)	-	(66.401)	2.783	(332.176)
Bandeiras Tarifárias (1)	-	(8.966)	-	-	-	(8.966)
TOTAL	1.991.205	(2.070.669)	377.673	(700.814)	2.368.878	(2.771.483)

(1) Faturamento de Bandeiras Tarifárias ainda não homologado pela ANEEL.

BALANÇO PATRIMONIAL	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	31/03/2017	31/12/2016
Ativo	774.144	1.265.026	2.039.170	2.368.878
Passivo	(505.542)	(2.252.370)	(2.757.912)	(2.776.128)
Total Líquido Apresentado no Balanço	268.602	(987.344)	(718.742)	(407.250)

Segue abaixo a movimentação dos saldos de ativos e passivos financeiros:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.349.656
(+) Constituição líquida de ativos financeiros	5.411
(-) Realização	(137.615)
(-) Repasse de recursos da Conta ACR e da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT (1)	(271.792)
(+) Atualização Selic	19.732
Saldo em 31 de março de 2016	965.392
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(407.250)
(-) Constituição líquida de passivos financeiros	(157.842)
(-) Realização	(144.760)
(-) Repasses da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT (1)	(2.721)
(+) Atualização Selic	(6.169)
Saldo em 31 de março de 2017	(718.742)

(1) Mais detalhes na Nota Explicativa nº 12.

14. INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta os investimentos em controladas e controladas em conjunto.

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Cemig Geração e Transmissão	-	-	4.884.392	4.583.195
Hidrelétrica Cachoeirão	51.016	50.411	-	-
Guanhães Energia	11.449	-	-	-
Hidrelétrica Pipoca	32.509	31.809	-	-
Retiro Baixo	165.217	161.848	-	-
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	556.804	527.498	-	-
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	620.815	643.890	-	-
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	657.116	677.182	-	-
Lightger	43.256	41.543	-	-
Baguari Energia	168.422	162.106	-	-
Renova	694.585	688.625	-	-
Aliança Geração	1.342.207	1.319.055	-	-
Central Eólica Praias de Parajuru	62.392	63.307	-	-
Central Eólica Volta do Rio	79.021	81.228	-	-
Central Eólica Praias de Morgado	58.278	59.586	-	-
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	834.893	781.022	-	-
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	2.782	2.782	-	-
Cemig Distribuição	-	-	2.548.775	2.499.867
Light	1.059.579	1.070.477	1.059.579	1.070.477
TAESA	1.643.960	1.582.633	1.643.960	1.582.633
Cemig Telecom	-	-	193.005	191.515
Ativas Data Center	19.019	17.741	-	-
Gasmig	-	-	1.459.218	1.419.492
Rosal Energia	-	-	127.516	141.038
Sá Carvalho	-	-	116.068	106.111
Horizontes Energia	-	-	56.406	52.396
Usina Térmica Ipatinga	-	-	4.114	4.009
Cemig PCH	-	-	95.249	91.969
LEPSA	345.328	343.802	345.328	343.802
RME	341.532	340.063	341.532	340.063
Companhia Transleste de Transmissão	21.628	21.588	21.628	21.588
UTE Barreiro	-	-	40.073	39.266
Companhia Transudeste de Transmissão	21.502	20.505	21.502	20.505
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	-	-	29.021	20.154
Companhia Transirapé de Transmissão	25.154	23.952	25.154	23.952
Efficientia	-	-	4.936	4.868
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	-	-	2.010	1.867
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	20.983	21.171	20.983	21.171
Cemig Trading	-	-	42.575	28.635
Axxiom Soluções Tecnológicas	17.136	19.264	17.136	19.264
Cemig Overseas (*)	-	-	20	20
Total do Investimento	8.896.583	8.753.088	13.100.180	12.627.857
Guanhães – passivo a descoberto de controlada em conjunto	-	(59.071)	-	-
Total	8.896.583	8.694.017	13.100.180	12.627.857

(*) Cemig Overseas empresa constituída na Espanha para avaliação de oportunidades de investimentos no exterior.

As investidas da Companhia que não são consolidadas referem-se a controladas em conjunto, com exceção da participação na usina de Santo Antônio e Ativas Data Center, que referem-se a coligadas com influência significativa. A Ativas Data Center passou a ser investida com influência significativa a partir do 4º trimestre de 2016.

a) Direito de exploração da atividade regulada

No processo de alocação do preço de aquisição das Controladas em Conjunto, foi identificado, basicamente, o ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada. Este ativo está apresentado em conjunto com o valor histórico dos investimentos na tabela acima. A amortização destes ativos ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões de forma linear.

Controladora	31/12/2015	Amortização	31/03/2016	31/12/2016	Amortização	31/03/2017
Renova	805.458	(10.692)	794.766	-	-	-
Retiro Baixo	30.706	(296)	30.410	29.525	(296)	29.229
Central Eólica Praias de Parajuru	20.868	(400)	20.468	19.341	(382)	18.959
Central Eólica Volta do Rio	14.818	(253)	14.565	13.807	(252)	13.555
Central Eólica Praias de Morgado	29.461	(513)	28.948	27.406	(514)	26.892
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	163.296	(1.489)	161.807	157.340	(1.489)	155.851
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	58.489	(493)	57.996	56.518	(493)	56.025
Total Cemig Geração e Transmissão	1.123.096	(14.136)	1.108.960	303.937	(3.426)	300.511
TAESA	414.774	(4.661)	410.113	288.146	(3.390)	284.756
Light	231.163	(5.590)	225.573	208.800	(5.590)	203.210
Gasmig	215.410	(1.978)	213.432	207.498	(1.978)	205.520
LEPSA	-	-	-	48.429	(1.266)	47.163
RME	-	-	-	48.429	(1.266)	47.163
TOTAL GERAL	1.984.443	(26.365)	1.958.078	1.105.239	(16.916)	1.088.323

Consolidado	31/12/2015	Amortização	31/03/2016	31/12/2016	Amortização	31/03/2017
TAESA	414.774	(4.661)	410.113	288.146	(3.390)	284.756
Light	231.163	(5.590)	225.573	208.800	(5.590)	203.210
Gasmig	215.410	(1.978)	213.432	207.498	(1.978)	205.520
LEPSA	-	-	-	48.429	(1.266)	47.163
RME	-	-	-	48.429	(1.266)	47.163
TOTAL	861.347	(12.229)	849.118	801.302	(13.490)	787.812

b) A movimentação dos Investimentos, em controladas e controladas em conjunto, é a seguinte:

Controladora	31/12/2016	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Dividendos	Aportes	31/03/2017
Cemig Geração e Transmissão	4.583.195	184.990	16.207	-	100.000	4.884.392
Cemig Distribuição	2.499.867	48.908	-	-	-	2.548.775
Cemig Telecom	191.515	2.170	(680)	-	-	193.005
Rosal Energia(1)	141.038	(13.522)	-	-	-	127.516
Sá Carvalho	106.111	9.957	-	-	-	116.068
Gasmig	1.419.492	39.726	-	-	-	1.459.218
Horizontes Energia	52.396	4.409	-	(399)	-	56.406
Usina Térmica Ipatinga	4.009	105	-	-	-	4.114
Cemig PCH	91.969	3.280	-	-	-	95.249
LEPSA	343.802	1.576	(50)	-	-	345.328
RME	340.063	1.469	-	-	-	341.532
Companhia Transleste de Transmissão	21.588	1.305	-	(1.265)	-	21.628
UTE Barreiro	39.266	831	-	(24)	-	40.073
Companhia Transudeste de Transmissão	20.505	997	-	-	-	21.502
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	20.154	8.867	-	-	-	29.021
Companhia Transirapé de Transmissão	23.952	1.202	-	-	-	25.154
Transchile	-	-	-	-	-	-
Efficientia	4.868	68	-	-	-	4.936
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	1.867	143	-	-	-	2.010
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas Light(2)	21.171	1.158	-	(1.346)	-	20.983
Cemig Trading	1.070.477	(11.316)	418	-	-	1.059.579
Axxiom Soluções Tecnológicas	28.635	13.940	-	-	-	42.575
Parati	19.264	(2.128)	-	-	-	17.136
Taesá	-	-	-	-	-	-
Taesá	1.582.633	61.327	-	-	-	1.643.960
Cemig Overseas	20	-	-	-	-	20
	12.627.857	359.462	15.895	(3.034)	100.000	13.100.180

(1)- Custo Atribuído passagem de Lucro Presumido para Lucro Real (R\$18.251)

(2)- Desativação imobilizado custo atribuído Light (R\$815) e Resultado Abrangente R\$1.233

Consolidado	31/12/2016	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Dividendos	Aportes / Aquisições	Outros	31/03/2017
Companhia Transleste de Transmissão	21.588	1.305	-	(1.265)	-	-	21.628
Companhia Transudeste de Transmissão	20.505	997	-	-	-	-	21.502
Companhia Transirapé de Transmissão	23.952	1.202	-	-	-	-	25.154
Transchile	-	-	-	-	-	-	-
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	21.171	1.158	-	(1.346)	-	-	20.983
Light(2)	1.070.477	(11.316)	418	-	-	-	1.059.579
Axiom Soluções Tecnológicas	19.264	(2.128)	-	-	-	-	17.136
LEPSA	343.802	1.577	(51)	-	-	-	345.328
RME	340.063	1.469	-	-	-	-	341.532
Hidrelétrica Cachoeirão	50.411	3.246	-	(2.641)	-	-	51.016
Guanhães Energia (1)	-	(1.510)	-	-	72.030	(59.071)	11.449
Hidrelétrica Pipoca	31.809	1.984	-	(1.284)	-	-	32.509
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	643.890	(23.075)	-	-	-	-	620.815
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	677.182	(20.066)	-	-	-	-	657.116
Lightger	41.543	2.355	-	(642)	-	-	43.256
Baguari Energia	162.106	6.575	-	(259)	-	-	168.422
Central Eólica Praias de Parajuru	63.307	(509)	-	(406)	-	-	62.392
Central Eólica Volta do Rio	81.228	(2.207)	-	-	-	-	79.021
Central Eólica Praias de Morgado	59.586	(1.308)	-	-	-	-	58.278
Amazônia Energia(Usina de Belo Monte)	781.022	8.832	-	-	45.039	-	834.893
Ativas Data Center (2)	17.741	(725)	-	-	-	2.003	19.019
Parati	-	-	-	-	-	-	-
Taesá	1.582.633	61.326	-	-	-	1	1.643.960
Renova	688.625	(28.246)	16.206	-	18.000	-	694.585
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	2.782	-	-	-	-	-	2.782
Aliança Geração	1.319.055	23.152	-	-	-	-	1.342.207
Aliança Norte(Usina de Belo Monte)	527.498	2.184	-	-	27.122	-	556.804
Retiro Baixo	161.848	3.369	-	-	-	-	165.217
Total do Investimento	8.753.088	29.641	16.573	(7.843)	162.191	(57.067)	8.896.583
Guanhães – passivo a descoberto de controlada em conjunto (1)	(59.071)	-	-	-	-	59.071	-
Total	8.694.017	29.641	16.573	(7.843)	162.191	2.003	8.896.583

(1) Transferência para passivo a descoberto;

(2) Desativação imobilizado custo atribuído Light – R\$815 e Resultado Abrangente R\$1.233

c) As principais informações sobre as controladas e controladas em conjunto estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Sociedades	Quantidade de Ações	31/03/2017			31/12/2016		
		Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	1.837.710	4.884.392	100,00	1.837.710	4.583.195
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	104.114	49,00	35.000	102.880
Guanhães Energia	137.608.000	49,00	185.647	27.627	49,00	185.647	-
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	66.345	49,00	41.360	64.916
Retiro Baixo	222.850.000	49,90	222.850	272.521	49,90	222.850	263.680
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	34.715.961.339	49,00	1.069.385	1.021.998	49,00	1.014.111	1.076.527
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	9.730.201.137	18,13	10.151.952	6.189.079	18,13	10.151.952	6.418.617
Lightger	79.078.937	49,00	79.232	88.278	49,00	79.232	84.781
Baguari Energia (1)	26.157.300.278	69,39	186.573	242.718	69,39	186.573	247.662
Renova	360.815.313	34,15	2.916.012	1.925.357	34,15	2.856.255	1.955.598
Aliança Geração	1.291.582.500	45,00	1.291.488	2.038.029	45,00	1.291.488	1.972.519
Central Eólica Praias de Parajuru	70.560.000	49,00	70.560	88.639	49,00	70.560	88.897
Central Eólica Volta do Rio	117.230.000	49,00	117.230	133.604	49,00	117.230	136.886
Central Eólica Praias de Morgado	52.960.000	49,00	52.960	64.053	49,00	52.960	65.128
Amazônia Energia (1) (Usina de Belo Monte)	1.039.491.023	74,50	1.157.750	1.120.662	74,50	1.115.739	1.048.351
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	5.677.000	49,00	5.677	5.678	49,00	5.677	5.677
Cemig Distribuição	2.359.113.452	100,00	2.361.998	2.548.775	100,00	2.361.998	2.499.867
Light	203.934.060	26,06	2.225.822	3.385.181	26,06	2.225.822	3.353.796
Cemig Telecom	397.683.385	100,00	241.742	193.005	100,00	241.742	191.515
Rosal Energia	46.944.467	100,00	46.944	127.516	100,00	46.944	141.038
Sá Carvalho	361.200.000	100,00	36.833	116.068	100,00	36.833	106.111
Gasmig	409.255.483	99,57	665.429	994.780	99,57	665.429	1.425.622
Horizontes Energia	39.257.563	100,00	39.258	56.405	100,00	39.258	52.396
Usina Térmica Ipatinga	174.281	100,00	174	4.114	100,00	174	4.009
Cemig PCH	35.952.000	100,00	35.952	85.049	100,00	35.952	91.969
LEPSA	1.379.839.905	66,62	437.638	447.560	66,62	437.638	443.370
RME	1.365.421.406	66,27	433.770	444.196	66,27	433.770	440.069
Companhia Transleste de Transmissão	49.569.000	25,00	49.569	86.512	25,00	49.569	81.293
UTE Barreiro	30.902.000	100,00	30.902	40.073	100,00	30.902	39.266
Companhia Transudeste de Transmissão	30.000.000	24,00	30.000	89.592	24,00	30.000	85.438
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	486.000	100,00	486	29.021	100,00	486	20.154
Companhia Transirapé de Transmissão	22.340.490	24,50	22.340	102.669	24,50	22.340	97.763
Efficientia	6.051.994	100,00	6.052	4.936	100,00	6.052	4.868
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	1.000.000	100,00	1.000	2.010	100,00	1.000	1.867
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	28.000.000	51,00	28.000	41.143	51,00	28.000	41.512
Cemig Trading	1.000.000	100,00	1.000	42.575	100,00	1.000	28.635
Axiom Soluções Tecnológicas	17.200.000	49,00	46.600	34.971	49,00	46.600	39.314
TAESA	1.033.496.721	31,54	3.042.034	4.508.955	31,54	3.042.034	4.307.588

(1) Controle compartilhado por acordo de acionistas;

Em 31 de março de 2017, o passivo circulante de algumas controladas em conjunto estava superior ao ativo circulante, conforme segue:

Guanhães Energia: Isso ocorreu principalmente em função da emissão da 2ª série da 6ª nota promissória com vencimento de curto prazo. A Administração da Guanhães Energia vem conduzindo ações com o objetivo de concluir as liberações dos financiamentos de longo prazo junto ao BNDES e alongamento das demais dívidas.

Light: Em 31 de março de 2017, a Light apresentava capital circulante negativo consolidado em R\$971.210 (R\$1.258.928 em 31 de dezembro de 2016). A Light vem negociando a renovação dos empréstimos e financiamentos de curto prazo e alongamento do seu perfil de dívida assim como espera uma maior geração operacional de caixa a partir da revisão tarifária periódica, ocorrida a partir de 15 de março de 2017, que resultou em um aumento médio das contas de energia elétrica de 10,45%. A Administração da Light entende que o

sucesso nessas etapas reverterá o cenário atual de capital circulante líquido negativo. Cabe destacar, também, que a Light apresentou fluxo de caixa operacional positivo consolidado nas suas operações de R\$210.184 no primeiro trimestre de 2017 (R\$625.813 no primeiro trimestre de 2016), o que contribuiu para uma amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures superior à captação no primeiro trimestre de 2017 no montante de R\$49.122 (R\$253.866 no primeiro trimestre de 2016). Diante deste cenário, a Light entende que não existe incerteza material que coloque em dúvida a continuidade operacional.

Madeira Energia (“MESA”): O excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$1.947.293, decorre, principalmente, da conta “Fornecedores”, “Outros Passivos”, “Empréstimos e financiamentos” e “Provisão para contingências”. Para equalização da situação do capital circulante negativo, a MESA conta com a decisão favorável da ANEEL para reverter no passivo a conta FID (Fator Disponibilidade) e liberação de recursos da conta reserva do serviço da dívida que serão substituídos por fiança bancária, com a geração operacional de caixa.

Renova Energia: No período findo em 31 de março de 2017, a Renova Energia incorreu em prejuízo de R\$95.698 e os passivos circulantes excederam o total dos ativos circulantes no montante de R\$388.045 (controladora) e R\$1.670.180 (consolidado). Além disso, a Renova Energia tem apresentado geração operacional negativa de caixa. Os principais motivos para esse cenário são: a) operações de compra de energia para honrar os compromissos relacionados ao atraso da entrada em operação de determinados parques eólicos; b) investimentos relevantes que estão sendo alocados na construção dos parques do complexo eólico Alto Sertão III; c) atraso na liberação do financiamento de longo prazo com o BNDES; d) o não atingimento de determinados indicadores de covenants e a não obtenção da anuência dos credores até 31 de março de 2017 fez com que determinados financiamentos de longo prazo fossem reclassificados para o circulante; e e) perdas decorrentes da operação com a Terraform.



Diante deste cenário, a Renova vem executando diversas ações com o objetivo de reequilibrar sua estrutura de liquidez e de geração de caixa. A seguir estão relacionadas as ações e o plano da Companhia:

- (1) Em 18 de abril de 2017, a Renova assinou contrato para a venda dos parques do LER 2010 e LEN 2011 (A-3), no valor de R\$600.000. Quando concretizada essa operação, a dívida relativa aos parques do Complexo Alto Sertão II, que em 31 de março de 2017 monta o valor de R\$1.134.759, será transferida na transação com a AES Tietê, e a Companhia receberá um caixa de aproximadamente R\$480.000 líquido das garantias contratuais e outras;
- (2) Venda das ações da Terraform.
- (3) Está sendo realizada uma reestruturação relevante dos gastos administrativos e redução da estrutura administrativa e operacional da Companhia;

- (4) Os acionistas do bloco de controle estão empenhados em suportar financeiramente para que a Renova alcance o reequilíbrio de liquidez. Dentre as medidas já implementadas estão: i) o aporte pelos acionistas no montante de R\$392.199 (R\$62.197, em 2017 e R\$330.002, em 2016); e ii) desde dezembro de 2015, a acionista CEMIG GT vem antecipando recursos que totalizam R\$272.000 relacionados a contrato de compra e venda de energia, sendo R\$60.000 em dezembro de 2015 e R\$212.000 em 2016. Ademais, em 26 de fevereiro de 2016 os acionistas assinaram o Contrato de Suporte de Acionistas, no qual os acionistas do bloco de controle se obrigam a aportar recursos na Renova caso haja insuficiência de recursos disponíveis para o pagamento das parcelas dos juros remuneratórios das Debêntures com o Banco do Brasil nas respectivas datas de pagamento;
- (5) Contratação de financiamento de longo prazo com o BNDES - a Renova está em entendimentos para assinatura do contrato de financiamento de longo prazo, no montante aproximado de R\$900.000 que irá substituir o empréstimo-ponte tomado e registrado no passivo circulante até 31 de março de 2017 no montante de R\$858.800 (principal e encargos), e o restante será utilizado para as obras relacionadas ao projeto Alto Sertão III–Fase A. Uma vez que o longo prazo seja contratado parte do passivo circulante será reclassificado para o não circulante. Até o momento, já foram investidos no Alto Sertão III – Fase A o montante de R\$2,1 bilhões, que corresponde a 87%(informação não revisada pelos auditores independentes) da compleição física da obra, sem que houvesse liberação de financiamento de longo prazo do BNDES;
- (6) Adiamiento de determinados projetos para equalização do fluxo de caixa da Renova, como a postergação de 2/3 do projeto Light II e o cancelamento do PPA Cemig.
- (7) Pedido de anuência aos credores, que possibilitará a reclassificação da dívida no montante de R\$500.000 para o passivo não circulante.

Como alternativa para viabilização de novos recursos, existe a possibilidade de otimização do portfólio, venda de projetos e/ou ativos operacionais, bem como a entrada de novos acionistas.

A Administração da Renova Energia entende que, com o sucesso das medidas acima, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da Renova Energia.

Aliança Geração: Isso ocorreu principalmente em função das operações de crédito com vencimento em curto prazo. A administração da Aliança já está em processo adiantado de negociação com instituições financeiras para realizar a rolagem desta dívida, cabe ressaltar que a capacidade de alavancagem da Aliança é muito superior ao montante que está por vencer.

Investimento na usina de Santo Antônio através da Madeira Energia S.A. (MESA) e do FIP Melbourne

A Companhia possui investimento direto e indireto na Madeira Energia S.A. (que possui investimento na Santo Antônio Energia S.A.) de R\$1.277.931 em 31 de março de 2017 (R\$1.321.072 em 31 de dezembro de 2016).

A Madeira Energia S.A. (“MESA”) e sua controlada Santo Antônio Energia S.A. (“SAESA”) estão incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. O ativo imobilizado e intangível constituídos pelos referidos gastos totalizavam, em 31 de março de 2017, R\$22.100.331 (consolidado MESA), os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos por meio das receitas futuras geradas a partir de janeiro de 2017, quando entraram em operação todas as unidades geradoras da entidade.

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas indiretos da Madeira Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas indiretos.

Procedimento de arbitragem

Em 2014, a SAAG Investimentos S.A. (SAAG) e a Cemig GT iniciaram procedimento arbitral sigiloso na Câmara de Arbitragem do Mercado questionando: (a) aumento de capital aprovado na MESA parcialmente destinado ao pagamento de pleitos do Consórcio Construtor Santo Antônio (“CCSA”), no valor de aproximadamente R\$750 milhões, com fundamento na falta de apuração dos valores supostamente devidos e de aprovação prévia pelo Conselho de Administração, como exigem o Estatuto e o Acordo de Acionistas da MESA, bem como na existência de créditos desta contra o CCSA, passíveis de compensação, em montante superior aos pleitos, e (b) contra o ajuste para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*) promovido pela Diretoria da MESA, no valor de R\$750 milhões, referente a determinados créditos da MESA contra o CCSA, com fundamento em que tais créditos, por força de disposição contratual expressa, são devidos em sua totalidade. Essa constituição do *impairment* contribuiu para a apresentação de Capital Circulante Líquido pela MESA em 31 de dezembro de 2016, conforme já descrito anteriormente.

A SAAG e Cemig GT obtiveram ação cautelar, onde foi suspenso o prazo para exercício por esses acionistas do direito de preferência para subscrição e integralização de sua parcela proporcional do aumento de capital da MESA, no valor de R\$174,7 milhões, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da MESA, realizada em 21 de outubro de 2014. Foram também suspensos todos os efeitos das deliberações relativamente à SAAG e Cemig GT e às suas participações em MESA, inclusive no que diz respeito à diluição e às penalidades previstas no Acordo de Acionistas da MESA.

Em 2016, a sentença da Câmara de Arbitragem do Mercado reconheceu integralmente o direito da Cemig e da SAAG e determinou a anulação dos atos impugnados. SAAG e CEMIG estão em vias de adotar medidas para implementar a decisão mencionada.

Investimento na usina de Belo Monte através da Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte

A Amazônia Energia e a Aliança Norte são acionistas da Norte Energia S.A. (“NESA”), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará.

A participação indireta da Cemig GT na NESA, através das controladas em conjunto mencionadas acima, é de 11,74%.

A NESA ainda dependerá de quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação para conclusão da usina, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras.

Em 7 de abril de 2015, a NESA obteve decisão liminar que determinou à ANEEL que, “até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, se abstenha de aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto, incluindo aquelas previstas em Resolução Normativa da ANEEL e no Contrato de Concessão da UHE Belo Monte”. A probabilidade de perda foi classificada como possível pelos assessores jurídicos da NESA, e o valor da perda estimada em Belo Monte até 31 de março de 2017 é de R\$145.992.

Com base nessa liminar foram suspensos todos os registros e as provisões contábeis inerentes ao cumprimento das determinações do contrato de Concessão, porém, a Aliança Norte Energia continua comprando a energia no mercado de curto prazo para evitar quaisquer penalidades futuras.

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da Norte Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas.

Quaisquer alterações no cenário existente terão seus impactos refletidos nas Informações Contábeis Intermediárias.

Investimento na Renova

Contrato de opção

Em 18 de setembro de 2015, foi celebrado um contrato de opção de venda em que, a partir de 31 de março de 2016, a Renova teria a opção de alienar para a SunEdison até 7 milhões das ações da TerraForm Global (“TerraForm”) recebidas pela Renova em decorrência do fechamento da primeira fase da operação de alienação e permuta de ativos.

O preço de venda das ações foi determinado em R\$50,48 ou US\$15,00 convertidos à taxa da data, a escolha da SunEdison. O contrato estabeleceu, também, opção de compra pela SunEdison das mesmas 7 milhões de ações da TerraForm com as mesmas características acima mencionadas.

A Renova informou ainda que notificou a SunEdison e a TerraForm sobre a sua intenção de exercer a opção de venda de 7 milhões de ações de emissão da TerraForm de sua titularidade, conforme previsto em contrato e conforme informado em Fato Relevante publicado pela Renova no dia 18 de setembro de 2015.

A Renova precificou a opção considerando o modelo matemático de Black-Scholes e a expectativa futura da taxa de câmbio, bem como o risco de crédito. Com base nessa avaliação, foi reconhecido um prejuízo de R\$216.875 no 1º trimestre de 2016 na Renova. O impacto na Cemig foi de R\$59.315, correspondente à sua participação na Renova na época.

Em abril de 2016 houve estruturação de capital da empresa, que alterou a participação da Cemig na Companhia.

Em 21 de abril de 2016, a SunEdison pediu recuperação judicial nos Estados Unidos.

Em 1º de junho de 2016, findou-se o prazo para pagamento da opção pela SunEdison.

A Renova entrou com processo arbitral requerendo, dentre outras demandas, indenização pelas perdas.

Investimento na Terraform – precificação das ações

A Renova Energia possui investimentos em ações classe A (GLBL) da TerraForm (“Ações TERG”), designadas como ativos financeiros disponíveis para venda. A Renova Energia adota essa designação, pois a natureza do investimento não está compreendida em nenhuma das demais categorias de instrumentos financeiros (empréstimos, contas a receber, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado). O ativo está classificado, na Renova Energia, como um ativo não circulante sob a rubrica de investimento e está registrado ao valor justo, baseado na cotação de preço de mercado em bolsa de valores (NASDAQ). De acordo com a política da Renova Energia, os ganhos e perdas decorrentes da variação da cotação das ações são registrados diretamente no patrimônio líquido na rubrica de outros resultados abrangentes. Considerando a volatilidade nas cotações das Ações TERG, a Renova Energia avalia trimestralmente se existem evidências objetivas de perda no valor recuperável desses ativos financeiros, ou seja, a administração da Renova Energia avalia se a queda no valor de mercado das Ações TERG deve ser considerada significativa ou prolongada. Esta avaliação, por sua vez, exige julgamento com base em política da Renova Energia, elaborada segundo práticas usadas no mercado nacional e internacional, e consiste na análise, instrumento por instrumento, baseada em informação quantitativa e qualitativa disponível no mercado a partir do momento que um instrumento demonstra uma queda igual ou superior a 20% no seu valor de mercado (“Queda Significativa”) ou a partir de uma queda inferior à Queda Significativa, porém superior à 5% do seu valor de mercado em comparação com seu custo de aquisição por mais de 12 meses (“Queda Prolongada”). Se uma Queda Significativa ou uma Queda Prolongada no valor de mercado do instrumento for apurada, a correspondente parcela acumulada classificada anteriormente em outros resultados abrangentes deve ser registrada no resultado do exercício a título de *impairment*.

As perdas por redução ao valor recuperável, anteriormente reconhecidas no resultado, não são revertidas por meio do resultado. Qualquer aumento no valor justo após uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecido em outros resultados abrangentes.

A Renova registrou uma perda no 1º trimestre de 2016, no valor de R\$271.509 (R\$74.258 de impacto na Cemig) em função da volatilidade negativa no período na cotação das ações da Terraform, investida em que a Renova possui 11,42% de participação avaliada com base no valor das ações no mercado. No 1º trimestre de 2017 ocorreu um ajuste positivo de R\$47.458 (R\$16.207 de impacto na Cemig), reconhecido em outros resultados abrangentes na Renova Energia.

Rescisão de contrato de compra e venda de ações

Em 01 de abril de 2016, a Renova Energia S.A. (“Renova”) informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que o contrato de compra e venda de ações para a alienação dos ativos do projeto ESPRA (“Contrato ESPRA”) de titularidade da Renova para TerraForm Global, Inc. (“TerraForm Global”) foi rescindido, por acordo entre as partes, mediante o pagamento pela TerraForm Global à Renova de um break up fee no valor de US\$ 10,00 milhões. Dessa maneira, os ativos do projeto ESPRA, correspondentes a três pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) que comercializam energia no âmbito do Proinfa, com 41,8 MW de capacidade instalada, continuam na Renova e voltam a compor o portfólio de ativos operacionais da Renova. Em função do cancelamento, em 1 de abril de 2016, a TerraForm Global pagou à Renova uma multa no valor de R\$35.790 (R\$12.240 de impacto na Cemig).

O Contrato ESPRA estava contemplado na primeira fase da operação com a TerraForm Global e a SunEdison, Inc. (“SunEdison”) anunciada no dia 15 de julho de 2015.

Ajuste para redução ao valor recuperável de ativos

A Renova realizou estudos para avaliar o saldo do Ativo Imobilizado em relação a geração esperada de benefícios econômicos desses ativos em 31 de dezembro de 2016 e efetuou um ajuste para redução ao valor recuperável de ativos, no quarto trimestre de 2016, no valor de R\$264.246 (R\$90.240 de impacto na Cemig GT), reconhecido em rubrica específica no resultado do exercício de 2016. Esse resultado foi decorrente da projeção do fluxo de caixa desses ativos descontada em 31 de dezembro de 2016.

A Cemig tinha registrado em suas demonstrações financeiras o valor líquido de R\$762.691 referente mais valia das concessões, apurada quando dos aportes de capital na Renova. Em função dos estudos para avaliação da recuperabilidade dos valores registrados em relação ao fluxo de caixa descontado da investida, a Administração da Cemig GT entendeu ser necessário um ajuste integral do valor mencionado acima, com o efeito no resultado quarto trimestre do exercício de 2016.

Alienação de Parques Eólicos

Em 13 de janeiro de 2017, a Renova acordou com a AES Tietê Energia S.A. (“AES”) oferta vinculante (“Oferta AES”) para alienação do conjunto de parques eólicos que constituem o complexo Alto Sertão II (“Alto Sertão II”).

Dentre os termos descritos na Oferta AES, o preço base da transação é de R\$600 milhões e envolve a compra das ações da Renova Eólica Participações S.A. ou da Nova Energia Holding S.A., empresas que controlam as 15 sociedades de propósito específico (“SPEs”) que compõem o Alto Sertão II, além da concessão, à AES, do direito de exclusividade durante um período de 45 (quarenta e cinco) dias (“Transação”).

O valor total da operação poderá alcançar a importância de até R\$700 milhões a título de *earn-out*, sendo que metade deste valor adicional, ou seja, R\$50 milhões ficarão retidos em conta vinculada (*escrow account*) e seu pagamento está condicionado ao desempenho do Complexo Alto Sertão II, apurado após período de cinco anos contados da data do fechamento da operação.

O valor total de aquisição de R\$650 milhões anunciado em janeiro de 2017 fazia referência ao valor de R\$600 milhões a ser pago pela aquisição, somado ao valor retido em conta vinculada de R\$50 milhões mencionado no parágrafo anterior.

Em 18 de abril de 2017 ocorreu a assinatura do contrato de compra e venda de ações (“CCVA”). O fechamento da Transação está sujeito a certas condições precedentes previstas no CCA, incluindo, entre outras, a aprovação por órgãos governamentais e credores.

A administração da Renova ressalta que a Transação está integralmente alinhada com a estratégia de readequação da estrutura de capital, que visa garantir a sustentabilidade dos negócios da Renova no longo prazo e manterá o mercado informado sobre quaisquer eventos ou desdobramentos relacionados à transação.

Investimento na Guanhães Energia S.A. – Ajuste para perdas por desvalorização

Em 31 de dezembro de 2016, em função da análise do fluxo de caixa esperado para o investimento, a Guanhães Energia efetuou um ajuste para perdas por desvalorização no valor de R\$138.888. O impacto na Cemig GT foi uma despesa de R\$68.055, correspondente à sua participação de 49% na Guanhães, reconhecido no resultado por equivalência patrimonial no quarto trimestre de 2016.

Empresas de geração constituídas – lote D do Leilão 12/2015 vencido pela Companhia em 2015

Conforme descrito em maiores detalhes na nota explicativa nº 13, em função da Cemig GT ter vencido o lote D do leilão 12/2015, que contemplou 18 usinas, a Companhia transferiu, em junho de 2016, a titularidade das concessões dessas usinas para 7 novas SPEs de geração, subsidiárias integrais da Cemig GT, que passaram a ser consolidadas a partir do segundo trimestre de 2016.

Investimento na Light através da Parati, RME e Lepsa

Reorganização Societária da Parati

Em 2016, os acionistas decidiram implementar uma série de medidas visando simplificação societária do grupo Parati, conforme segue:

- Extinção da Redentor Energia S.A., por meio da incorporação reversa pela Rio Minas Energia Participações S.A. (“RME”);

- Cisão total da Parati, com incorporação do acervo cindido pela RME e Luce Empreendimentos e Participações S.A. (“LEPSA”);
- Extinção da Parati, por meio da incorporação reversa pela RME e LEPSA;

Em novembro de 2016, RME e LEPSA declararam, ao todo, R\$463 milhões a título de dividendos com utilização de reservas de lucros acumuladas em anos anteriores. No mesmo mês, foi realizada chamada de capital pelas duas companhias, totalizando um aporte de R\$446 milhões, integralizado exclusivamente pela Cemig.

Em função dessas alterações, a Cemig passou a ter a seguinte participação acionária nessas empresas:

- RME – 50,00% das ações ordinárias e 50,00% das ações preferenciais, representando 66,27% do capital social total.
- LEPSA – 50,00% das ações ordinárias e 50,00% das ações preferenciais, representando 66,62% do capital social total.

Exercício de Opção de Venda

A Cemig recebeu, em 06 de setembro de 2016, Notificação de Intenção de Exercício de Opção de Venda – Primeira Janela, do Banco BTG Pactual (“BTG Pactual”), comunicando o exercício, em caráter irrevogável e irretratável, do seu direito de vender para a CEMIG 153.634.195 ações preferenciais (“Ações Objeto da Opção de Venda”) representativas de sua participação acionária na Parati.

Em outubro de 2016, em função da extinção da Parati, a Opção de Venda foi desdobrada para RME e LEPSA na proporção de 50% para cada, mantidas todas as condições previstas na Opção de Venda original, exceto os itens modificados nos aditivos, incluindo alteração nos seus Estatutos Sociais.

Em 30 de novembro de 2016, a Cemig pagou R\$221,8 milhões pela parcela do BTG Pactual na RME e LEPSA, pelo exercício da primeira janela da PUT.

Ver maiores detalhes da opção de venda na sequência desta Nota Explicativa.

Alienação de ações da TAESA de propriedade da CEMIG

Em 29 de setembro de 2016, a Taesa divulgou o início da oferta pública secundária com esforços restritos de colocação de certificados de depósito de ações, nominativos, escriturais e sem valor nominal, sendo cada um representativo de uma ação ordinária e duas ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“Units”), de emissão da Taesa e de titularidade do Fundo de Investimento em Participações Coliseu (“FIP Coliseu”) e Cemig.

A Oferta compreendeu a distribuição pública secundária, com esforços restritos de colocação de 65.702.230 Units de titularidade dos Acionistas Vendedores, ao preço de R\$19,65 por Unit, resultando em um montante total de R\$1.291 milhões. A efetiva liquidação da Oferta ocorreu em 24 de outubro de 2016.

Por se tratar de uma oferta pública com esforços restritos exclusivamente de distribuição secundária, não houve ingresso de recursos para a Taesa, sendo que os Acionistas Vendedores receberam a totalidade dos recursos líquidos resultantes da venda das Units no montante de R\$1.276 milhões, dos quais R\$791 milhões foram recebidos pela Cemig, representando um ganho bruto de R\$180.774, reconhecidos no resultado da Companhia em outubro de 2016.

Com a liquidação da Oferta, a Cemig passou ser titular de 252.369.999 ações ordinárias de emissão da Taesa, representativas de 42,72% do capital social votante, e 73.646.184 ações preferenciais da Taesa, que somadas às ações ordinárias, representam 31,54% do capital social total da Taesa.

Contrato de Investimento para aporte de capital na Ativas

A Cemig Telecom S.A., subsidiária integral da Cemig, celebrou, em 25 de agosto de 2016, Contrato de Investimento com a empresa Sonda Procwork Outsourcing Informática Ltda., integrante do grupo chileno Sonda S.A., para um aporte de capital na Ativas Data Center, em parceria com a Ativas Participações S.A, empresa controlada do Grupo Asamar.

A Sonda é a principal empresa de serviços de Tecnologia da Informação da América Latina, com presença em dez países e 17.000 colaboradores.

Em 19 de outubro de 2016, após cumpridas as condições precedentes previstas no Contrato de Investimento, foi realizado o fechamento da operação.

A Sonda, por meio de aporte no valor de R\$114 milhões, passa a deter 60% de participação acionária na Ativas, ficando Cemig Telecom e Ativas Participações com 19,6% e 20,4% do capital total da empresa, respectivamente.

Alienação de participação societária vinculada à Transchile

A Cemig celebrou, em 12 de setembro de 2016, Contrato para a alienação da totalidade de sua participação societária vinculada à Transchile Charrúa Transmisión S.A. correspondente a 49% do capital total, para a Ferrovial Transco Chile SpA., empresa controlada pela Ferrovial S.A., pelo valor de US\$56,6 milhões. Em 06 de outubro de 2016, a totalidade das ações detidas pela Cemig na Transchile Charrúa Transmisión S.A., correspondente a 49% (quarenta e nove por cento) do capital total, foram transferidas e a venda concretizada para a Ferrovial Transco Chile SpA., empresa controlada pela Ferrovial S.A. no montante de R\$180.204, representando um ganho bruto de R\$94.438.

Opções de Venda

No cálculo do valor justo da opção com base no modelo BSM as seguintes variáveis são contempladas: preço de exercício da opção; preço de fechamento do ativo objeto na data de 31 de março de 2017; taxa de juros livre de risco; volatilidade do preço do ativo objeto; e o tempo até o vencimento da opção.

Analiticamente, o cálculo do preço de exercício das opções, da taxa de juros livre de risco e do tempo até o vencimento é primariamente determinístico, de modo que a principal divergência entre as PUT's se dá na mensuração do preço de fechamento e na volatilidade do ativo objeto.

Opção de Venda de ações da RME e LEPSA

A Cemig concedeu ao Fundo de Participações Redentor, que é acionista da RME e LEPSA (após reorganização societária da Parati S.A.), uma opção de venda da totalidade das ações da Parati de propriedade do Fundo, exercível em maio de 2016. O preço de exercício da opção é calculado através da soma do valor dos aportes do Fundo na Parati, acrescidos das despesas de custeio do Fundo e deduzindo-se os juros sobre capital próprio e dividendos distribuídos pela Parati.

Sobre o preço de exercício haverá atualização pelo CDI acrescido de remuneração financeira de 0,9% ao ano.

O Fundo de Participação possui ações ordinárias e preferencias emitidas pela Light, e, atualmente, exerce o controle em conjunto com a Companhia sobre as atividades dessa companhia. Desta maneira, esta opção foi considerada instrumento derivativo que deve estar contabilizada pelo seu valor justo através dos resultados.

Para fins de determinação da metodologia a ser utilizada na mensuração do valor justo da referida opção, a Companhia, até o primeiro trimestre de 2016, observou o volume das ações da Light negociadas diariamente em bolsa de valores, e o fato de que tal opção, se exercida pelo Fundo, iria requerer a venda para a Companhia, de uma única vez, das ações da referida empresa em uma quantidade superior às médias diárias de negociação em bolsa. Desta forma, a Companhia havia adotado o método de fluxo de caixa descontado para mensuração do valor justo das ações. O valor justo dessa opção foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de exercício deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, trazidos a valor presente até 31 de março de 2016, à taxa efetiva de 7,5% ao ano (descontados os efeitos inflacionários). Em decorrência das alterações no acordo de acionistas da Parati no segundo trimestre de 2016, descritas abaixo, com reflexo nas condições e prazos para exercício da opção de venda, a Companhia passou a utilizar o método Black-Scholes-Merton para mensuração do valor justo das opções.

No segundo trimestre de 2016, foram assinados Termos de Aditamento ao Acordo de acionistas da Parati, sendo descritas abaixo as principais alterações decorrentes desses aditamentos:

- 1) Postergação do vencimento da Opção de Venda outorgada em 2011 pela Cemig em favor dos cotistas do FIP Redentor, inicialmente previsto para ocorrer em 31 de maio de 2016, para duas datas de exercício distintas:
 - a) Primeira janela de exercício: a intenção de exercício poderia ser manifestada por acionista(s) direto(s), independentemente do exercício da Opção de Venda pelos demais acionistas diretos, até o dia 23 de setembro de 2016, inclusive, e englobaria apenas ações preferenciais de emissão da Parati, no limite de até 153.634.195 ações, representativas de 14,30% da totalidade das ações da Parati detidas pelos demais acionistas diretos. O pagamento pela Cemig deveria ocorrer até 30 de novembro de 2016;
 - b) Segunda janela de exercício: a intenção de exercício poderá ser manifestada pelo(s) acionista(s) direto(s) que decidir(em) por exercê-la, independentemente do exercício da Opção de Venda pelos demais acionistas diretos, até o dia 23 de setembro de 2017, inclusive, e poderá englobar a totalidade das ações de emissão da Parati, sendo independente do exercício ou não da Opção de Venda na primeira janela de exercício. O pagamento pela Cemig deverá ocorrer até 30 de novembro de 2017;
- 2) A Opção de Venda passou a poder ser exercida não apenas pelo FIP Redentor, mas também pelos acionistas diretos da Parati, incluindo, mas não se limitando, aos cotistas e/ou suas afiliadas do FIP Redentor, que passará a ser titular de uma Opção de Venda e/ou dos direitos dela decorrentes, por meio do qual cada um dos acionistas diretos terá individualmente o direito de vender quaisquer ações de emissão da Parati de suas respectivas titularidades;
- 3) Inclusão de condições de adiantamento da data de exercício da opção de venda: em caso de ocorrência de qualquer evento de adiantamento de opção previsto, qualquer dos acionistas diretos poderá apresentar à Cemig uma notificação de adiantamento de opção, momento no qual será considerada exercida por todos os acionistas diretos, sobre a totalidade de suas ações; e,
- 4) Para garantir o pagamento integral da Opção de Venda a Cemig ofereceu aos detentores da Opção de Venda, em 31 de maio de 2016, 55.234.637 ações ordinárias e 110.469.274 ações preferenciais, ambas de emissão da Transmissora Aliança de Energia S.A. (Taesa), e, como reforço de garantia, 53.152.298 ações de emissão da Light, de sua titularidade direta.

Valor da exposição da Companhia

A movimentação do valor das opções, correspondente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício correspondente, é como segue:

	31/03/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	1.149.881	1.245.103
Variação do Valor Justo	15.651	54.538
Reversões	-	(149.760)
Saldo Final	1.165.532	1.149.881

No cálculo do valor justo da opção com base no Black-Scholes-Merton as seguintes variáveis são contempladas: preço de exercício da opção; preço de fechamento da ação da Light na data de 31 de março de 2017 (como referência para o valor da participação indireta detida pelos acionistas diretos da RME e LEPSA na Light); taxa de juros livre de risco; volatilidade do preço do ativo objeto; e o tempo até o vencimento da opção.

A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade do preço de exercício da opção variando a taxa de juros livre de risco e a volatilidade, mantendo-se todas as demais variáveis do modelo constantes. Nesse contexto, utilizou-se cenários de taxa de juros livre de risco de 6,6% a 16,4% ao ano e volatilidade entre 15% e 63,2% ao ano, resultando em estimativas de preço mínimo e máximo da opção de venda de R\$1.103.467 e R\$1.201.324, respectivamente.

Opção de Venda de Cotas do FIP Malbec e FIP Melbourne

Foram assinados, entre a Cemig GT e as entidades de previdência complementar que participam da estrutura de investimentos da SAAG, (composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto “Estrutura de Investimento”), Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas das entidades que compõe a Estrutura de Investimento (“Opções de Venda”), que poderão ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções de Venda será correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado *pro rata temporis*, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar. Esta opção foi considerada instrumento derivativo que deve estar contabilizada pelo seu valor justo através dos resultados.

No quarto trimestre de 2016 a Companhia alterou a metodologia utilizada na mensuração do valor justo da opção de venda da SAAG, passando a adotar o modelo Black-Scholes-Merton (“BSM”) em detrimento do modelo de fluxo de caixa descontado decrescido do preço de exercício da opção de venda. Essa modificação ocorre em linha com as melhores práticas do mercado, uma vez que a metodologia de BSM não só calcula a diferença entre o preço de exercício da opção e o valor da ação, trazidos à valor presente, mas também incorpora um importante componente aleatório que pondera esses valores.

Partimos da hipótese de que os dispêndios futuros do FIP Malbec e FIP Melbourne são imateriais, de modo que as opções são avaliadas como se participações diretas na MESA o fossem. Contudo, nem SAAG e nem MESA são negociadas em bolsa de valores, de forma que algumas adaptações são necessárias para cálculo do preço do ativo objeto e de sua volatilidade para aplicação do modelo BSM. O preço de fechamento da ação da MESA em 31 de março de 2017 é auferido via *Free Cash Flow to Equity* (FCFE), com sua equivalência em participação indireta detidas pelos FIP’s. A volatilidade, por sua vez, é mensurada como uma média da volatilidade histórica (hipótese de que a série da diferença dos retornos capitalizados em tempo contínuo segue uma distribuição normal) de empresas comparáveis do setor de geração de energia elétrica com ações negociadas na Bovespa.

Com base nos estudos realizados, encontra-se registrado nas Informações Contábeis Intermediárias da Companhia um passivo no valor de R\$243.109, referente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício.

A movimentação do valor das opções é como segue:

	31/03/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	196.173	147.614
Variação do Valor Justo	46.936	48.559
Saldo Final	243.109	196.173

A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade do preço de exercício da opção variando a taxa de juros livre de risco e a volatilidade, mantendo-se todas as demais variáveis do modelo constantes. Nesse contexto, utilizou-se cenários de taxa de juros livre de risco de 7,41% a 11,41% ao ano e volatilidade entre 12% e 72% ao ano, resultando em estimativas de preço mínimo e máximo da opção de venda de R\$204.887 e R\$321.912, respectivamente.

15. IMOBILIZADO

Consolidado	31/03/2017			31/12/2016		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço						
Terrenos	225.081	(7.642)	217.439	286.368	(7.718)	278.650
Reservatórios, Barragens e Adutoras	3.324.386	(2.026.873)	1.297.513	5.347.448	(3.586.435)	1.761.013
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	1.101.584	(756.712)	344.872	1.789.111	(1.370.631)	418.480
Máquinas e Equipamentos	2.899.822	(2.024.705)	875.117	4.518.403	(3.347.214)	1.171.189
Veículos	28.816	(24.869)	3.947	28.816	(24.586)	4.230
Móveis e Utensílios	15.823	(12.475)	3.348	15.781	(12.373)	3.408
	7.595.512	(4.853.276)	2.742.236	11.985.927	(8.348.957)	3.636.970
Em Curso	116.991	-	116.991	138.106	-	138.106
Imobilizado Líquido	7.712.503	(4.853.276)	2.859.227	12.124.033	(8.348.957)	3.775.076

A movimentação do Ativo Imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2016	Adição	Usinas Jaguar, Miranda e Volta Grande (1)	Baixa	Depreciação	Transferências/ Capitalizações	Saldo em 31/03/2017
Em Serviço							
Terrenos	278.650	-	(61.287)	-	76	-	217.439
Reservatórios, Barragens e Adutoras	1.761.013	-	(440.923)	303	(22.943)	63	1.297.513
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	418.480	-	(68.971)	-	(4.876)	239	344.872
Máquinas e Equipamentos	1.171.189	-	(298.058)	(5.122)	(24.188)	31.296	875.117
Veículos	4.230	-	-	-	(283)	-	3.947
Móveis e Utensílios	3.408	-	-	-	(102)	42	3.348
	3.636.970	-	(869.239)	(4.819)	(52.316)	31.640	2.742.236
Em Curso	138.106	12.490	(130)	(1.835)	-	(31.640)	116.991
Imobilizado Líquido	3.775.076	12.490	(869.369)	(6.654)	(52.316)	-	2.859.227

(1)Valores transferidos para a rubrica de Ativos de Concessão de Geração, referentes à Usinas Jaguar e Miranda, (mais detalhes na nota explicativa nº 4) e para Ativos Financeiros da Concessão, referentes à Usina Volta Grande (mais detalhes na nota explicativa nº 13).

Consolidado	Saldo em 31/12/2015	Adição	Baixa	Depreciação	Transferências/ Capitalizações	Saldo em 31/03/2016
Em Serviço						
Terrenos	278.609	-	(350)	(749)	-	277.510
Reservatórios, Barragens e Adutoras	1.830.045	-	(3)	(24.758)	55	1.805.339
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	437.311	-	(48)	(5.936)	1.662	432.989
Máquinas e Equipamentos	1.192.099	-	(7.921)	(27.694)	26.469	1.182.953
Veículos	8.082	-	-	(654)	(1.518)	5.910
Móveis e Utensílios	4.473	-	-	(81)	(783)	3.609
	3.750.619	-	(8.322)	(59.872)	25.885	3.708.310
Em Curso	189.704	18.693	(6.237)	-	(25.885)	176.275
Imobilizado Líquido	3.940.323	18.693	(14.559)	(59.872)	-	3.884.585

A taxa de depreciação média anual é de 3,51% no primeiro trimestre de 2017 (3,39% no mesmo período de 2016). As taxas médias anuais de depreciação, por atividade são as seguintes:

Geração Hidrelétrica	Geração Termelétrica	Administração e Outras	Telecomunicações
3,30%	3,85%	10,04%	4,61%

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Imobilizados. Os contratos de concessão de geração preveem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia. A Administração acredita que a indenização destes ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis.

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração e transmissão do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para depreciação do Ativo Imobilizado.

De forma geral, a depreciação dos itens do ativo imobilizado, incluindo os consórcios, é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica e refletem a vida útil estimada dos bens. O valor residual dos ativos é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há ou existe incerteza relacionada à indenização no final da concessão, como geração térmica e geração hidráulica em regime de produção independente, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro da concessão.

A Companhia transferiu para o Ativo Realizável a Longo Prazo, na rubrica Ativos de Concessões de Geração, os saldos contábeis remanescentes das usinas de Jaguara, São Simão e Miranda, onde existe a discussão judicial sobre a renovação das usinas com o Governo Federal. Mais informações na Nota Explicativa nº 4.

Consórcio

A Companhia participa no consórcio de geração de energia elétrica de Queimado, onde não foi constituída empresa com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles no Ativo Imobilizado e Intangível. A parcela da Companhia no consórcio é registrada e controlada individualmente nas respectivas naturezas de ativo Imobilizado e Intangível apresentadas.

Controladora	Participação na energia gerada (%)	Taxa Média Anual de Depreciação (%)	31/03/2017	31/12/2016
Em serviço				
Usina de Queimado	82,5	3,73	217.061	217.061
Depreciação acumulada			(83.833)	(81.911)
Total em operação			133.228	135.150
Em curso				
Usina de Queimado	82,5	-	233	233
Total em construção			233	233

16. INTANGÍVEIS

a) Composição de saldo em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016

Consolidado	31/03/2017			31/12/2016		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço						
Com Vida Útil Definida						
Servidão	11.749	(1.315)	10.434	11.749	(1.315)	10.434
Concessão Onerosa	19.169	(10.742)	8.427	19.169	(10.572)	8.597
Ativos de Concessão	16.646.276	(7.182.943)	9.463.333	16.287.763	(7.039.840)	9.247.923
Outros	76.972	(60.535)	16.437	76.864	(59.434)	17.430
	16.754.166	(7.255.535)	9.498.631	16.395.545	(7.111.161)	9.284.384
Em Curso	1.346.631	-	1.346.631	1.535.296	-	1.535.296
Intangível Líquido	18.100.683	(7.255.535)	10.845.262	17.930.841	(7.111.161)	10.819.680

Controladora	Taxa Média de Amortização	31/03/2017			31/12/2016		
		Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço							
Com Vida Útil Definida							
Direito de uso de softwares	20%	3.789	(3.674)	115	3.789	(3.649)	140
Marcas e Patentes	10%	9	(7)	2	9	(7)	2
		3.798	(3.681)	117	3.798	(3.656)	142
Em Curso		1.710	-	1.710	1.710	-	1.710
Intangível Líquido		5.508	(3.681)	1.827	5.508	(3.656)	1.852

b) Movimentação do Ativo Intangível

Consolidado	Saldo em 31/12/2016	Adição	Baixa de Obrigações Especiais	Usinas Jaguará, Volta Grande e Miranda	Baixa	Amortização	Transferência	Saldo em 31/03/2017
Em Serviço								
Com Vida Útil Definida								
Servidão	10.434	-	-	-	-	-	-	10.434
Concessão Onerosa	8.597	-	-	-	-	(170)	-	8.427
Ativos de Concessão	9.247.923	-	17.069	-	(1.830)	(147.352)	347.523	9.463.333
Outros	17.430	-	-	(80)	-	(1.527)	614	16.437
	9.284.384	-	17.069	(80)	(1.830)	(149.049)	348.137	9.498.631
Em Curso	1.535.296	192.697	-	-	(8.019)	-	(373.343)	1.346.631
Intangível Líquido - Consolidado	10.819.680	192.697	17.069	(80)	(9.963)	(149.049)	(25.206)	10.845.262

Consolidado	Saldo em 31/12/2015	Adição	Baixa	Amortização	Transferência	Saldo em 31/03/2016
Em Serviço						
Com Vida Útil Definida						
Servidão	10.434	-	-	-	-	10.434
Concessão Onerosa	9.275	-	-	(169)	-	9.106
Ativos de Concessão	8.965.474	-	(7.769)	(137.974)	103.199	8.922.930
Outros	15.290	-	(6.224)	(1.018)	1.160	9.208
	9.000.473	-	(13.993)	(139.161)	104.359	8.951.678
Em Curso	1.274.631	225.168	(1.399)	-	(130.320)	1.368.080
Intangível Líquido - Consolidado	10.275.104	225.168	(15.392)	(139.161)	(25.961)	10.319.758

A taxa de amortização média anual é de 3,51% no primeiro trimestre de 2016 (4,12% no mesmo período de 2016). As taxas médias anuais de amortização, por atividade, determinadas na legislação do setor, são as seguintes:

Geração Hidrelétrica	Geração Termelétrica	Distribuição	Administração e Outras	Telecomunicações
20,00%	19,35%	3,85%	23,29%	11,56%

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida. No montante de adições de R\$255.168 está contemplado R\$22.351 (R\$39.439 no período de janeiro a março de 2016) a título de Encargos Financeiros Capitalizados, conforme apresentado na Nota Explicativa 19.

17. FORNECEDORES

	Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016
Energia de curto prazo - CCEE	123.017	167.860
Encargos de uso da rede elétrica	82.937	78.407
Energia elétrica comprada para revenda	765.801	676.563
Itaipu binacional	196.031	206.827
Gás comprado para revenda	202.088	461.589
Materiais e serviços	244.738	348.347
	1.614.612	1.939.593

18. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Impostos, Taxas e Contribuições

As obrigações de longo prazo de PASEP/COFINS referem-se ao questionamento da constitucionalidade da inclusão do ICMS, na base de cálculo dessas contribuições, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia e suas Controladoras Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão obtiveram liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento para os fatos geradores ocorridos até julho de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou por recolher mensalmente as contribuições.

Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal – STF decidiu, em sede de repercussão geral, de forma favorável a tese da Companhia. A Companhia aguarda a divulgação do Acórdão e os efeitos advindos de uma eventual modulação pelo STF dos efeitos da decisão para então mensurar e refletir em suas demonstrações financeiras os efeitos advindos da decisão.

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Circulante				
ICMS	354.335	501.535	-	-
COFINS	108.320	128.030	409	32.332
PASEP	23.437	27.701	66	6.987
INSS	21.301	24.865	1.831	1.933
Outros	21.714	111.456	707	42.382
	529.107	793.587	3.013	83.634
Não Circulante				
COFINS	594.905	594.866	-	-
PASEP	129.064	129.056	-	-
	723.969	723.922	-	-
	1.253.076	1.517.509	3.013	83.634

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Circulante

	Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016
Circulante		
Imposto de Renda	46.244	18.380
Contribuição Social	17.157	8.485
	63.401	26.866

19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais (%)	Moedas	Consolidado			
				31/03/2017			31/12/2016
				Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
Banco do Brasil S.A. – Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US\$	2.980	22.874	25.854	23.049
KFW	2018	1,78	EURO	3.601	3.743	7.344	7.416
Dívida em Moeda Estrangeira				6.581	26.617	33.198	30.465
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A.	2017	108,33% do CDI	R\$	74.817	-	74.817	72.242
Banco do Brasil S.A.	2017	108,00% do CDI	R\$	155.627	-	155.627	150.683
Banco do Brasil S.A.	2018	112,00% do CDI	R\$	303.633	270.000	573.633	554.748
Banco do Brasil S.A.	2017	111,00% do CDI	R\$	52.309	-	52.309	50.308
Banco do Brasil S.A.	2020	114,00% do CDI	R\$	25.262	494.444	519.706	501.352
Banco do Brasil S.A.	2018	132,90% do CDI	R\$	291.599	294.130	585.729	583.043
BNDES	2026	TJLP + 2,34	R\$	8.055	64.965	73.020	74.095
CEF	2018	119,00% do CDI	R\$	83.694	-	83.694	108.792
CEF	2020	132,14% do CDI	R\$	135.282	547.916	683.198	681.417
		UFIR, RGR + 6,00 a					
ELETROBRÁS	2023	8,00	R\$	16.660	45.110	61.770	68.043
Grandes Consumidores	2018	Diversas	R\$	2.011	2.669	4.680	6.317
FINEP	2018	TJLP+5 e TJLP+2,5	R\$	3.151	1.567	4.718	5.505
Consórcio Pipoca	2017	IPCA	R\$	185	-	185	185
Nota Promissória - 7ª Emissão	2017	128,00% do CDI	R\$	697.012	-	697.012	667.143
BASA	2018	CDI + 1,90	R\$	6.411	119.639	126.050	121.601
SONDA(4)	2021	110% do CDI	R\$	47.296	38.915	86.211	83.238
Dívida em Moeda Nacional				1.903.004	1.879.355	3.782.359	3.728.712
Total de Empréstimos e Financiamento				1.909.585	1.905.972	3.815.557	3.759.177
Debêntures - 1ª série - 3ª Emissão (2)	2017	CDI + 0,90	R\$	-	-	-	543.208
Debêntures - 2ª série - 3ª Emissão (2)	2019	IPCA + 6,00	R\$	142.733	140.771	283.504	293.122
Debêntures - 3ª série - 3ª Emissão (2)	2022	IPCA + 6,20	R\$	6.743	943.120	949.863	983.506
Debêntures - 1ª série - 5ª Emissão (2)	2018	CDI+1,70	R\$	760.257	700.000	1.460.257	1.411.295
Debêntures - 1ª série - 6ª Emissão (2)	2018	CDI + 1,6	R\$	588.397	485.856	1.074.253	1.037.973
Debêntures - 2ª série - 6ª Emissão (2)	2020	IPCA + 8,07	R\$	1.694	30.395	32.089	31.117
Debêntures - 1ª série - 7ª Emissão (2)	2021	140,0% do CDI	R\$	(359)	2.206.365	2.206.006	2.196.841
Debêntures - 2ª Emissão (3)	2017	IPCA + 7,96	R\$	242.338	-	242.338	235.136
Debêntures - 2ª série - 3ª Emissão (3)	2021	IPCA + 4,70	R\$	7.683	1.452.054	1.459.737	1.495.108
Debêntures - 3ª série - 3ª Emissão (3)	2025	IPCA + 5,10	R\$	5.032	866.159	871.191	894.918
Debêntures - 1ª série - 3ª Emissão (3)	2018	CDI + 0,69	R\$	416.717	-	416.717	463.880
Debêntures - 4ª Emissão (3)	2018	CDI + 4,05	R\$	870.555	796.862	1.667.417	1.597.690
Debêntures (5)	2018	CDI + 1,60	R\$	623	100.000	100.623	100.629
Debêntures (5)	2018	CDI + 0,74	R\$	33.395	33.340	66.735	66.706
		TJLP+7,82 (75%) e Selic+1,82 (25%)	R\$				
Debêntures (5)	2022		R\$	17.540	113.378	130.918	133.502
(-)FIC Pampulha - Títulos de empresas controladas (7)				(36.031)	(13.238)	(49.269)	(64.528)
Total de Debêntures				3.057.317	7.855.062	10.912.379	11.420.103
Total Geral Consolidado				4.966.902	9.761.034	14.727.936	15.179.280

(1) As taxas de juros variam de 2,00% a 8,00 % ao ano. Libor semestral mais spread de 0,81% a 0,88% ao ano;

(2) Cemig Geração e Transmissão;

(3) Cemig Distribuição;

(4) Cemig Telecom;

(5) Gasmig;

(6) A Cemig D celebrou, em 22 de abril de 2016, termos aditivos a duas Cédulas de Crédito Bancário, emitidas em favor do Banco do Brasil, no valor total de R\$ 600 milhões de reais, cuja finalidade consiste em rolagem de dívidas da companhia. A taxa de juros é de 128,00% do CDI a.a. e os recursos serão pagos em 4 parcelas semestrais com vencimento final em abril/2018;

(7) O FIC Pampulha possui aplicações financeiras em títulos emitidos por empresas controladas. Mais informações e características do fundo vide Nota Explicativa nº 27.

Garantias

O saldo devedor dos empréstimos e financiamentos é garantido da seguinte forma:

	31/03/2017
Nota Promissória, Aval e Fiança	10.539.343
Recebíveis	3.867.496
Sem Garantia	321.097
TOTAL	14.727.936

A composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

Consolidado	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	2.980	-	-	-	-	-	-	22.874	25.854
Euro	3.776	3.568	-	-	-	-	-	-	7.344
Total por Moedas	6.756	3.568	-	-	-	-	0	22.874	33.198
Indexadores									
IPCA (1)	265.562	140.497	635.000	805.511	805.069	537.318	216.617	433.332	3.838.906
UFIR/RGR (2)	12.242	16.357	12.911	11.210	3.407	3.264	2.379	-	61.770
CDI (3)	4.028.770	3.689.422	1.154.331	951.657	756.546	-	-	-	10.580.726
URTJ/TJLP (4)	20.049	34.011	31.659	31.852	31.407	31.745	7.796	20.137	208.656
IGP-DI (5)	1.988	866	866	433	-	-	-	-	4.153
TR (6)	23	302	202	-	-	-	-	-	527
Total por Indexadores	4.328.634	3.881.455	1.834.969	1.800.663	1.596.429	572.327	226.792	453.469	14.694.738
Total Geral	4.335.390	3.885.023	1.834.969	1.800.663	1.596.429	572.327	226.792	476.343	14.727.936

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
 (2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR);
 (3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI);
 (4) Unidade de Referência de Taxa de Juros (URTJ);
 (5) Índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna (IGP-DI);
 (6) Taxa Referencial (TR).

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moeda	Variação % Acumulada no 1º trimestre de 2017	Variação % Acumulada no 1º trimestre de 2016	Indexador	Variação % Acumulada no 1º trimestre de 2017	Variação % Acumulada no 1º trimestre de 2016
Dólar Norte-Americano	(2,78)	(8,86)	IPCA	0,96	2,62
Euro	(1,42)	(4,62)	CDI	2,98	3,25

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2015	15.166.537
Empréstimos e Financiamentos obtidos	1.971.865
Custos de Captação	(50.584)
Financiamentos Obtidos líquidos dos Custos de Captação	1.921.281
Variação monetária e cambial	113.976
Encargos financeiros provisionados	467.917
Encargos financeiros pagos	(618.095)
Amortização de financiamentos	(1.752.059)
Saldo em 31 de março de 2016	15.299.557
Saldo em 31 de dezembro de 2016	15.179.280
Variação monetária e cambial	44.555
Encargos financeiros provisionados	483.772
Encargos financeiros pagos	(477.684)
Amortização de financiamentos	(517.245)
Subtotal	14.712.678
(-)FIC Pampulha-Títulos de empresas controladas	15.258
Saldo em 31 de março de 2017	14.727.936

Encargos Capitalizados

A Companhia transferiu para o Ativo Intangível os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	31/03/2017	31/03/2016
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	483.772	467.917
Encargos Financeiros Transferidos para o Intangível	(22.351)	(39.439)
Efeito Líquido no Resultado	461.421	428.478

Os valores dos encargos capitalizados no montante de R\$22.351 (R\$39.439 em 2016) foram excluídos na Demonstração do Fluxo de Caixa, nas adições ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, por não representarem saída de caixa para aquisição do referido ativo.

A taxa média de capitalização dos empréstimos e financiamentos cujos custos foram transferidos para as obras foi de 4,04% em 31 de março de 2017 e 3,58% no mesmo período de 2016.

Debêntures

As debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações, possuem as seguintes características:

Empresa Emissora	Tipo garantia	Encargos Anuais (%)	Vencimento	31/03/2017	31/12/2016
Cemig GT - 1ª série - 3ª Emissão	Quirografia	CDI + 0,90	2017	-	543.208
Cemig GT - 3ª série - 3ª Emissão	Quirografia	IPCA + 6,20	2022	949.863	983.506
Cemig GT - 2ª série - 3ª Emissão	Quirografia	IPCA + 6,00	2019	283.504	293.122
Cemig GT - 5ª Emissão	Quirografia	CDI+1,70	2018	1.460.257	1.411.295
Cemig GT - 1ª série 6ª Emissão	Fiança	CDI + 1,6	2018	1.074.253	1.037.973
Cemig GT - 2ª série 6ª Emissão	Fiança	IPCA + 8,07	2020	32.089	31.117
Cemig GT - 1ª série - 7ª Emissão	Recebíveis(Receita)	140,0% do CDI	2021	2.206.006	2.196.841
Cemig D - 1ª série 3ª Emissão	Fiança	CDI + 0,69	2018	416.717	463.880
Cemig D - 2ª série 3ª Emissão	Fiança	IPCA + 4,70	2021	1.459.737	1.495.108
Cemig D - 3ª série 3ª Emissão	Fiança	IPCA + 5,10	2025	871.191	894.918
Cemig D - 2ª Emissão	Não há	IPCA + 7,96	2017	242.338	235.136
Cemig D - 4ª Emissão	Fiança	CDI + 4,05	2018	1.667.417	1.597.690
Gasmig	Quirografia	CDI + 1,60	2018	100.623	100.629
Gasmig	Quirografia	CDI + 0,74	2018	66.735	66.706
Gasmig	Quirografia	TJLP+7,82 (75%) e Selic+1,82(25%)	2022	130.918	133.502
Subtotal				10.961.648	11.484.631
(-)FIC Pampulha-Títulos de empresas controladas				(49.269)	(64.528)
TOTAL				10.912.379	11.420.103

Para as Debêntures emitidas pela Companhia, não há cláusulas restritivas (“Covenants”), de repactuação, e debêntures em tesouraria. Há cláusula de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões (“cross default”).

Cláusulas Contratuais Restritivas - “Covenants”

A Companhia possui contratos com Cláusulas Restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido Emissora	Índice Requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
Financiamento BNDES – Cemig GT (1)	Patrimônio Líquido da Garantidora / Ativo Total da Garantidora	-	Manter índice de capitalização de no mínimo 30%	Anual
Cédula de Crédito Bancário Banco do Brasil – Cemig GT (2)	Dívida Líquida da Avalista / EBITDA da Avalista	-	Manter índice igual ou inferior a: 5,26 em 2017 5,00 em 2018	Trimestral
7ª emissão de debêntures - Cemig GT (3)	Dívida Líquida / (Ebitda + Dividendos Recebidos)	Manter índice igual ou inferior a: 5,5 em 2017 5,0 em 2018 4,5 em 2019 3,0 em 2020 2,5 em 2021	Manter índice igual ou inferior a: 4,5 em 2017 4,25 em 2018 3,5 em 2019 3,0 em 2020 2,5 em 2021	Semestral, a partir de junho de 2017
Debêntures Gasmig (4)	Endividamento Geral (Exigível Total/Ativo Total) EBITDA/Serviço da Dívida	Menor que 0,6 Igual ou maior que 1,30	-	Anual

- (1) Caso não consiga atingir o índice requerido, a Companhia terá seis meses, contados do fim do exercício social em que o índice foi apurado, para: (i) constituir garantias reais que, segundo avaliação do BNDES, representem 130,00% do valor do saldo devedor do contrato; ou (ii) apresentar balancete, auditado por auditor cadastrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que indique o retorno do índice requerido;
- (2) Cédula de Crédito Bancário emitida em favor do Banco do Brasil, em outubro de 2016, no valor de R\$600 milhões. Se for acordado com outros credores covenants financeiros adicionais ou mais restritivos, eles serão automaticamente incorporados na CCB;
- (3) 7ª emissão de debêntures da Cemig GT, em dezembro de 2016, no montante de R\$2.240 milhões;

- (4) Caso não consiga atingir o índice requerido, a Gasmig constituirá, no prazo de 120 dias, contados da data da comunicação por escrito da BNDESPAR ou do BNDES, garantias aceitáveis aos debenturistas pelo valor total da dívida, observadas as normas do Conselho Monetário Nacional, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os índices requeridos. Determinadas situações previstas contratualmente podem provocar vencimento antecipado de outras dívidas (*cross default*).

Em 31 de março de 2017, a cláusula restritiva com exigibilidade de cumprimento trimestral, referente a índice financeiro da Cemig Consolidado, foi atendida. As demais cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento anual foram atendidas em 31 de dezembro de 2016.

20. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016
Ativo		
Reserva Global de Reversão – RGR (1)	13.208	48.379
	13.208	48.379
Passivo		
Reserva Global de Reversão - RGR	34.276	34.659
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	184.999	189.330
Taxa de Fiscalização da ANEEL	2.826	2.877
Eficiência Energética	304.158	287.571
Pesquisa e Desenvolvimento	249.510	233.560
Pesquisa Expansão Sistema Energético	2.385	2.724
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	4.477	5.146
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	6.399	7.720
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	17.508	23.404
Encargo de Capacidade Emergencial	30.996	30.996
Encargos Consumidor - Bandeiras Tarifárias	16	17.224
	837.550	835.211
Ativo Circulante	13.208	48.379
Passivo Circulante	349.055	380.586
Passivo Não Circulante	488.495	454.625

(1) A Cemig GT solicitou à Aneel a revisão dos valores pagos, em exercícios anteriores, referentes à RGR em função da base de cálculo utilizada na época para cálculo do encargo. Somente após a conclusão da Aneel, em 2016, que julgou procedente o pedido da Cemig GT, conforme Nota Técnica Aneel 162/2016, é que a Cemig GT reconheceu o direito de recuperar o valor excedente pago, a ser compensado com RGR a pagar.

21. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Controladora	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2015	199.183	74.034	1.958	28.016	303.191
Despesa Reconhecida no Resultado	6.938	2.535	69	944	10.486
Contribuições Pagas	(1.523)	(1.341)	(34)	(305)	(3.203)
Passivo Líquido em 31 de março de 2016	204.598	75.228	1.993	28.655	310.474
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2016	257.933	95.655	2.452	41.424	397.464
Despesa Reconhecida no Resultado	6.780	2.609	69	1.163	10.621
Contribuições Pagas	(1.610)	(1.564)	(39)	(111)	(3.324)
Passivo Líquido em 31 de março de 2017	263.103	96.700	2.482	42.476	404.761
				31/03/2017	31/12/2016
Passivo Circulante				11.249	11.143
Passivo Não Circulante				393.512	386.321

Consolidado	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2015	1.346.388	1.323.516	30.090	553.377	3.253.371
Despesa Reconhecida no Resultado	47.308	45.602	1.038	18.720	112.668
Contribuições Pagas	(30.981)	(22.527)	(562)	(5.688)	(59.758)
Passivo Líquido em 31 de março de 2016	1.362.715	1.346.591	30.566	566.409	3.306.281
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2016	1.679.154	1.710.787	37.549	813.921	4.241.411
Despesa Reconhecida no Resultado	43.491	47.315	1.043	22.157	114.006
Contribuições Pagas	(32.678)	(25.318)	(607)	(1.683)	(60.286)
Passivo Líquido em 31 de março de 2017	1.689.967	1.732.784	37.985	834.395	4.295.131
				31/03/2017	31/12/2016
Passivo Circulante				199.387	198.867
Passivo Não Circulante				4.095.744	4.042.544

Os valores registrados, no passivo circulante, referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig e suas controladas, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado do Consolidado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$94.638 (R\$75.186 no primeiro trimestre de 2016), mais os encargos e variação monetária financeira da dívida pactuada com a Fundação, no montante de R\$19.368 (R\$37.482 no primeiro trimestre de 2016).

22. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

A Companhia e suas controladas constituíram Provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	Consolidado				
	31/12/2016	Adições	Reversões	Liquidações	31/03/2017
Trabalhistas	349.273	66.578	(3.272)	(14.196)	398.383
Cíveis					-
Relações de Consumo	14.741	3.489	(526)	(3.624)	14.080
Outras ações cíveis	40.443	4.513	(31)	(397)	44.528
	55.184	8.002	(557)	(4.021)	58.608
Tributárias	69.922	1.594	-	(422)	71.094
Ambientais	39	1	-	-	40
Regulatórias	43.100	1.082	(4)	(79)	44.099
Societárias (1)	239.445	-	-	-	239.445
Outras	58.054	6.326	-	(1.532)	62.848
Total	815.017	83.583	(3.833)	(20.250)	874.517

	Consolidado				
	31/12/2015	Adições	Reversões	Liquidações	31/03/2016
Trabalhistas	289.841	50.914	(1.186)	(11.326)	328.243
Cíveis					
Relações de Consumo	17.378	3.276	(1.126)	(2.202)	17.326
Outras ações cíveis	28.792	5.846	(76)	(1.214)	33.348
	46.170	9.122	(1.202)	(3.416)	50.674
Tributárias	69.014	1.613	(1.294)	(12)	69.321
Ambientais	60	-	(57)	-	3
Regulatórias	45.180	21.851	(737)	(1.671)	64.623
Societárias (1)	268.953	7.718	-	-	276.671
Outras	35.355	7.694	(1)	(4.507)	38.541
Total	754.573	98.912	(4.477)	(20.932)	828.076

	Controladora				
	31/12/2016	Adições	Reversões	Liquidações	31/03/2017
Trabalhistas	34.928	2.463	(3.016)	(2.463)	31.912
Cíveis					-
Relações de Consumo	1.435	1	(412)	-	1.024
Outras ações cíveis	3.238	604	(31)	(2)	3.809
	4.673	605	(443)	(2)	4.833
Tributárias	8.869	604	-	(113)	9.360
Regulatórias	21.614	569	-	-	22.183
Societárias	239.445	-	-	-	239.445
Outras	466	35	-	-	501
Total	309.995	4.276	(3.459)	(2.578)	308.234

	Controladora				
	31/12/2015	Adições	Reversões	Liquidações	31/03/2016
Trabalhistas	29.169	9.252	-	(2.392)	36.029
Cíveis					-
Relações de Consumo	3.294	2	(1.126)	(1)	2.169
Outras ações cíveis	1.289	5	(76)	(5)	1.213
	4.583	7	(1.202)	(6)	3.382
Tributárias	10.306	50	(1.156)	-	9.200
Regulatórias	21.696	-	(737)	-	20.959
Societárias (1)	268.953	7.718	-	-	276.671
Outras	427	21	-	-	448
Total	335.134	17.048	(3.095)	(2.398)	346.689

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas Informações Contábeis Intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. A Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e a sua posição financeira.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível.

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$1.458.314 (R\$1.543.946 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$398.383 foram provisionados (R\$349.273 em 31 de dezembro de 2016), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Relações de Consumo

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis relativas a indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$38.227 (R\$33.178 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$14.080 (R\$14.741 em 31 de dezembro de 2016) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras Ações Cíveis

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$235.888 (R\$227.043 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$44.528 (R\$40.443 em 31 de dezembro de 2016) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), ao Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$328.459 (R\$295.373 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$71.094 foram provisionados (R\$69.922 em 31 de dezembro de 2016), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Ambientais

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R\$35.755 (R\$34.031 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$40 foram provisionados (R\$39 em 31 de dezembro de 2016), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente: (i) os encargos tarifários cobrados nas faturas relativas ao uso do sistema de distribuição por auto-produtor; (ii) a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica; (iii) a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$285.974 (R\$235.886 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$44.099 (R\$43.100 em 31 de dezembro de 2016) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Societárias

Diferença na atualização monetária do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) realizado pelo Governo do Estado de Minas Gerais

Em 19 de dezembro de 2014, a Secretaria de Fazenda do Estado de Minas Gerais encaminhou Ofício à Cemig solicitando o recálculo dos valores relativos ao AFAC realizado em 1995, 1996 e 1998, devolvidos ao Estado de Minas Gerais em dezembro de 2011, para que o critério utilizado para a correção monetária fosse revisto pela Companhia, argumentando que a aplicação da taxa Selic seria a mais adequada, em substituição ao IGP-M.

Em 29 de dezembro de 2014, a Companhia realizou um depósito administrativo para buscar a suspensão da exigibilidade do crédito cobrado pelo Estado, bem como a não inscrição do débito em dívida ativa e no Cadastro Informativo de Inadimplência em Relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais (CADIN).

Baseada na opinião de nossos assessores jurídicos, a probabilidade de perda foi avaliada como provável e o valor provisionado, em contrapartida ao resultado financeiro foi de R\$239.445 (R\$239.445 em 31 de dezembro de 2016), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar a discussão.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Quebra de Contrato – Prestação de Serviço de Limpeza de Faixas de Servidão e Aceiros

A Companhia é parte em discussões quanto alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros. O valor provisionado foi de R\$29.369 (R\$28.389 em 31 de dezembro de 2016), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão.

Outras Ações

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$191.078 (R\$179.359 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$33.479 foram provisionados (R\$29.665 em 31 de dezembro de 2016), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$177.686, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$121.834, que atualizado representa o valor de R\$258.873 (R\$255.127 em 31 de dezembro de 2016), registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$296.350 (R\$290.216 em 31 de dezembro de 2016) e, com base nos argumentos acima, a Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados - PLR, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, Adicional Aposentadoria Especial, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$1.546.375 (R\$1.509.940 em 31 de dezembro de 2016). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e jurisprudência relativa à questão.

Não homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e/ou DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O valor da contingência é de R\$329.093 (R\$317.032 em 31 de dezembro de 2016) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) – restituição e compensação

A Companhia era parte em processo administrativo que envolvia pedidos de restituição e compensação de créditos decorrentes de saldos negativos apontados nas DIPJ's dos anos calendário de 1997 a 2000, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e DCTF's correspondentes. Diante do esgotamento recursal na via administrativa foi proposta ação ordinária no valor aproximado de R\$548.004 (R\$535.465 em 31 de dezembro de 2016), classificada com probabilidade de perda possível em decorrência de nulidades na condução dos processos administrativos e no entendimento de que foram utilizadas premissas equivocadas pela fiscalização no julgamento administrativo, bem como análise da argumentação e documentação comprobatória da Companhia.

Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre ganho de capital em operação societária

Receita Federal do Brasil autuou a Cemig, na condição de responsável solidária de sua controlada, em conjunto com Parati S.A. Participações em Ativos de Energia Elétrica (Parati), relativamente a Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre o ganho de capital em operação societária correspondente à compra, pela Parati, e venda, pela Enlighted, em 07 de julho de 2011, de 100% das participações na LUCE LLC (empresa com sede em Delaware, EUA), proprietária de 75,00% das quotas do Luce Brasil Fundo de Investimento em Participações (FIP Luce), detentor indireto, através da Luce Empreendimentos e Participações S.A., de, aproximadamente, 13,03% do capital total e votante de emissão da Light S.A. (Light). O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$202.319 (R\$197.911 em 31 de dezembro de 2016), e a probabilidade de perda foi avaliada como possível.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida da base de cálculo da CSLL dos valores referentes às parcelas de: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$268.485 (R\$279.914 em 31 de dezembro de 2016). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)

A Receita Estadual de Minas Gerais instaurou diversos processos administrativos contra a Cemig D, onde se discute suposta divergência na classificação, para fins fiscais, de determinados consumidores ocorrida no período de 2011 a 2015. O montante desta contingência é de R\$84.654 (R\$82.130 em 31 de dezembro de 2016). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível por acreditar ter argumentos de mérito para defesa na esfera judicial, bem como pela ausência de precedentes jurisprudenciais.

Questões Regulatórias

Contribuição para Iluminação Pública (CIP)

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo em vista que a cobrança atualmente feita é fundamentada na Resolução Normativa da ANEEL nº 456/2000, e, portanto, não constituiu provisão para esta contingência, estimada em R\$1.242.189 (R\$1.304.705 em 31 de dezembro de 2016), tendo classificado a probabilidade de perda como possível em decorrência da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, por se tratar de regulamentação própria do setor elétrico, sendo que a Cemig atendeu ao disposto nas Resoluções 414 e 456 da ANEEL, que tratam do assunto.

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atendesse ao pleito da Distribuidora e proceda, com a CCEE, a recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$270.618 (R\$263.847 em 31 de dezembro de 2016). A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE.

A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a Companhia possui documentação hábil para suas alegações.

Encargos de Serviços do Sistema - Resolução do Conselho Nacional de Política Energética

A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o Rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema (ESS) por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional (SIN), inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE), da qual a Companhia é associada, obteve liminar suspendendo os efeitos dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 3, isentando os geradores do pagamento do ESS em conformidade à Resolução mencionada.

Em decorrência da Liminar, a CCEE efetuou a liquidação financeira de abril a dezembro de 2013, utilizando-se dos critérios anteriores à Resolução mencionada. Dessa forma, a Companhia efetuou o registro dos custos do ESS em conformidade aos critérios de liquidação financeira divulgados pela CCEE, sem os efeitos da Resolução CNPE nº 3.

Os pedidos da Autora (APINE) foram julgados procedentes em primeira instância, confirmando o provimento liminar concedido às suas associadas, dentre elas a Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias. Esta decisão foi objeto de Recurso de Apelação distribuído à 7ª Turma do TRF – 1ª Região, que aguarda julgamento.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$187.602 (R\$182.232 em 31 de dezembro de 2016). Apesar da decisão favorável em 1ª instância, os assessores jurídicos da Associação ainda consideraram o risco de perda desta contingência como possível, com o que a Companhia concorda uma vez que ainda não há elementos que permitam prever o resultado do julgamento do Recurso de Apelação interposto pela União Federal.

Majoração tarifária

Exclusão de Consumidores Inscritos como Baixa Renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a ANEEL interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$259.989 (R\$253.731 em 31 de dezembro de 2016). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Reajuste Tarifário Periódico – Neutralidade da Parcela A

A Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente (AMPROCOM) impetrou ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando a identificação de todos os consumidores que teriam sido lesados nos processos de revisão periódica e reajuste anual de energia elétrica, no período de 2002 a 2009, e a restituição, através de crédito nas faturas de energia elétrica, dos valores que lhes foram indevidamente cobrados, em razão da não desconsideração do impacto de variações futuras de demanda de consumo de energia em componentes de custo não gerenciáveis (Parcela A) e a incorporação indevida desses ganhos nos custos gerenciáveis da distribuidora (Parcela B), provocando o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Trata-se de uma ação com potencialidade para impactar todas as concessionárias de Distribuição, o que poderia ensejar um novo Acordo do Setor Elétrico. O valor, estimado, da contingência é de R\$325.978 (R\$316.675 em 31 de dezembro de 2016). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível, por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, em virtude da existência de previsão legal e contratual para a prática das tarifas discutidas, ocasionando a falta de sustentação jurídica do pleito e, portanto, não constituiu provisão para esta ação.

Ambientais

Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, determinada associação e particulares distribuíram Ações Cíveis Públicas (ACP's) e Ações Populares requerendo que a Companhia invista, no mínimo, 0,5% da receita operacional bruta anual das usinas Emborcação, Pissarrão, Funil, Volta Grande, Poquim, Paraúna, Miranda, Nova Ponte, Rio de Pedras e Peti, desde 1997, na proteção e na preservação ambiental dos mananciais hídricos existentes nos municípios onde estão localizadas as usinas, e indenização proporcional aos danos ambientais causados, que não possam ser recuperados, decorrentes da omissão no cumprimento da Lei do Estado de Minas Gerais nº 12.503/1997. A Companhia interpôs recursos para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e para o Supremo Tribunal Federal (STF). A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que se trata de discussão de matéria de índole infraconstitucional (existência de Lei Federal com objeto análogo) e matéria constitucional no que se refere à constitucionalidade ou não da norma estadual, a decisão final compete ao STJ e ao STF. Nenhuma provisão foi constituída, uma vez que a Administração classificou a probabilidade de perda como possível e o valor da contingência é de R\$116.271 (R\$112.704 em 31 de dezembro de 2016).

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações cíveis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de supostos danos ambientais. A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda nesta discussão como possível, e o valor estimado da contingência é de R\$74.939 (R\$73.169 em 31 de dezembro de 2016).

Outras Questões Ambientais

A Companhia está envolvida em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R\$32.136 (R\$30.839 em 31 de dezembro de 2016), para os quais não há saldo provisionado pois a Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível.

Outros Passivos Contingentes

Quitação Antecipada da CRC – Contas de Resultado a Compensar

A Companhia é parte em um processo administrativo junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais no qual está sendo questionada uma diferença de valores relativa ao desconto oferecido pela Cemig para antecipação da quitação de Contrato de Cessão do Crédito que a companhia detinha na Conta de Resultados a Compensar (CRC) para o Estado de Minas Gerais, concluída no primeiro trimestre de 2013, bem como à possível oneração indevida do Estado após a assinatura de Termos Aditivos que visaram a restabelecer o equilíbrio econômico financeiro do Contrato. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$393.437 (R\$390.307 em 31 de dezembro de 2016) e a Companhia acredita ter atendido aos requisitos legais, baseando-se no Parecer do Ministério Público de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Dessa forma, a probabilidade de perda foi avaliada como possível, uma vez que a Companhia acredita que o ajuste se deu em fiel observância à legislação aplicável à espécie.

Desequilíbrio Contratual

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos por terceiros decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos, o que ocasionou desequilíbrio econômico dos contratos. O montante estimado é de R\$243.539 (R\$236.703 em 31 de dezembro de 2016) e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise realizada da argumentação e documentação utilizadas pelos contratados ao responsabilizá-la por eventuais prejuízos apresentados.

Adicionalmente, a Companhia é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$73.749 (R\$71.396 em 31 de dezembro de 2016). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.

Irregularidades em Procedimentos Licitatórios

A Companhia é parte em discussão quanto a supostas irregularidades em procedimentos licitatórios, regidos por edital de pregão eletrônico. O montante estimado é de R\$25.855 (R\$25.650 em 31 de dezembro de 2016) e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.

Alteração do índice de correção monetária dos processos trabalhistas

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), considerando posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em duas ações diretas de inconstitucionalidade que tratavam do índice de correção monetária de precatórios federais, decidiu, em 04 de agosto de 2015, que os créditos trabalhistas deveriam ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), em substituição à Taxa Referencial (TR), para as ações trabalhistas que discutissem dívidas posteriores a 30 de junho de 2009 nos processos em aberto. Em 16 de outubro de 2015, foi publicada liminar concedida pelo STF que suspendeu os efeitos da decisão do TST, por entender que é competência exclusiva do STF apreciar a existência de repercussão geral da matéria constitucional.

O valor estimado da diferença entre os índices de correção monetária dos processos trabalhistas é de R\$173.469 (R\$175.839 em 31 de dezembro de 2016), e nenhuma provisão adicional foi constituída, em decorrência da Companhia, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, ter avaliado a probabilidade de perda como possível, em decorrência da decisão do STF e da inexistência de posicionamento jurisprudencial consolidado ou análise da doutrina acerca do tema, após a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 31 de março de 2017, o Capital Social da Companhia é de R\$6.294.208, representado por 420.764.708 ações ordinárias e 838.076.946 preferenciais, ambas com valor nominal de R\$5,00.

Lucro (prejuízo) por ação

O número de ações utilizado no cálculo do lucro (prejuízo) básico e diluído por ação é como segue:

Quantidade de ações	31/03/2017	31/03/2016
Ações ordinárias	420.764.708	420.764.708
Ações preferenciais	838.076.946	838.076.946
	1.258.841.654	1.258.841.654
Ações em Tesouraria	(560.718)	(560.718)
Total	1.258.280.936	1.258.280.936

Dessa forma, o cálculo do lucro básico e diluído por ação é como segue:

	31/03/2017	31/03/2016
Lucro (Prejuízo) Líquido (A)	342.596	5.119
Total de ações (B)	1.258.280.936	1.258.280.936
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (A/B) (R\$)	0,2729	(0,004)

As opções de compra e venda de investimentos descritas na nota explicativa nº 14 tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocaram diluição no lucro por ação nos períodos apresentados.

Ajustes de Avaliação Patrimonial

Ajustes de Avaliação Patrimonial	Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016
Ajustes de Passivos Atuariais – Benefícios a Empregados	(169.719)	(169.719)
Resultado Abrangente em Controlada e Controlada em Conjunto		
Custo Atribuído de Ativos Imobilizados	675.254	685.339
Variação de valor justo de ativo financeiro disponível para venda de controlada em conjunto	56.110	38.273
Ajustes de Conversão de Balanço	398	398
Ajustes de Passivos Atuariais – Benefícios a Empregados	(1.044.210)	(1.042.663)
Instrumentos Financeiros de Hedge de Fluxo de Caixa	87	87
	(312.759)	(318.566)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(482.478)	(488.285)

24. RECEITA

	Consolidado	
	31/03/2017	31/03/2016
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (a)	5.771.613	5.914.813
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD (b)	463.049	409.085
CVA e Outros Componentes Financeiros (c)	(302.602)	(132.204)
Receita de Transmissão		
Receita de Concessão de Transmissão	92.500	73.045
Receita de Construção de Transmissão (d)	2.920	6.688
Receita de Indenização de Transmissão - ressarcimento pela RAP	65.830	31.243
Receita de Construção de Distribuição (d)	197.639	228.333
Valor justo de ativo indenizável da concessão de Distribuição (g)	1.227	1.846
Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga (e) (1)	79.506	80.766
Transações com energia na CCEE (f)	226.648	2.630
Fornecimento de Gás	410.541	378.651
Outras Receitas Operacionais (h)	347.869	361.244
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita (i)	(2.543.810)	(2.902.634)
Receita Operacional Líquida	4.812.930	4.453.506

a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A composição do Fornecimento de Energia Elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (1)		R\$	
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
Residencial	2.537.050	2.490.519	1.991.413	2.023.634
Industrial	4.253.259	4.837.976	1.181.771	1.347.060
Comércio, Serviços e Outros	1.912.090	1.687.814	1.140.139	1.163.232
Rural	798.476	723.827	368.314	322.553
Poder Público	210.613	215.405	131.139	134.446
Iluminação Pública	334.480	329.062	129.852	137.865
Serviço Público	314.937	292.885	144.258	136.947
Subtotal	10.360.905	10.577.488	5.086.886	5.265.737
Consumo Próprio	9.262	9.452	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	35.746	41.021
	10.370.167	10.586.940	5.122.632	5.306.758
Suprimento a Outras Concessionárias (2)	2.894.117	2.696.632	457.794	551.762
Suprimento Não Faturado Líquido	-	-	191.187	56.293
Total	13.264.284	13.283.572	5.771.613	5.914.813

(1) Informações não revisadas pelos auditores independentes;

(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) e contratos bilaterais com outros agentes.

b) Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD

Parcela representativa dos Grandes Consumidores Industriais na área de concessão da Cemig Distribuição estão na condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores realizada, por meio da Cemig Geração e Transmissão e outras geradoras. Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres, são cobrados, separadamente com o registro nesta rubrica.

c) Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros

O resultado decorrente das variações da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros refere-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. Os montantes reconhecidos decorrem das constituições e realizações no período corrente homologadas ou a serem homologadas nos processos de reajuste tarifário. Mais informações na Nota Explicativa nº 13.

d) Receita de Concessão de Transmissão

A Receita de Transmissão compreende a parcela recebida dos agentes do setor elétrico referente à operação e manutenção da rede de linhas de transmissão pertencentes ao Sistema Nacional Interligado – SIN, denominada Rede Básica, representada pela Receita Anual Permitida – RAP.

e) Receita de Construção

A Receita de Construção é substancialmente compensada pelos custos de construção e corresponde aos investimentos da Companhia no período em ativos das concessões de transmissão e distribuição.

f) Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bonificação pela Outorga relativa à concessão do lote D do Leilão 12/2015. Mais detalhes vide Nota Explicativa nº 13 destas Informações Contábeis Intermediárias.

g) Receita de Indenização da Transmissão

No primeiro trimestre de 2017 a Companhia reconheceu receita no valor de R\$65.830 correspondente à atualização, pelo IPCA, do saldo de indenização a receber. Mais detalhes vide Nota Explicativa nº 13 destas Informações Contábeis Intermediárias.

h) Receita de Transações com energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A receita com transações com energia na CCEE corresponde à apuração mensal do resultado líquido positivo das liquidações das operações de compra e venda de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo, no âmbito da CCEE.

i) Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição

Receita de Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição decorrente da atualização monetária da Base de Remuneração de Ativos.

j) Outras Receitas Operacionais

	Consolidado	
	31/03/2017	31/03/2016
Serviço Taxado	2.056	1.425
Serviço de Telecomunicações	36.242	29.111
Prestações de Serviços	35.284	38.786
Subvenções (*)	242.682	265.503
Aluguel e Arrendamento	28.936	24.624
Outras	2.669	1.795
	347.869	361.244

(*) Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, que são reembolsados pela ELETROBRAS.

k) Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

	Consolidado	
	31/03/2017	31/03/2016
Tributos sobre a Receita		
ICMS	1.331.246	1.329.435
COFINS	529.287	532.959
PIS-PASEP	114.907	115.716
Outros	1.900	1.669
	1.977.340	1.979.779
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR (recuperação de despesas)	9.867	8.546
Programa de Eficiência Energética – PEE	12.787	10.303
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	443.621	559.625
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	10.453	9.776
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	10.453	9.776
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	5.227	4.888
Encargos do Consumidor - PROINFA	9.663	9.842
Taxa Fiscalização Serviços Energia Elétrica	8.310	8.767
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos	26.831	28.067
Encargos do Consumidor - Bandeiras Tarifárias	29.258	273.265
	566.470	922.855
	2.543.810	2.902.634

25. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
Pessoal (a)	381.208	413.407	16.676	10.082
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	18.884	-	492	-
Obrigações Pós-Emprego	94.638	75.186	9.668	8.642
Materiais	11.240	10.980	16	20
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	39	18	-	-
Serviços de Terceiros (b)	208.624	208.004	2.717	1.820
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	2.093.088	1.931.361	-	-
Depreciação e Amortização	201.365	199.033	135	130
Provisões (Reversões) Operacionais (d)	208.532	251.770	16.468	85.534
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	206.497	258.706	-	-
Gás Comprado para Revenda	222.512	237.863	-	-
Custos de Construção de Infraestrutura (e)	200.559	235.021	-	-
Outras Despesas Operacionais Líquidas (f)	96.516	128.086	3.200	4.557
	3.943.702	3.949.435	49.372	110.785

a) Despesas com Pessoal

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP)

Em março de 2017, a Companhia aprovou o Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP 2017), sendo elegíveis para requerer a adesão os empregados que tiverem tempo de serviço na Cemig igual ou superior a 25 anos até 31 de dezembro de 2017. O PDVP 2017 terá o seu período de adesão entre 03 de abril de 2017 e 29 de setembro de 2017 e prevê o pagamento de um prêmio adicional de 5 remunerações para os empregados que fizerem a adesão em abril de 2017, cujo desligamento ocorrerá em maio de 2017, sendo o prêmio reduzido de forma progressiva de acordo com o mês de adesão. Portanto, para o empregado que fizer a adesão em agosto de 2017, cujo desligamento ocorrerá em setembro de 2017, terá direito a um prêmio correspondente a uma remuneração. Não existirá prêmio para os empregados que se desligarem a partir de 1º de setembro de 2017. Também ocorrerá o pagamento das verbas rescisórias previstas em lei, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação.

b) Serviço de Terceiros

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
Leitura de Medidores/Entrega de Contas	33.376	35.810	-	-
Comunicação	14.846	14.581	62	89
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	64.033	65.863	19	16
Conservação e Limpeza de Prédios	22.502	23.096	167	168
Mão de Obra Contratada	2.386	2.265	-	-
Fretes e Passagens	1.295	1.031	382	336
Hospedagem e Alimentação	2.998	2.173	41	32
Vigilância	5.313	6.077	-	-
Consultoria	2.994	4.029	150	142
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	13.097	14.358	141	222
Manutenção e Conservação de Veículos	5.741	2.107	14	18
Corte e Religação	4.279	1.180	-	-
Meio Ambiente	4.789	3.272	-	-
Serviços Advocatícios	2.893	4.724	292	272
Custas Processuais	443	384	10	15
Poda de Árvores	3.657	1.978	-	-
Limpeza de Faixa	1.076	1.942	-	-
Reprografia e Publicações Legais	3.776	2.837	30	61
Inspeção de Unidades Consumidoras	628	269	-	-
Impressão de Notas Fiscais e Contas de Energia Elétrica	700	936	-	-
Outras Despesas	17.802	19.092	1.409	449
	208.624	208.004	2.717	1.820

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	Consolidado	
	31/03/2017	31/03/2016
Energia de Itaipu Binacional	294.046	316.575
Contratos por Cotas de Garantia Física	109.154	130.579
Cotas das Usinas de Angra I e II	60.944	54.227
Energia de curto prazo	157.403	98.324
PROINFA	75.322	81.365
Contratos Bilaterais	71.913	68.862
Energia adquirida através de Leilão no Ambiente Regulado	742.232	659.039
Energia adquirida no Ambiente Livre	788.110	715.849
Créditos de PASEP-COFINS	(206.036)	(193.459)
	2.093.088	1.931.361

d) Provisões (Reversões) Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD	66.195	76.263	-	-
Provisão (Reversão) para Contingências				
Trabalhistas	63.306	49.728	(553)	9.252
Cíveis	7.445	7.920	162	(1.195)
Tributárias	1.594	319	604	(1.106)
Ambientais	1	(57)	-	-
Regulatórias	1.078	21.114	569	(737)
Outras	6.326	7.693	35	21
	79.750	86.717	817	6.235
	145.945	162.980	817	6.235
Variação de Valor Justo de Derivativos				
Opção de venda Parati (Nota 14)	15.651	79.299	15.651	79.299
Opção de venda SAAG (Nota 14)	46.936	9.491	-	-
	62.587	88.790	15.651	79.299
	208.532	251.770	16.468	85.534

e) Custo de Construção

	Consolidado	
	31/03/2017	31/03/2016
Pessoal e Administradores	10.246	14.601
Materiais	79.630	100.969
Serviços de Terceiros	87.797	79.428
Outros	22.886	40.023
	200.559	235.021

f) Outras Despesas Operacionais Líquidas

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
Arrendamentos e Aluguéis	23.988	23.511	595	157
Propaganda e Publicidade	832	1.801	-	-
Consumo Próprio de Energia Elétrica	5.510	5.801	-	-
Subvenções e Doações	3.533	4.222	-	-
Concessão Onerosa	752	634	-	-
Seguros	2.524	2.730	851	1.046
Anuidade CCEE	2.028	2.003	-	1
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	2.560	12.042	-	2
FORLUZ – Custeio Administrativo	6.471	6.011	320	298
Agentes Arrecadadores	17.452	17.875	-	-
Outras Despesas	30.866	51.456	1.434	3.053
	96.516	128.086	3.200	4.557

Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, e não são relevantes em relação aos custos totais da Companhia.

26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicação Financeira	64.830	58.806	15.765	6.908
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	72.864	73.708	-	-
Variações Cambiais	8.387	14.785	-	1
Variação Monetária	8.398	16.139	1.028	22.786
Variação Monetária - CVA	-	19.732	-	-
Variação Monetária de Depósitos Vinculados a Litígios	9.936	31.489	4.232	-
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(11.112)	(12.239)	(1.150)	(1.475)
Multas Contratuais	12.303	2.596	-	-
Outras	14.285	19.718	3.705	2.029
	179.891	224.734	23.580	30.249
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(461.421)	(428.478)	-	-
Variações Cambiais	-	(17.126)	-	-
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(43.407)	(116.235)	-	-
Variação Monetária – Concessão Onerosa	(380)	(1.428)	-	-
Encargos e Variação monetária de Obrigação Pós-Emprego	(19.368)	(37.482)	(953)	(1.844)
Variações Monetárias – Obrigações com a CCEE	(9.562)	(17.816)	-	-
Variação Monetária - CVA	(6.169)	-	-	-
Variação Monetária – Venda Antecipada de Energia	(12.561)	-	-	-
Outras	(19.769)	(20.573)	(174)	(7.733)
	(572.637)	(639.138)	(1.127)	(9.577)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(392.746)	(414.404)	22.453	20.672

27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
Controlador								
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e Revendedores (1)	83.022	71.340	-	-	36.360	37.073	-	-
Controlada em conjunto								
Aliança Geração								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	8.568	7.037	-	-	(35.127)	(26.041)
Prestação de Serviços (3)	1.462	3.706	-	-	2.603	2.351	-	-
Baguari Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	184	710	-	-	(1.630)	(1.575)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	10.005	-	-	-	-	-	-	-
Madeira Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	20.283	17.636	5.451	-	(140.026)	(136.430)
Norte Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	130	130	2.620	3.755	1.298	-	(27.208)	-
Hidrelétrica Pipoca								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	1.288	1.228	-	-	(3.567)	(4.348)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	1.284	-	-	-	-	-	-	-
Retiro Baixo								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	2.146	-	-	-	-	-	-
Guanhães Energia								
Circulante								
Ajuste para perdas (4)	-	-	-	59.071	-	-	-	-
Renova								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	-	-	-	-	(51.504)	(30.162)
Não Circulante								
Contas a Receber (5)	77.043	73.722	-	-	17.043	-	-	-
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (6)	239.725	229.053	-	-	27.725	-	-	-
TAESA								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	11.043	10.326	-	-	(28.498)	(23.605)
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	3.061	2.751	-	-	(6.547)	-
Companhia Transirapé de Transmissão								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	951	-	-	-	(2.433)	(1.969)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	678	-	-	-	-	-	-	-
Light								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	583	464	474	472	12.489	16.502	(205)	(208)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	6.852	-	-	-	-	-	-
Axiom								
Circulante								
Prestação de Serviços (7)	-	-	1.547	6.980	-	-	-	(12.364)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	144	-	-	-	-	-	-

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
Outras partes relacionadas								
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e Equivalentes	517.546	621.203	-	-	-	-	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	693.978	833.849	-	-	36.800	50.422	-	-
(-) Títulos emitidos por empresas controladas (8)	(36.031)	(49.479)	-	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Títulos e Valores Mobiliários	40.334	46.092	-	-	-	-	-	-
(-) Títulos emitidos por empresas controladas (8)	(13.238)	(15.049)	-	-	-	-	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (9)	-	-	88.306	86.156	-	-	(43.491)	(47.308)
Custeio Administrativo (10)	-	-	-	-	-	-	(6.471)	(6.011)
Arrendamento Operacional (11)	-	-	9.874	9.630	-	-	(11.775)	(4.633)
Não Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (9)	-	-	1.601.661	1.592.998	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (12)	-	-	104.256	101.756	-	-	(48.358)	(46.640)
Não Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (12)	-	-	1.666.513	1.646.580	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

- (1) Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da companhia;
- (2) As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). ;
- (3) Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usina;
- (4) Em 2016, foi reconhecido um passivo correspondente à participação da Companhia no Capital Social da Guanhães em função de seu Patrimônio Líquido negativo (vide Nota Explicativa nº 14);
- (5) A Cemig GT possui um contas a receber junto à Renova Energia, no montante de R\$60.000 que será liquidado através de um pagamento inicial de R\$6 milhões, a ser realizado até 10 de janeiro de 2018, e 11 parcelas mensais sucessivas, com o vencimento final em dezembro de 2018, com atualização pela variação de 150% do CDI;
- (6) Em junho de 2016, foram antecipados pela Cemig GT à Renova Comercializadora, no âmbito do Contrato, R\$94.000, tendo sido constituídas garantias com determinados ativos da Renova. Posteriormente, foram realizadas novas antecipações, nos montantes de R\$40.000 em setembro e R\$15.000, R\$25.000 e R\$38.000 em 03, 17 e 27 de outubro de 2016, respectivamente. Para efeito de quitação, este valor será atualizado a uma taxa de 155% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e compensado com os faturamentos que serão realizados pela Renova, em função do suprimento de energia;
- (7) Refere-se a obrigações e despesas com desenvolvimento de software de gestão;
- (8) O FIC Pampulha possui aplicações financeiras em títulos emitidos por empresas controladas. Mais informações e características do fundo no texto descritivo abaixo;
- (9) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (vide Nota Explicativa nº 21) e serão amortizados até o exercício de 2024;
- (10) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (11) Aluguel do edifício sede;
- (12) Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide Nota Explicativa nº 21).

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas 7, 17 e 24.

Garantias: aval e fiança de empréstimos, financiamentos e debêntures

A Cemig figura como avalista e fiadora de empréstimos, financiamentos e debêntures das seguintes partes relacionadas não consolidadas nas informações contábeis, por se tratarem de controladas em conjunto ou coligadas:

Parte relacionada	Vínculo	Tipo	Objeto	31/03/2017	Vencimento
Norte Energia (NESA)	Coligada	Fiança	Financiamento	2.403.122	2042
Light (1)	Controlada em conjunto	Contragarantia	Financiamento	683.615	2042
Santo Antônio Energia (SAESA)	Controlada em conjunto	Aval	Financiamento	1.995.798	2034
Santo Antônio Energia (SAESA)	Controlada em conjunto	Fiança	Debêntures	755.817	2037
Centroeste	Controlada em conjunto	Fiança	Financiamento	8.871	2023
				5.847.223	

(1) Relacionado à execução de garantias do financiamento Norte Energia

Em 31 de março de 2017, a Administração acredita que não são necessárias provisões a serem reconhecidas nas informações contábeis da Companhia para cumprir com eventuais obrigações oriundas destes avais e fianças.

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha da Cemig e suas controladas e coligadas

A Cemig e suas controladas e coligadas aplicam parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” no ativo circulante e não circulante, ou apresentados deduzindo a rubrica de “Debêntures” no passivo circulante e não circulante, em 31 de março de 2016.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, no fundo de investimento, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	31/03/2017				
				Cemig 4,33%	Cemig GT 9,13%	Cemig D 23,83%	Demais controladas 28,89% (1)	Total 66,18%
ETAU	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	453	955	2.492	3.022	6.922
				453	955	2.492	3.022	6.922

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	31/12/2016				
				Cemig 10,12%	Cemig GT 20,86%	Cemig D 24,94%	Demais controladas 22,39% (1)	Total 78,31%
Axxiom	Debêntures	109,00% do CDI	29/01/2017	579	1.194	1.427	1.282	4.482
ETAU	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	1.024	2.110	2.522	2.265	7.921
				1.603	3.304	3.949	3.547	12.403

(1) Referem-se às demais empresas consolidadas pela Cemig, que também possuem participação nos fundos de investimentos.

Remuneração do Pessoal Chave da Administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, no período de janeiro a março de 2017 e 2016, são demonstrados na tabela abaixo:

	31/03/2017	31/03/2016
Remuneração	6.623	5.180
Participação nos Resultados (Reversão)	41	-
Benefícios Assistenciais	372	321
Total	7.036	5.501

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia e de suas controladas estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Concessionários – Transporte de Energia, Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura, Ativos de Concessões de Geração, Fundos Vinculados, Depósitos Vinculados a Litígios, Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com concessões a pagar e fornecedores, Obrigações Pós-Emprego e Opções de Venda, sendo os ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente registrados no resultado do exercício ou no patrimônio líquido, de acordo com o Regime de Competência.

Os Instrumentos Financeiros da Companhia e de suas controladas são reconhecidos inicialmente ao valor justo e mensurados de acordo com as classificações abaixo:

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Fundos Vinculados, Ativos Financeiros relacionados à Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, Subvenção de Baixa Renda, Reembolso Subsídios Tarifários e Outros Créditos com a Eletrobrás, Depósitos Vinculados a Litígios, Ativos Financeiros da concessão não abarcados pela Lei 12.783/13, Ativos Financeiros relacionados ao Leilão 12/2015 de usinas de geração e Ativos de Concessões de Geração. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários mantidos para negociação e Opções de Venda. São mensuradas ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários, no montante de R\$45.710 em 31 de março 2017 e R\$49.888 em 31 de dezembro de 2016, incluído na Nota Explicativa nº 6. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. O valor justo, no montante de R\$45.714 em 31 de março de 2017 e R\$49.738 em 31 de dezembro de 2016, foi mensurado considerando informações do Nível 2;
- Instrumentos Financeiros disponíveis para venda: encontram-se nesta categoria os Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura abarcados pela Lei 12.783/13. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Informações Contábeis Intermediárias;

- Outros passivos financeiros - passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ), concessões a pagar e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus Empréstimos, Financiamentos e Debêntures utilizando a taxa de 140% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para aqueles Empréstimos, Financiamentos e Debêntures com taxas anuais entre IPCA + 6,00% a 8,07%, CDI + 2,00% a 4,05%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente similar ao contábil. Para os financiamentos do BNDES e ELETROBRAS o valor justo conceitualmente é similar ao saldo contábil, devido às características específicas das operações.
- Passivos mensurados a valor justo - passivos financeiros referentes a opções de venda: as opções de venda de cotas do FIP Melbourne e FIP Malbec ("PUT SAAG"), as opções de venda de ações da RME e LEPSA ("PUT Parati") e as opções da Sonda foram mensuradas pelo valor justo mediante a utilização do modelo de Black-Scholes-Merton (BSM). Ambas as opções eram calculadas utilizando-se o método de fluxo de caixa descontado, no caso da PUT SAAG até o terceiro trimestre e da PUT Parati até o primeiro trimestre de 2016, até as respectivas alterações, no quarto e segundo trimestres, respectivamente, para o modelo BSM.

Os saldos contábeis são similares aos valores justos dos instrumentos financeiros, exceto quanto aos empréstimos, cujo saldo contábil é de R\$14.727.936 (R\$15.179.280 em 31 de dezembro de 2016) e valor justo de R\$14.454.983 (R\$14.711.130 em 31 de dezembro de 2016), sendo a mensuração de Nível 2, utilizando como referência passivos similares.

Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de Gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos Riscos de Câmbio, juros e inflação, as quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Cemig e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa.

A exposição líquida, às taxas de câmbio, é como segue:

Exposição às Taxas de Câmbio	31/03/2017		31/12/2016	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 18)	8.161	25.854	7.072	23.049
Fornecedores (Itaipu Binacional)	63.344	196.031	62.320	206.827
	71.505	221.885	69.392	229.876
Euro				
Empréstimos e Financiamentos – Euro (nota 18)	2.166	7.344	2.157	7.416
Passivo Líquido Exposto		229.229		237.292

(*) Unidade Monetária do BNDES – reflete a média ponderada das variações cambiais existentes na Cesta de Moedas do BNDES

Análise de sensibilidade

A Companhia estima, com base em nossos consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 31 de março de 2018 será uma valorização de 7,51% para o dólar (R\$3,406) e uma valorização de 5,31% para o Euro (R\$3,570). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50%.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 31/03/2017	Cenário Dólar R\$3,406 Euro R\$3,570	Cenário Depreciação Cambial 25,00% Dólar R\$4,258 Euro R\$4,463	Cenário Depreciação Cambial 50,00% Dólar R\$5,109 Euro R\$5,355
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 18)	25.854	27.796	34.749	41.694
Fornecedores (Itaipu Binacional)	196.031	210.758	263.478	316.137
	221.885	238.554	298.227	357.831
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (nota 18)	7.344	7.734	9.669	11.601
Passivo Líquido Exposto	229.229	246.288	307.896	369.432
Efeito Líquido da Variação Cambial		17.059	78.667	140.203

Risco de Taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos Empréstimos e Financiamentos, em moeda estrangeira, com taxas de juros flutuantes, principalmente *Libor*, no montante de R\$58.725 (R\$60.066 em 31 de dezembro de 2016).

A Companhia está exposta aos riscos de elevação das taxas de juros nacionais, em 31 de março de 2017. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição às Taxas de Juros Nacionais	Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016
Ativos		
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras (Nota 5)	800.079	893.713
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6)	868.028	1.045.228
Fundos Vinculados	378.611	367.474
CVA e Outros Componentes Financeiros – SELIC* (nota 18)	268.602	397.725
Créditos junto à Eletrobrás	75.206	138.444
	<u>2.390.526</u>	<u>2.842.584</u>
Passivos		
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – CDI (Nota 18)	(10.580.726)	(10.928.261)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – TJLP (Nota 18)	(208.656)	(213.102)
CVA e Outros Componentes Financeiros – SELIC (nota 12)	(987.344)	(804.975)
	<u>(11.776.726)</u>	<u>(11.946.338)</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>(9.386.200)</u>	<u>(9.103.754)</u>

(*) Montantes de CVA e Outros Componentes Financeiros indexados à SELIC.

Análise de sensibilidade

A Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de março de 2018, as taxas SELIC e TJLP serão de 9,00% e 6,50%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50%. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Estimativa de Cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários da Companhia, com base nos seus consultores financeiros.

Risco - Alta nas Taxas de Juros Nacionais	31/03/2017	31 de março de 2018		
	Valor Contábil	Cenário SELIC 9,00% TJLP 6,50%	Cenário SELIC 11,25% TJLP 8,13%	Cenário SELIC 13,50% TJLP 9,75%
Ativos				
Equivalentes de Caixa (Nota 5)	800.079	872.086	890.088	908.090
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6)	868.028	946.151	965.681	985.212
Fundos Vinculados	378.611	412.686	421.205	429.723
CVA e Outros Componentes Financeiros - SELIC	268.602	292.776	298.820	304.863
Outros Créditos com a Eletrobrás	75.206	81.975	83.667	85.359
	<u>2.390.526</u>	<u>2.605.674</u>	<u>2.659.461</u>	<u>2.713.247</u>
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos – CDI (Nota 18)	(10.580.726)	(11.532.991)	(11.771.058)	(12.009.124)
Empréstimos e Financiamentos – TJLP (Nota 18)	(208.656)	(222.219)	(225.620)	(229.000)
CVA e Outros Componentes Financeiros (nota 12)	(987.344)	(1.076.205)	(1.098.420)	(1.120.635)
	<u>(11.776.726)</u>	<u>(12.831.415)</u>	<u>(13.095.098)</u>	<u>(13.358.759)</u>
Ativo (Passivo) Exposto Líquido	<u>(9.386.200)</u>	<u>(10.225.741)</u>	<u>(10.435.637)</u>	<u>(10.645.512)</u>
Efeito Líquido da Variação das Taxas de Juros		<u>(839.541)</u>	<u>(1.049.437)</u>	<u>(1.259.312)</u>

Risco de Elevação da Inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de inflação, em 31 de março de 2017, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à Elevação da Inflação	31/03/2017	31/12/2016
Ativos		
Ativos Financeiros da Concessão - Infraestrutura de Distribuição – IPCA (nota 12)	129.285	128.071
Ativos Financeiros da Concessão - Infraestrutura de Transmissão – IPCA (nota 12)	1.871.060	1.805.230
Bonificação de Outorga – IPCA (nota 12)	2.277.656	2.253.765
	<u>4.278.001</u>	<u>4.187.066</u>
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 18)	(3.838.906)	(3.933.092)
Dívida Pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ) – IPCA	(768.447)	(787.003)
	<u>(4.607.353)</u>	<u>(4.720.095)</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>(329.352)</u>	<u>(533.029)</u>

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de março de 2018, a taxa IPCA será de 4,95%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50%.

Risco - Elevação da inflação	31/03/2017	31 de março de 2018		
	Valor Contábil	Cenário IPCA 4,95%	Cenário IPCA 6,19%	Cenário IPCA 7,43%
Ativos				
Ativos Financeiros da Concessão - Infraestrutura de Distribuição – IPCA (nota 12)	129.285	135.685	137.288	138.891
Ativos Financeiros da Concessão - Infraestrutura de Transmissão – IPCA (nota 12)	1.871.060	1.963.677	1.986.879	2.010.080
Bonificação de Outorga – IPCA (nota 12)	2.277.656	2.390.400	2.418.643	2.446.886
	<u>4.278.001</u>	<u>4.489.762</u>	<u>4.542.810</u>	<u>4.595.857</u>
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 18)	(3.838.906)	(4.028.932)	(4.076.534)	(4.124.137)
Dívida Pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ) - IPCA	(768.447)	(806.485)	(816.014)	(825.543)
	<u>(4.607.353)</u>	<u>(4.835.417)</u>	<u>(4.892.548)</u>	<u>(4.949.680)</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>(329.352)</u>	<u>(345.655)</u>	<u>(349.738)</u>	<u>(353.823)</u>
(Efeito Líquido da Variação do IPCA)		<u>(16.303)</u>	<u>(20.386)</u>	<u>(24.471)</u>

Risco de Liquidez

A Cemig apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios restritivos e estabelecidos em Política de Aplicações, aprovada pelo Comitê de Riscos Financeiros, manejando seus recursos em fundos de investimento de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios destas usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode pressionar os custos da aquisição de energia pelas distribuidoras, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode impactar em aumentos tarifários futuros, fato já ocorrido pela Revisão Tarifária Extraordinária concedida às distribuidoras em Março de 2015.

Na data base destas Informações Contábeis Intermediárias, a Companhia (controladora e consolidado) apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes.

Na Nota Explicativa nº 1 são mencionadas as diversas iniciativas da Companhia para aumentar a sua liquidez através de novos financiamentos, pelo refinanciamento das atuais obrigações ou através de potencial desinvestimento de ativos que não fazem parte dos negócios básicos da Companhia. Qualquer redução nos *ratings* da Companhia podem ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia adicionalmente causar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, podem ser observadas na tabela a seguir:

Consolidado	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	291.554	958.605	4.802.208	11.034.630	406.660	17.493.657
Concessões a pagar	249	734	1.876	9.501	14.269	26.629
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	10.957	21.991	100.645	598.263	322.179	1.054.035
	302.760	981.330	4.904.729	11.642.394	743.108	18.574.321
- Pré-fixadas						
Fornecedores	1.486.146	128.466	-	-	-	1.614.612
	1.788.906	1.109.796	4.904.729	11.642.394	743.108	20.188.933

Controladora	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	539	1.082	4.952	29.435	19.023	55.031
- Pré-fixadas						
Fornecedores	22.718	-	-	-	-	22.718
	23.257	1.082	4.952	29.435	19.023	77.749

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Cemig e suas controladas incorrerem em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento, buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso. Adicionalmente, o risco de crédito é reduzido em função da grande pulverização de clientes.

O saldo das perdas para Créditos de Liquidação Duvidosa em 31 de março de 2017, considerado como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia e suas controladas, foi de R\$726.300.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004 e é revisada anualmente.

A Cemig administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas Informações Contábeis Intermediárias.

Como instrumento de gestão, a Companhia divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos,
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões
3. Índice de Basiléia superior a 12.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL)**
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 80%	Entre 6% e 9%
A2	Entre R\$1,0 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 5% e 8%
B	Entre R\$400 milhões e R\$1,0 bilhão	Máxima de 20%	Entre 5% e 7%

(1) o percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig estabelece também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

As Companhia possui contratos de empréstimos com cláusulas restritivas (“*covenant*”), normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento de índice financeiro. O não atendimento destas cláusulas pode implicar na aceleração do vencimento da dívida. Vide Nota Explicativa nº 19.

Em 31 de março de 2017, a cláusula restritiva com exigibilidade de cumprimento trimestral, referente a índice financeiro da Cemig Consolidado, foi atendida. As demais cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento anual foram atendidas em 31 de dezembro de 2016. Mais detalhes na Nota Explicativa nº 19.

Administração de Capital

A comparação do passivo líquido da Companhia em relação ao patrimônio líquido é apresentada a seguir:

	31/03/2017	31/12/2016
Total do Passivo	28.471.092	29.101.482
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(842.265)	(995.132)
(-) Fundos Vinculados	(378.611)	(367.474)
Passivo Líquido	27.250.216	27.738.876
Total do Patrimônio Líquido	13.292.997	12.934.371
Relação Passivo Líquido sobre Patrimônio Líquido	2,05	2,14

29. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos a valor justo; após o reconhecimento inicial, a companhia classifica os ativos e passivos financeiros entre as categorias definidas para instrumentos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

	Saldo em 31 de março de 2017	Valor justo em 31 de março de 2017		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Mantidos para negociação				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	30.548	-	30.548	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	597.543	-	597.543	-
Letras Financeiras - Bancos	167.849	167.849	-	-
Debêntures	178	-	178	-
	796.118	167.849	628.269	
Empréstimos e Recebíveis				
Ativos de Concessões de Geração (nota 4)	1.005.763	-	-	1.005.763
Bonificação de Outorga	2.277.656	-	2.277.656	-
Fundos Vinculados	378.611	-	378.611	-
	3.662.030	-	2.656.267	1.005.763
Disponíveis para venda				
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura	242.525	-	-	242.525
	4.700.673	167.849	3.284.536	1.248.288
Passivos				
Valor justo por meio do resultado				
Opções de Venda – Ativo (Passivo)				
Sonda	4.586	-	-	4.586
RME e LEPSA	(1.165.532)	-	(1.165.532)	-
SAAG	(243.109)	-	-	(243.109)
	(1.404.055)	-	(1.165.532)	(238.523)
	3.296.618	167.849	2.119.004	1.009.765

	Saldo em 31 de dezembro de 2016	Valor justo em 31 de dezembro de 2016		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Mantidos para negociação				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	32.782	-	32.782	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	192.995	192.995	-	-
Letras Financeiras - Bancos	724.274	-	724.274	-
Debêntures	45.289	-	45.289	-
	995.340	192.995	802.345	-
Empréstimos e Recebíveis				
Bonificação de Outorga	2.253.765	-	2.253.765	-
Fundos Vinculados	367.474	-	367.474	-
	2.621.239	-	2.621.239	-
Disponíveis para venda				
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura	216.107	-	-	216.107
	3.832.686	192.995	3.423.584	216.107
Passivos				
Valor justo por meio do resultado				
Opções de Venda – Ativo (Passivo)				
Sonda	4.586	-	-	4.586
RME e LEPSA	(1.149.881)	-	(1.149.881)	-
SAAG	(196.173)	-	-	(196.173)
	(1.341.468)	-	(1.149.881)	(191.587)
	2.491.218	192.995	2.273.703	24.520

(1) A partir do quarto trimestre de 2016, a Companhia passou a utilizar o método Black-Scholes-Merton para mensuração do valor justo das opções. Mais detalhes na Nota Explicativa Nº 14.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na Nota Explicativa nº 13 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Opções de venda: a Companhia adotou o método Black-Scholes-Merton para mensuração do valor justo das opções da SAAG, Parati e Sonda. O valor justo dessas opções foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de vencimento da opção deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, trazidos a valor presente na data das Demonstrações Financeiras. A movimentação das opções de venda e outras informações estão demonstradas na Nota Explicativa nº 14 destas Informações Contábeis Intermediárias.

30. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Cemig refletem o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, com diferentes legislações para os setores de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. A Companhia também atua nos mercados de gás, telecomunicações e outros negócios de menor impacto no resultado de suas operações.

Os segmentos mencionados acima refletem à gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados. Em decorrência do marco regulatório do setor elétrico brasileiro, não existe segmentação por área geográfica.

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 31 DE MARÇO DE 2017								
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			TELECOMUNICAÇÕES	GÁS	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO					
ATIVOS DO SEGMENTO	14.275.170	4.429.953	18.236.415	340.276	2.530.107	2.241.607	(289.439)	41.764.089
ADIÇÕES AO SEGMENTO	165.727	-	181.358	8.928	11.328	-	-	367.341
ADIÇÕES AO ATIVO FINANCEIRO	-	2.920	-	-	-	-	-	2.920
INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	5.380.762	1.733.227	1.746.439	19.019	-	17.136	-	8.896.583
RECEITA LÍQUIDA	1.565.603	146.636	2.767.988	28.319	344.442	26.837	(66.895)	4.812.930
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(734.885)	-	(1.378.708)	-	-	(9)	20.514	(2.093.088)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(83.090)	(87)	(162.447)	-	-	-	39.127	(206.497)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	(222.512)	-	-	(222.512)
Total dos Custos Operacionais	(817.975)	(87)	(1.541.155)	-	(222.512)	(9)	59.641	(2.522.097)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS								
Pessoal	(67.438)	(24.660)	(254.179)	(4.584)	(11.809)	(18.538)	-	(381.208)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(3.108)	(1.412)	(13.516)	(315)	-	(533)	-	(18.884)
Obrigações Pós-Emprego	(14.124)	(5.941)	(64.905)	-	-	(9.668)	-	(94.638)
Materiais	(2.152)	(546)	(8.108)	(29)	(428)	(22)	6	(11.279)
Serviços de Terceiros	(25.239)	(4.871)	(172.693)	(6.747)	(3.535)	(2.787)	7.248	(208.624)
Depreciação e Amortização	(45.634)	-	(129.767)	(8.372)	(13.640)	(3.952)	-	(201.365)
Provisões (Reversões) Operacionais	(53.742)	(1.783)	(136.594)	56	-	(16.469)	-	(208.532)
Custos de Construção	-	(2.920)	(181.358)	-	(16.281)	-	-	(200.559)
Outras Despesas Operacionais Líquidas	(17.971)	(2.253)	(68.750)	(5.115)	(3.290)	863	-	(96.516)
Total do Custo de Operação	(229.408)	(44.386)	(1.029.870)	(25.106)	(48.983)	(51.106)	7.254	(1.421.605)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.047.383)	(44.473)	(2.571.025)	(25.106)	(271.495)	(51.115)	66.895	(3.943.702)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESL. DE EQUIV. PATRIM. E FINANCEIRO	518.220	102.163	196.963	3.213	72.947	(24.278)	-	869.228
Resultado de Equivalência Patrimonial	(25.223)	65.989	(8.271)	(725)	-	(2.129)	-	29.641
Receitas Financeiras	46.883	1.775	102.499	446	5.134	23.154	-	179.891
Despesas Financeiras	(339.474)	(667)	(215.963)	(4.027)	(13.642)	1.136	-	(572.637)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	200.406	169.260	75.228	(1.093)	64.439	(2.117)	-	506.123
Imposto de Renda e Contribuição Social	(84.108)	(30.530)	(34.591)	117	(20.712)	6.435	-	(163.389)
RESULTADO	116.298	138.730	40.637	(976)	43.727	4.318	-	342.734
Participação dos acionistas controladores	116.298	138.730	40.637	(976)	43.589	4.318	-	342.596
Participação de acionista não controlador	-	-	-	-	138	-	-	138

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 31 DE MARÇO DE 2016								
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			TELECOMUNICAÇÕES	GÁS	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO					
ATIVOS DO SEGMENTO (1)	14.414.449	4.267.418	18.165.610	337.745	2.737.182	2.388.972	(275.523)	42.035.853
ADIÇÕES AO SEGMENTO	479.718	-	218.594	7.574	9.739	-	-	715.625
ADIÇÕES AO ATIVO FINANCEIRO	1.440.630	6.688						1.447.318
INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO (1)	5.291.892	1.669.849	1.754.342	17.741	-	19.264	-	8.753.088
RECEITA LÍQUIDA	1.333.349	106.559	2.691.446	24.124	312.235	31.599	(45.806)	4.453.506
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(661.751)	-	(1.276.015)	-	-	-	6.405	(1.931.361)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(74.801)	(88)	(213.345)	-	-	-	29.528	(258.706)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	(237.863)	-	-	(237.863)
Total dos Custos Operacionais	(736.552)	(88)	(1.489.360)	-	(237.863)	-	35.933	(2.427.930)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS								
Pessoal	(68.237)	(29.869)	(288.395)	(4.728)	(9.737)	(12.441)	-	(413.407)
Obrigações Pós-Emprego	(11.712)	(4.869)	(49.963)	-	-	(8.642)	-	(75.186)
Materiais	(1.990)	(446)	(8.215)	(19)	(297)	(31)	-	(10.998)
Serviços de Terceiros	(32.902)	(6.635)	(166.977)	(5.446)	(2.719)	(1.981)	8.656	(208.004)
Depreciação e Amortização	(51.995)	-	(121.845)	(8.123)	(13.124)	(3.946)	-	(199.033)
Provisões (Reversões) Operacionais	(19.349)	(2.490)	(144.560)	163	-	(85.534)	-	(251.770)
Custos de Construção	-	(6.688)	(218.594)	-	(9.739)	-	-	(235.021)
Outras Despesas Operacionais Líquidas	(29.141)	(1.252)	(87.809)	(3.853)	(1.998)	(5.250)	1.217	(128.086)
Total do Custo de Operação	(215.326)	(52.249)	(1.086.358)	(22.006)	(37.614)	(117.825)	9.873	(1.521.505)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(951.878)	(52.337)	(2.575.718)	(22.006)	(275.477)	(117.825)	45.806	(3.949.435)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESL. DE EQUIV. PATRIM. E FINANCEIRO	381.471	54.222	115.728	2.118	36.758	(86.226)	-	504.071
Resultado de Equivalência Patrimonial	(150.175)	113.116	(13.163)	(7.398)	-	(307)	-	(57.927)
Receitas Financeiras	44.636	603	142.072	1.042	4.249	32.132	-	224.734
Despesas Financeiras	(330.941)	(1.662)	(283.675)	(1.522)	(11.738)	(9.600)	-	(639.138)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	(55.009)	166.279	(39.038)	(5.760)	29.269	(64.001)	-	31.740
Imposto de Renda e Contribuição Social	(27.028)	(16.221)	(1.266)	(539)	(8.738)	27.259	-	(26.533)
RESULTADO	(82.037)	150.058	(40.304)	(6.299)	20.531	(36.742)	-	5.207
Participação dos acionistas controladores	(82.037)	150.058	(40.304)	(6.299)	20.443	(36.742)	-	5.119
Participação de acionista não controlador	-	-	-	-	88	-	-	88
	(82.037)	150.058	(40.304)	(6.299)	20.531	(36.742)	-	5.207

(1) Os saldos referem-se a 31 de dezembro de 2016.

31. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Nos trimestres findos em 31 de março de 2017 e 2016, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, que não estão refletidas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa:

- Encargos Financeiros Capitalizados no montante de R\$22.351 no primeiro trimestre de 2017 (R\$39.439 no primeiro trimestre de 2016);
- Transfências para a rubrica de Ativos de Concessão de Geração, referentes à Usinas Jaguará e Miranda, e para Ativos Financeiros da Concessão, referente à Usina Volta Grande, no montante de R\$869.369.

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

Emissão de Títulos Internacionais pela Cemig GT

Conforme fato relevante, divulgado pela Companhia em 28 de abril de 2017, a Cemig GT está contemplando uma potencial emissão de títulos internacionais, tendo, inclusive, seu Conselho de Administração deliberado autorizá-la no valor de até US\$1 bilhão e com prazo de 7 anos, para o refinanciamento de suas obrigações financeiras, bem como o Conselho de Administração da Cemig deliberado autorizar a prestação da garantia fidejussória.

A efetiva realização da Emissão está sujeita, dentre outros fatores, às condições dos mercados de capitais nacional e internacional e à obtenção das aprovações competentes, e, se realizada, será conduzida em conformidade com a legislação e regulamentação aplicáveis.

O Fato Relevante divulgado tem caráter meramente informativo e não deve, em nenhuma circunstância, ser (i) entendido como uma oferta ou solicitação de uma oferta para aquisição de quaisquer valores mobiliários da Companhia ou da CEMIG GT, incluindo, mas não se limitando, aos títulos a serem eventualmente emitidos no mercado internacional pela CEMIG GT no âmbito da Emissão; ou (ii) interpretado como recomendação de investimento. Caso a Emissão venha a ser realizada, qualquer decisão de compra de valores mobiliários decorrentes da Emissão deverá ser feita exclusivamente com base nas informações contidas em um *offering memorandum* que será preparado com relação à Emissão.

A Companhia manterá o mercado e seus acionistas informados sobre eventual desenvolvimento da Emissão de acordo com a regulamentação aplicável.

Alienação de Parques Eólicos pela Renova

Dando continuidade aos fatos relevantes divulgados em 13 de janeiro e 20 de janeiro de 2017, bem como ao evento subsequente divulgado nas Demonstrações Financeiras da Companhia em 11 de abril de 2017, em 18 de abril de 2017 ocorreu a assinatura do Contrato de Compra de Ações (“Contrato” ou “CCA”) do Complexo Eólico Alto Sertão II entre a sua coligada, Renova Energia S.A. (“Renova”), a Renovapar S.A. e a AES Tietê Energia S.A. (“AES”), tendo como Interveniente Anuente a Nova Energia Holding S.A.. Por meio do Contrato, a AES se compromete em adquirir 100% das ações da Nova Energia Holding S.A., empresa que controla a subholding Renova Eólica Participações S.A. que, por sua vez, detém 100% das 15 sociedades de propósito específico que compõem o Complexo Alto Sertão II, pelo valor de R\$600,0 milhões (seiscentos milhões de reais) (“Transação”).

O valor total da operação poderá alcançar a importância de até R\$700,0 milhões (setecentos milhões de reais) a título de earn-out, sendo que metade deste valor adicional, ou seja, R\$50 milhões (cinquenta milhões de reais) ficarão retidos em escrow account e seu pagamento está condicionado ao desempenho do Complexo Alto Sertão II, apurado após período de cinco anos contados da data do fechamento da operação.

A Companhia esclarece, ainda, que o valor total de aquisição de R\$ 650 milhões anunciado no Fato Relevante divulgado no dia 13 de janeiro de 2017 fazia referência ao valor de R\$ 600,0 milhões a ser pago pela aquisição, somado ao valor retido em scrow account de R\$ 50 milhões mencionado no parágrafo anterior.

O fechamento da Transação está sujeita a certas condições precedentes previstas no CCA, incluindo, entre outras, a aprovação por órgãos governamentais e credores.

A Administração da Companhia ressalta que a Transação está alinhada com o seu novo direcionamento estratégico, que objetiva o reequilíbrio de sua estrutura de capital e a sustentabilidade do negócio no longo prazo.

Mais esclarecimentos sobre a operação poderão ser discutidos junto à Companhia.” A Companhia manterá seus acionistas e o mercado oportuna e adequadamente informados sobre o andamento desse processo.

TAESA arremata o principal lote do Leilão ANEEL 005/2016

No dia 24 de abril de 2017, o Consórcio Columbia formado pelas empresas Taesa e Cteep, conquistou o lote 1 do Leilão de Transmissão nº 5/2016, realizado pela ANEEL ao oferecer R\$267.316 de receita anual permitida (RAP).

O empreendimento, que exigirá R\$ 1,936 bilhão em investimentos, é composto pelas linhas de transmissão de 525 kV Guaíra - Sarandi, com 266,3 quilômetros de extensão; Foz do Iguaçu - Guaíra, com 173 quilômetros; Londrina - Sarandi, com 75,5

quilômetros, além da linha de 230 kV Sarandi - Paranaíba Norte, com 85 quilômetros, e mais três subestações (Guaíra, Sarandi e Paranaíba Norte), localizados no Paraná.

O prazo para execução das obras é de 60 meses, por isso, conforme o edital, a entrada em operação comercial está prevista para agosto de 2022.

Indenização dos ativos de transmissão - liminar obtida por consumidores industriais

Em 10 de abril de 2017, foi concedida tutela antecipada em favor da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Livres, da Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro e da Associação Brasileira dos Produtores de Ferroligas e de Silício Metálico no âmbito do processo judicial promovido por essas entidades em face da Aneel e da União visando a suspensão dos efeitos sobre as suas tarifas do pagamento da indenização dos ativos de transmissão devidos aos agentes do setor elétrico que fizeram a adesão aos termos da Lei 12.783/13.

A tutela antecipada foi em caráter parcial, com efeitos relacionados a suspensão da inclusão nas tarifas dos consumidores dessas Associações da parcela da indenização correspondente a remuneração do custo do capital próprio incorporado desde a prorrogação das concessões.

A Companhia não espera perdas na realização dos créditos a receber referente a indenização de transmissão, com maiores detalhes sobre os saldos a receber e critérios de atualização na Nota Explicativa nº 13.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes.

A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos, e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Renovação da concessão das usinas hidrelétricas de Jaguará, São Simão e Miranda

Conforme divulgado na nota explicativa nº 4 às informações contábeis intermediárias, a Companhia está discutindo judicialmente a renovação dos contratos de concessão das usinas hidrelétricas de Jaguará, São Simão e Miranda, que tiveram seus vencimentos em agosto de 2013, janeiro de 2015 e dezembro de 2016, respectivamente. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota explicativa nº 14 às informações contábeis intermediárias, a Companhia possui participação não controladora direta e indireta na Madeira Energia S.A. (que possui investimento na Santo Antônio Energia S.A.). Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas indiretos da Madeira Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas indiretos. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse tema.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 14 às informações contábeis intermediárias, a Companhia possui participação não controladora indireta na Norte Energia S.A. Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da Norte Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse tema.

Risco de continuidade da investida Renova Energia S.A.

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 14 e 32 às informações contábeis intermediárias, a Companhia possui participação não controladora na Renova Energia S.A. cujas condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Renova Energia S.A.. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2017, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram

submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 15 de maio de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

Marcelo Salvador
Contador
CRC-1MG 089.422/O-0

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO

(Valores expressos em Milhares de Reais, exceto se indicados de outra forma)

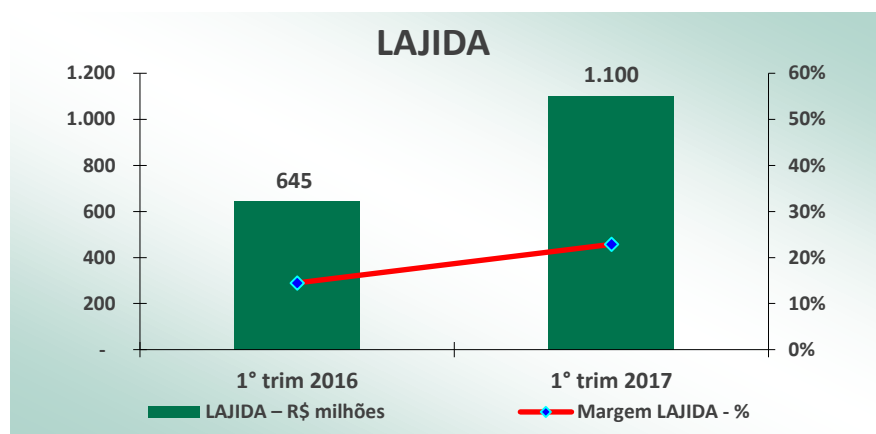
Resultado do Período

A Cemig apresentou, no primeiro trimestre de 2017, um lucro líquido de R\$342.734 em comparação ao lucro líquido de R\$5.207 no mesmo período de 2016. As principais variações na receita, nos custos e despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA consolidado da Cemig apresentou um aumento de 70,53% no primeiro trimestre de 2017 na comparação com o mesmo período de 2016:

LAJIDA - R\$ mil	31/03/2017	31/03/2016	Var %
Resultado do Exercício	342.734	5.207	6.482,18
+ Despesa de IR e Contribuição Social	163.389	26.533	515,80
+ Resultado Financeiro	392.746	414.404	(5,23)
+ Depreciação e Amortização	201.365	199.033	1,17
= LAJIDA	1.100.234	645.177	70,53



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

Aumento de 70,53% no LAJIDA, no primeiro trimestre de 2017, em comparação ao mesmo período de 2016. Os principais itens que afetaram o resultado estão descritos na sequência destas Informações Contábeis Intermediárias. Em linha com a variação do LAJIDA, a margem do LAJIDA da Companhia apresentou aumento, passando de 14,49% no primeiro trimestre de 2016 para 22,86% no mesmo período de 2017.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$5.771.613 no período de janeiro a março de 2017 em comparação a R\$5.914.813 no mesmo período de 2016, representando uma redução de 2,42%.

Consumidores Finais

A receita com Energia Vendida a Consumidores Finais, excluindo consumo próprio, foi de R\$5.086.866 no período de janeiro a março de 2017 comparada a R\$5.265.737 no mesmo período de 2016, representando uma redução de 3,40%.

Os principais itens que afetaram esta receita são como segue:

- Reajuste Tarifário Anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 3,78%, aplicável a partir de 28 de maio de 2016 (efeito integral em 2017);
- redução da receita com bandeiras tarifárias, sendo R\$29.258 no período de janeiro a março de 2017, em comparação a R\$273.265 no período de janeiro a março de 2016, em função menor cobrança no primeiro trimestre de 2017 de encargos adicionais relacionados às bandeiras tarifárias;
- Redução de 2,05% no volume de energia vendida.

Evolução do Mercado

O mercado da Cemig consiste na venda de energia para (i) consumidores cativos, na área de concessão no estado de Minas Gerais; (ii) clientes livres no estado de Minas Gerais e em outros estados do Brasil, no Ambiente de Contratação Livre (ACL); (iii) outros agentes do setor elétrico (comercializadores, geradores e produtores independentes de energia), no ACL; (iv) distribuidoras no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e (v) a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), eliminando-se as transações existentes entre as empresas do grupo Cemig.

O mercado da Cemig encontra-se detalhado na tabela apresentada a seguir, com a discriminação das transações realizadas no período de janeiro a março de 2017, comparativamente às do mesmo período de 2016:

A variação na venda da energia por classe de consumo é apresentada abaixo.

	MWh		
	31/03/2017	31/03/2016	Var %
Residencial	2.537.050	2.490.519	1,87
Industrial	4.253.259	4.837.976	(12,09)
Comércio, Serviços e Outros	1.912.090	1.687.814	13,29
Rural	798.476	723.827	10,31
Poder Público	210.613	215.405	(2,22)
Iluminação Pública	334.480	329.062	1,65
Serviço Público	314.937	292.885	7,53
Subtotal	10.360.905	10.577.488	(2,05)
Consumo Próprio	9.262	9.452	(2,01)
	10.370.167	10.586.940	(2,05)
Suprimento a Outras Concessionárias (1)	2.894.117	2.696.632	7,32
Total	13.264.284	13.283.572	(0,15)

(1) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

Destaca-se a redução de 12,09% na energia vendida para o segmento industrial em função basicamente da saída de consumidores do ambiente cativo para o ambiente livre de contratação de energia.

Em contrapartida, observou-se um crescimento de 10,31% no consumo da classe rural, em função, principalmente, da maior atividade de irrigação.

Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição (TUSD)

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. No período de janeiro a março de 2017, essa receita correspondeu ao montante de R\$463.049, comparada a R\$409.085 no mesmo período de 2016, o que representou um aumento de 13,19%.

Esta variação decorre, principalmente, do aumento de 5,41% no volume de energia distribuída, devido, principalmente, ao crescimento da base de consumidores. Em 28 de maio de 2016, ocorreu uma redução de 0,52% na tarifa para os consumidores livres.

CVA e Outros Componentes Financeiros

A Companhia reconhece em suas Informações Contábeis Intermediárias a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, onde se destacam a CDE e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Este saldo representa os valores que deverão ser repassados ou ressarcidos nos próximos reajustes tarifários da Cemig Distribuição. No primeiro trimestre de 2017 foram reconhecidos valores a serem ressarcidos no montante de R\$302.602, em comparação a valores a serem ressarcidos de R\$132.204 no mesmo período de 2016. Essa variação deve-se, principalmente, à maior redução dos custos com energia adquirida em Leilão em 2017 em relação aos valores constantes das tarifas. Vide maiores informações na Nota Explicativa nº 13 das Informações Contábeis Intermediárias.

Receita de Indenização de Transmissão

No primeiro trimestre de 2017 a Companhia reconheceu no primeiro trimestre de 2017 uma receita no valor de R\$65.830 correspondente à atualização, pelo IPCA, do saldo de indenização a receber em comparação a R\$31.243 no mesmo período de 2017. Essa variação decorre basicamente nos novos parâmetros de atualização financeira definidos pela Portaria MME nº 120, de 22 de abril de 2016. Mais detalhes vide Nota Explicativa nº 13 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com Transações com energia na CCEE foi de R\$226.648 no primeiro trimestre de 2017 comparados a R\$2.630 no mesmo período de 2016, aumento de R\$224.018. Esta variação decorre, principalmente, dos eventos descritos abaixo:

- Aumento de 337,22% do valor médio do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD (R\$151,67/MWh em 2017 e R\$34,69/MWh em 2016);
- Aumento da quantidade de energia disponível para liquidação no mercado atacadista em 2017.

Receita de Fornecimento de Gás

A Companhia registrou uma receita de fornecimento de gás no montante de R\$410.541 no período de janeiro a março de 2017 comparada a R\$378.651 no mesmo período de 2016, um aumento de 8,42%. Esta variação decorre basicamente do aumento de 2,28% no volume de gás vendido (296.125m³ no período de janeiro a março de 2017 comparados a 288.959m³ no mesmo período de 2016), associado aos reajustes nas tarifas.

Receita de Construção

As receitas de construção e infraestrutura foram de R\$200.559 no período de janeiro a setembro de 2016 comparadas a R\$235.021 no mesmo período de 2015, apresentando uma redução de 14,66%. Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia, no período, em ativos da concessão.

Outras receitas operacionais

As outras receitas da Companhia foram de R\$347.867 no primeiro trimestre de 2017 em comparação a R\$361.244 no mesmo período de 2016, uma redução de 3,70%. A composição das receitas operações está demonstrada na Nota Explicativa nº 24 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R\$2.543.810 no período de janeiro a março de 2017 comparados a R\$2.902.634 no mesmo período de 2016, representando uma redução de 12,36%.

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da ANEEL e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e Conta de Consumo de Combustíveis. Os encargos referentes à CDE foram de R\$443.621 no período de janeiro a março de 2017 comparados a R\$559.625 no mesmo período de 2016.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Encargos do Consumidor Bandeiras Tarifárias

Houve uma redução dos Encargos do Consumidor relacionados às Bandeiras Tarifárias, sendo R\$29.258 no período de janeiro a março de 2017, em comparação a R\$273.265 no mesmo período de 2016, em função da melhoria do nível dos reservatórios, o que permitiu a menor cobrança em 2017 de encargos adicionais relacionados às bandeiras.

Os impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da Receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais foram de R\$3.943.702 no período de janeiro a março de 2017 comparados a R\$3.949.435 no mesmo período de 2016, uma redução de 0,15%. Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais estão disponíveis na Nota Explicativa nº 25 destas Informações Contábeis Intermediárias.

As principais variações nas Despesas estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$2.093.088 no período de janeiro a março de 2017 comparada a R\$1.931.361 no mesmo período de 2016, representando um aumento de 8,37%. Este resultado foi decorrente basicamente do aumento de 12,67% nas despesas com energia adquirida em leilão, que foram de R\$742.232 no primeiro trimestre de 2017, comparados a R\$659.039 no primeiro trimestre de 2016, em função de novos contratos de Compra de Energia em Ambiente Regulado realizados no primeiro trimestre de 2017.

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$206.497 no período de janeiro a março de 2017, comparados a R\$258.706 no mesmo período de 2016, representando uma redução de 20,18%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais foram de R\$208.532 no período de janeiro a março de 2017, comparadas a R\$251.770 no mesmo período de 2016, uma redução de 17,17%. Os principais eventos que impactaram o resultado estão descritos abaixo:

- Variação do valor justo nas opções de investimento da Parati e SAAG, no montante de R\$62.587 no período de janeiro a março de 2017 na comparação com a provisão total de R\$88.790 no mesmo período de 2016. Mais detalhes sobre os critérios de constituição dessas provisões podem ser obtidos na Nota Explicativa nº 14 (Opções de Venda);

- Redução das Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa, que foram de R\$66.195 no primeiro trimestre de 2017 em comparação a R\$76.561 no primeiro trimestre de 2016, principalmente em função do aumento das ações da empresa no primeiro trimestre de 2017 para recebimento dos créditos em atraso.

Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$381.208 no primeiro trimestre de 2017, comparados a R\$413.407 no mesmo período de 2016, representando uma redução de 7,79%. Apesar do reajuste salarial de 8,50% a partir de novembro de 2016, em função de acordo coletivo, a variação negativa decorre, principalmente da redução de 9,26% no número de empregados médios nos períodos comparados (7.102 no primeiro trimestre de 2017 em comparação a 7.827 no primeiro trimestre de 2016).

Participação dos Empregados e Administradores no Resultado

A despesa com Participação dos Empregados e Administradores no Resultado foi de R\$18.884 no período de janeiro a março de 2017 sem a constituição de provisão no mesmo período de 2016. Esta variação decorre do aumento do resultado da Companhia no primeiro trimestre de 2017, base de cálculo para o pagamento da Participação.

Custo de Construção

Os Custos de Construção de Infraestrutura foram de R\$200.559 no período de janeiro a março de 2017 comparados a R\$235.021 do mesmo período de 2016, uma redução de 14,66%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Gás Comprado para Revenda

No período de janeiro a março de 2017 a Companhia registrou uma despesa com aquisição de gás no montante de R\$222.512 comparada a uma despesa de R\$237.863 no mesmo período de 2016, representando uma redução de 6,45%. Esta variação decorre basicamente da redução dos encargos, proveniente do novo acordo entre a Gasmig e Petrobrás com a redução da obrigação da retirada diária de gás, parcialmente compensada pelo aumento da quantidade de gás comprado para revenda (293.105 m³ no período de janeiro a março de 2017 comparados a 287.594 m³ no mesmo período de 2016).

Resultado de Equivalência Patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial em investidas representou um lucro de R\$29.641 no período de janeiro a março de 2017 na comparação ao prejuízo de R\$57.927 no mesmo período de 2016. Essa variação decorre principalmente do prejuízo de R\$151.568 verificado no primeiro trimestre de 2016 na participação na Renova Energia em função, basicamente, de perda em investimento na Terraform e baixa parcial de opção de venda com a SunEdison comparado ao prejuízo de R\$28.246 no 1º trimestre de 2017, conforme descrito em mais detalhes na Nota Explicativa nº 14.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro no período de janeiro a março de 2017 foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$392.746 comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$414.404 no mesmo período de 2016. Os principais fatores que impactaram o Resultado Financeiro estão relacionados a seguir:

- Redução de R\$72.828 na despesa financeira referente variação monetária de empréstimos e financiamentos em função da variação do IPCA, indexador da dívida, que foi de 0,96% no primeiro trimestre de 2017 na comparação a variação de 2,62% no primeiro trimestre de 2016.
- Receita de variação monetária de atualização dos saldos da CVA de R\$19.732 no primeiro trimestre de 2016 em comparação a uma despesa financeira de R\$6.169 no primeiro trimestre de 2017. Os saldos ativos e passivos de CVA são atualizados pela Selic. Essa variação decorre da apresentação de saldo líquido passivo de CVA em 31 de março de 2017 em função do menor custo com compra de energia em relação ao valor constante da tarifa. No mesmo período de 2016 a Companhia tinha saldo líquido ativo de CVA em função do maior custo com compra de energia em relação ao valor constante da tarifa. Vide maiores informações na Nota Explicativa nº 13.
- Redução de R\$18.114 nos encargos de variação monetária de dívida pactuada com a Forluz também em função da redução na variação do IPCA, indexador da dívida, conforme mencionado acima.

■

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 26 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Imposto de Renda e Contribuição Social

No período de janeiro a março de 2017, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$163.389 em relação ao lucro de

R\$506.123 antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 32,28%. A Companhia apurou, no mesmo período de 2016, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$26.533 em relação ao Resultado de R\$31.740, antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 83,59%. Estas alíquotas efetivas de impostos estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 9 destas Informações Contábeis Intermediárias.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Conselho de Administração

Reuniões

O Conselho de Administração, até 31/03/2017, reuniu-se 6 vezes para planejamento estratégico, projetos, aquisições de novos ativos, investimentos diversos, dentre outros assuntos.

Composição, eleição e mandato

O atual mandato do Conselho de Administração iniciou-se na AGO realizada em 29 de abril de 2016, por intermédio do mecanismo de voto múltiplo.

O mandato dos atuais membros do Conselho de Administração expira na Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2018.

Principais responsabilidades e atribuições:

Além das responsabilidades e atribuições definidas em Lei, cabe ao Conselho de Administração:

- deliberação, prévia à celebração, sobre os contratos entre a Cemig e qualquer de seus acionistas ou controladores destes;
- deliberação sobre alienação de bens, empréstimos, financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, bem como atos ou outros negócios jurídicos igual ou superior a R\$ 17.355 mil;
- autorização da emissão de títulos, no mercado interno ou externo, para a captação de recursos;
- aprovação do Plano Diretor e de suas revisões, do Plano Plurianual e Estratégico e suas revisões e do Orçamento anual.

Comitês

- Constituídos por membros do Conselho de Administração para analisar e discutir previamente as matérias a serem deliberadas naquele fórum, a saber:

1. Comitê de Apoio ao Conselho de Administração;
2. Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade;
3. Comitê de Recursos Humanos;
4. Comitê de Estratégia;
5. Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas; e,
6. Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos.

Qualificação e remuneração

O Conselho de Administração é integrado por membros com formação em diversas áreas (Administração de Empresas, Engenharia, Advocacia, Economia e outras), com grande experiência na gestão de negócios. O montante global ou individual da remuneração do Conselho de Administração é fixado pela Assembleia Geral, em conformidade com a legislação vigente.

Informações sobre a composição do Conselho de Administração e o Curriculum Vitae de seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Comitê de Auditoria

Além das atribuições previstas na Lei 6404, no que se refere aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual estamos sujeitos por termos nossas ações registradas na Securities and Exchange Commission – SEC, órgão regulador do mercado de capitais dos EUA, optamos por exercer a isenção permitida pelo Exchange Act, regra 10-3A e regulamentada pela publicação da SEC, release 82-1234, que aceita a atuação do Conselho Fiscal como alternativa ao Comitê de Auditoria conforme definido pela Lei Sarbanes Oxley.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é composta por onze membros que têm suas funções individuais estabelecidas no estatuto social da Companhia, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, podendo ser reeleitos.

É permitido o exercício do cargo concomitante e não remunerado em cargos de administração de subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Cemig, a critério de seu conselho de administração, competindo-lhes, porém, obrigatoriamente, o exercício dos cargos correspondentes na Cemig Geração e Transmissão S.A. e na Cemig Distribuição S.A..

O mandato dos atuais diretores expira na 1ª reunião do Conselho de Administração que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária de 2018.

A composição da Diretoria Executiva e informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>

Os diretores têm responsabilidades individuais estabelecidas pelo Conselho de Administração e Estatuto Social, como:

- Gestão corrente dos negócios da Empresa, obedecidos o Estatuto Social, o Plano Diretor, o Plano Plurianual e Estratégico e o Orçamento Anual;
- Deliberação sobre alienação de bens, empréstimos e financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, bem como atos ou outros negócios jurídicos de valor inferior a R\$17.355 mil;
- A Diretoria Executiva se reúne, normalmente, uma vez por semana. Até 31/03/2017 foram realizadas 12 reuniões.

Conselho Fiscal

Reuniões

- No ano de 2017, até o mês de março, foram realizadas 3 reuniões.

Composição, eleição e mandato

- Temos um Conselho Fiscal permanente, composto por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para mandato de um ano, podendo ser reeleitos, conforme abaixo:
 - um eleito pelos detentores das ações preferenciais;
 - um eleito pelos detentores das ações ordinárias que, não pertencendo ao grupo de controle, representem, no mínimo 10% do capital social; e,
 - três eleitos pelo acionista majoritário.
- A composição do Conselho Fiscal encontra-se disponível em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>
- Principais responsabilidades e atribuições:
 - Além das atribuições previstas na Lei 6404, de 15 de dezembro de 1976 e posteriores alterações, no que se refere aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual estamos sujeitos por termos nossas ações registradas na Securities and Exchange Commission – SEC, órgão regulador do mercado de capitais dos EUA, optamos por exercer a isenção permitida pelo Exchange Act, regra 10-3A e regulamentada pela publicação da SEC, release 82-1234, que aceita a atuação do Conselho Fiscal como alternativa ao Comitê de Auditoria, conforme definido por aquela lei americana.

Qualificação e remuneração

O Conselho Fiscal é multidisciplinar, integrado por membros com diversas competências (Contabilidade, Economia, Administração de Empresas e outras). A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, em consonância com a legislação vigente.

As informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Lei Sarbanes-Oxley

A Cemig obteve a primeira certificação dos controles internos para mitigação dos riscos associados à elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras, emitido de acordo com a seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley e normas do “*Public Company Accounting Oversight Board*” - PCAOB, que integra o Relatório Anual segundo o Formulário 20-F, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, arquivado junto a *Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos* - SEC, no dia 23 de julho de 2007.

Gestão de Riscos Corporativos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa da Cemig em que são identificados os eventos que podem interferir no atingimento dos objetivos estratégicos definidos pela Companhia.

A intenção é fornecer informações à Alta Administração para a tomada de decisão, preservando o valor da empresa. Neste sentido a prática de gestão de riscos é um fator de diferenciação competitiva que deve ser utilizado não só de forma defensiva, mas igualmente como uma oportunidade de melhoria. A estruturação e análise das operações sob o ponto de vista do gerenciamento de risco otimizam os investimentos no controle da atividade, reduzem os custos, melhoram a performance e consequentemente favorecem o alcance das metas traçadas pela Companhia.

Além disso, entre os requisitos avaliados para a permanência da Companhia na composição de índices como o Dow Jones de Sustentabilidade e o de Sustentabilidade Empresarial – ISE destaca-se a necessidade de implementação de elementos estruturais do sistema de gestão de riscos.

O processo de gestão de riscos na Cemig foi iniciado em 2003 e vem sendo constantemente aprimorado. No que tange à estrutura organizacional destaca-se a criação, em 2012, do Comitê de Monitoramento de Riscos Corporativos – CMRC responsável pelo monitoramento do processo tendo ainda como atribuições: (i) Propor, para aprovação da Diretoria Executiva, diretrizes, políticas e procedimentos a serem adotados no Processo de Gerenciamento de Riscos Corporativos garantindo as melhorias contínuas do processo, promovendo sua divulgação; (ii) Analisar e propor à

Diretoria Executiva ações prioritárias contemplando os riscos categorizados como “críticos”, na matriz de exposição final; e (iii) Submeter à aprovação da Diretoria Executiva mecanismos para operacionalizar o monitoramento estratégico dos riscos corporativos identificados e ações efetivas para redução dos níveis de exposição financeira e impacto intangível a um nível aceitável, tendo em vista os planos de ação mitigadores, alinhados com o Plano Diretor da Empresa. O CMRC se reúne bimestralmente.

Em 2013, foi implantada uma nova plataforma tecnológica, exclusiva para gerenciamento de riscos, módulo SAP RM (Risk Management) que viabilizou, entre outros, que o processo de mapeamento de riscos seja feito continuamente à medida que a atualização das informações, verificações e avaliações dos controles e planos de ação se tornem tarefas agendadas a serem executadas pelos responsáveis dentro do próprio sistema, fazendo com que todos os agentes envolvidos na gestão de riscos tenham papéis e responsabilidades determinadas e acompanhadas, com minimização de custos e de recursos humanos para a sua realização e controle. Além disso, existe um fluxo realizado por uma área independente para avaliação periódica dos controles no intuito de auditar a efetividade do processo.

Em 2015, ocorreu a efetivação plena da plataforma, gerando relatórios confiáveis e obtendo percepções de relações entre os riscos mapeados.

Em 2015, novas iniciativas foram implementadas. Destaque para:

- Ajustes na metodologia-padrão de gerenciamento de riscos (novo modelo de segmentação dos riscos, forma de quantificação dos impactos e abordagem no levantamento das informações incorporando também a visão “Top Down”);
- Revisão/atualização da Política de Gerenciamento de Riscos;
- Mapeamento dos principais riscos corporativos (“Top Risks”) e alguns relacionados ao Programa de Adequação Socioambiental da Cemig;
- Aprovação da matriz de riscos corporativos e das premissas de apetite a riscos pelo Conselho de Administração.

No processo de levantamento dos “Top Risks” foi feita uma pesquisa com os Superintendentes da Companhia com o propósito de levantar os principais temas corporativos a serem monitorados, tais como: perda de concessão, grau de endividamento, liquidez, indicadores de disponibilidade e confiabilidade e glosa. O produto deste trabalho gerou uma matriz que expressa a avaliação conjunta do impacto e probabilidade de ocorrência do risco.

Especialmente quanto ao Programa de Adequação Socioambiental da Cemig foram identificados os riscos relacionados ao uso da água, manejo de vegetação, mortalidade de peixes, acidentes ambientais com óleo/logística de material, cumprimento de condicionantes ambientais, entre outros. A Cemig adota medidas de mitigação e gerenciamento de exposição alinhadas com as premissas de apetite a risco.

Em 2016 foi criada a Superintendência de Gestão de Compliance e Riscos Corporativos (GC), subordinada à Presidência, permitindo assim maior independência nos trabalhos.

Além disso, a Cemig sempre considera o princípio da precaução nos processos de gestão de risco, no planejamento das operações e no desenvolvimento de novos negócios. Durante o planejamento, são considerados todos os fatores que possam apresentar riscos à saúde e à segurança dos empregados, fornecedores, clientes, da população em geral e do meio ambiente.

Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional

A aprovação, pelo Conselho de Administração da Cemig, em maio/2004, da Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional (<http://ri.cemig.com.br>), visa orientar e disciplinar a conduta das pessoas que agem em nome da Cemig ou com ela interagem, buscando a ética e a conformidade com a lei e com a regulamentação.

A atualização do documento ocorreu em 2016.

A Comissão de Ética da Cemig foi criada, em 12 de agosto de 2004, para coordenar as ações em relação à gestão da “Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional”, incluindo avaliação e deliberação sobre possíveis descumprimentos deste documento.

Com a criação, em dezembro de 2006, do Canal de Denúncia, para uso exclusivo dos empregados e colaboradores da Cemig, a Comissão de Ética passou a receber denúncias anônimas, via canal aberto na intranet – Canal de Denúncia Anônima. Essas denúncias deverão envolver práticas irregulares contrárias ao interesse da Empresa, compreendendo: fraudes financeiras, inclusive adulteração, falsificação ou supressão de documentos financeiros, fiscais e contábeis; apropriação indevida de bens e recursos; recebimento de vantagens indevidas por dirigentes e empregados; contratações irregulares ou outras práticas consideradas ilegais.

Comissão de Ética

Foi constituída em 12 de agosto de 2004 e é composta por 3 membros titulares e 3 suplentes, sendo responsável pelo gerenciamento do Código de Conduta Profissional (interpretação, divulgação, aplicação e atualização).

A Comissão recebe e apura todas as denúncias de violação dos princípios éticos e normas de conduta, desde que apresentadas por documento escrito e assinado pelo interessado, o qual deverá estar acompanhado da indicação dos meios de prova correspondentes (testemunhas, documentos ou outro meio idôneo). Pode ainda ser contatada através de e-mail ou telefone, amplamente divulgados entre os funcionários da Empresa.

Implantamos em dezembro de 2006 o Canal de Denúncias anônimas, disponível na intranet corporativa, e que tem como finalidade acolher, encaminhar e processar denúncias de práticas irregulares, como fraudes financeiras, apropriação indevida de bens, recebimento de vantagens irregulares e contratações ilegais. Esse canal representa mais um passo da companhia em direção a melhorar a transparência,

correção e do próprio conceito de governança corporativa na CEMIG. A adesão deste instrumento de governança corporativa melhora a gestão de nossos empregados e do nosso negócio e reafirma nossos preceitos éticos.

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DO CAPITAL VOTANTE EM 31/03/2017

	AÇÕES ORDINÁRIAS	%	AÇÕES PREFERENCIAIS	%	TOTAL DE AÇÕES	%
Estado de Minas Gerais	214.414.739	50,96	-	-	214.414.739	17,03
Outras Entidades do Estado	56.703	0,01	4.860.228	0,58	8.649.862	0,39
Total Controlador	214.471.442	50,97	4.860.228	0,58	223.064.601	17,42
AGC Energia S/A (1)	84.357.856	20,05	-	-	84.357.856	6,70
FIA Dinâmica Energia S/A	41.635.754	9,90	62.469.590	7,45	104.105.344	8,27
BNDESPAR	54.342.992	12,92	26.220.938	3,13	80.563.930	6,40

(1) A acionista AGC Energia S/A é controlada integral da Andrade Gutierrez Concessões S.A., Cia aberta registrada na CVM.

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO EM 31/03/2017

	31/03/2017	
	ON	PN
Controlador	214.471.442	4.860.228
Conselho de Administração	103.104	176.473
Diretoria Executiva	3	83
Ações em tesouraria	69	560.649
Ações em circulação (<i>free float</i>)	206.190.090	832.479.513
TOTAL	420.764.708	838.076.946

Relações com Investidores

No ano de 2016, através de ações estratégicas com o objetivo de proporcionar aos investidores e acionistas uma correta avaliação dos nossos negócios e das nossas perspectivas de crescimento e agregação de valor, aumentamos a exposição da Cemig perante o mercado nacional e global de capitais.

Mantemos um fluxo de comunicação constante e proativo com o mercado investidor da Cemig reforçando nossa credibilidade, buscando aumentar o interesse e assegurar a satisfação do investidor em relação às ações da Companhia.

As divulgações dos nossos resultados são realizadas através de apresentações transmitidas via vídeo webcast e teleconferência, com tradução simultânea para o inglês, sempre contando com a presença de membros da Diretoria Executiva, desenvolvendo um relacionamento cada vez mais transparente e em consonância com as melhores práticas de governança corporativa.

Para atender aos nossos acionistas distribuídos em mais de 40 países e facilitar a melhor cobertura dos investidores, a Cemig esteve presente no Brasil e no exterior em inúmeros seminários, conferências e encontros com investidores; congressos; Road shows; Money Shows; além de ter promovido teleconferências e videoconferências com analistas, investidores e demais interessados do mercado de capitais.

Realizamos no final de maio de 2016, pelo 21º ano consecutivo, o nosso já tradicional Encontro Cemig x Mercado de capitais e Investidores juntamente com a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais – Apimec, na cidade de Belo Horizonte - MG, onde esses profissionais tiveram a oportunidade de interagir com os Diretores e principais executivos da Companhia.

Governança Corporativa

Nosso modelo de governança corporativa é baseado em princípios de transparência, equidade e prestação de contas, tendo, entre suas principais características, a definição clara dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes referentes à condução dos negócios da Companhia.

Buscamos o desenvolvimento sustentável da Empresa pelo equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais de nossos empreendimentos, com o intuito de aprimorar o relacionamento com os nossos acionistas, clientes, colaboradores, sociedade e demais “stakeholders”.

As ações preferenciais (“CMIG4”) e ordinárias (“CMIG3”) da Cemig estão listadas no Nível 1 de governança corporativa da Bovespa desde 2001, garantindo a nossos acionistas melhorias na prestação de informações e maior dispersão acionária. Ademais, por ter American Depositary Receipts (ADRs) listados na NYSE (Bolsa de Nova Iorque), com lastro de ações PN (“CIG”) e ON (“CIG.C”), nossa Companhia também está sujeita à regulamentação da Securities and Exchange Commission (SEC) e ao Manual de Companhias Listadas na NYSE (Bolsa de Nova Iorque). Possuímos, também, ações preferenciais (“XCMIG”) listadas na LATIBEX (Bolsa de Madri) desde 2002.

Nosso estatuto inclui metas do Plano Diretor e de política de dividendos, conforme a seguir:

- endividamento consolidado da Companhia igual ou inferior a duas vezes o LAJIDA;
- relação consolidada de endividamento medida por “dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)”, limitada a 40%;
- saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 5% do LAJIDA;
- montante dos recursos destinados a investimentos de capital, por exercício social, limitado a, no máximo, 40% do LAJIDA;

- investimento apenas em projetos de distribuição, geração e transmissão que ofereçam taxas internas de retorno reais mínimas iguais ou superiores às previstas no Plano Diretor, ressalvadas as obrigações legais;
- manutenção das despesas da Cemig Distribuição S.A. e de qualquer controlada que exerça a atividade de distribuição de energia elétrica, em montantes não superiores aos montantes reconhecidos nos reajustes e revisões tarifárias;
- Essas metas, mediante prévia aprovação do Conselho de Administração, poderão ser ultrapassadas por motivos conjunturais, até os seguintes limites:
 - endividamento consolidado da Companhia em valor igual ou inferior a 2,5 vezes o LAJIDA;
 - relação consolidada de endividamento medida por “dívida líquida/(dívida líquida + patrimônio líquido)”, limitada a 50%;
 - saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 10% do LAJIDA.

* * * * *

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga

Diretor-Presidente

**Bernardo Afonso Salomão de
Alvarenga**

Diretor Vice-Presidente
(cumulativamente)

Adézio de Almeida Lima

Diretor de Finanças e Relações com
Investidores

Luís Fernando Paroli Santos

Diretor de Distribuição e
Comercialização

Franklin Moreira Gonçalves

Diretor de Geração e Transmissão

Maura Galuppo Botelho Martins

Diretor de Relações e Recursos
Humanos

José de Araújo Lins Neto

Diretor de Gestão Empresarial

Luís Fernando Paroli Santos

Diretor de Relações Institucionais e
Comunicação

Dimas Costa

Diretor Comercial

César Vaz de Melo Fernandes

Diretor de Desenvolvimento de Negócios

Raul Lycurgo Leite

Diretor Jurídico

Leonardo George de Magalhães

Superintendente de Controladoria
CRC-MG 53.140

Leonardo Felipe Mesquita

Gerente de Contabilidade
Contador – CRC-MG-85.260